

UNIVERSIDADE ABERTA



**VISÕES DO RESGATE FINANCEIRO DE PORTUGAL EM 2011
NA IMPRENSA DIÁRIA GENERALISTA PORTUGUESA**

Séfora Margarida Confraria Silva

Mestrado em Estudos sobre a Europa

2016

UNIVERSIDADE ABERTA



**VISÕES DO RESGATE FINANCEIRO DE PORTUGAL EM 2011
NA IMPRENSA DIÁRIA GENERALISTA PORTUGUESA**

Séfora Margarida Confraria Silva

Mestrado em Estudos sobre a Europa

Dissertação de mestrado orientada pela Professora Doutora Maria do Céu Marques

2016

Resumo

Vinte e cinco anos depois de Portugal ter integrado a União Europeia, num contexto de crise económica internacional, surge a intervenção do FMI em Portugal. Este é o terceiro pedido de resgate financeiro do país, desde o fim da ditadura, mas o primeiro feito em contexto da Europa de Schengen, da moeda única, da integração.

Num país com elevada taxa de abstenção eleitoral, num mundo onde os jornais perdem leitores diariamente e onde a Internet ganha terreno face à imprensa escrita, dita tradicional, fizemos um estudo exploratório de como a imprensa nacional generalista abordou a chegada da ajuda externa internacional a Portugal. Comparámos três dos principais diários generalistas, em relação ao layout, ao conteúdo e à postura dos próprios jornais, durante os meses de março, abril e maio de 2011. Escolhemos o diário com maior tiragem – *Correio da Manhã* e os dois jornais que são considerados diários de referência: *Público* e *Diário de Notícias*.

Sempre norteados pelo princípio de que os jornais ainda desempenham a sua dupla função de espelho da realidade e da construção social, por um lado, e, por outro, como fonte de informação e construção da opinião pública, concluímos que o fizeram em quatro grandes linhas de ação: tornando a crise um assunto diário e de destaque; introduzindo a Economia como tema de jornais generalistas; assumindo uma rutura com a União Europeia pela primeira vez e introduzindo uma linguagem económica na vida quotidiana dos cidadãos.

Palavra-chave: resgate, Portugal, crise, União Europeia, imprensa

Abstract

Twenty five years after the integration of Portugal into the European Union, on a broader context of international economic crisis, comes International Monetary Fund – IMF’s intervention in Portugal. It is the third financial bailout, since the end of the dictatorial regime, but the first one that occurs in the context of Schengen’s Europe, the single currency, the integration.

In a country with a high rate of electoral abstention, in a world where newspapers lose readers on a daily basis and where internet is winning compared to print media, we did an exploratory data analysis on how national print media covered the issue of the international financial aid. In order to do so, we compared three main generalist printed daily newspapers, regarding layout, content and the posture of the newspapers, during the months of march, april and may 2011. The choice of the newspapers obeyed some criteria, so we chose the daily newspaper with a bigger circulation – *Correio da Manhã* (tabloid) and the “quality press”, the daily newspapers Público and Diário de Notícias.

This analysis was guided under the concept that newspapers are still able to perform their double mission of showing reality and social construction, on one side. And on the other side, that they are a prime source of information for the public and that they work in the construction of public opinion, allowing us to conclude that they did it by pursuing four lines of action: transforming the crisis into a daily business; introducing the economy as an issue for generalist newspapers; coming forward with a rupture about EU for the first time and introducing economic terms into the common people’s daily lives.

Keyword: bailout, Portugal, crisis, European Union, media

Agradecimentos:

À minha orientadora, Professora Doutora Maria do Céu Marques, pela sua paciência, pela sua orientação e pela ajuda em situações extremas.

À Dr.^a Graça Nunes, pelas sugestões e pelo apoio incondicional.

À Mónica, à Sandra e à Isabel, por acreditarem neste trabalho sem reservas.

À Luciana, pela sua generosidade.

Ao Rubén, pela inspiração inesperada.

Ao Hugo, pelo seu entusiasmo permanente.

À Joana de Sousa, pela motivação constante e disponibilidade mental.

À Joana, pelo seu apoio moral e intelectual e pela constância da sua amizade.

À minha irmã, por existir.

Aos meus pais, por tudo.

ÍNDICE GERAL

	Pág.
Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Índice Geral	v
Índice de Quadros	vi
Índice de Figuras	vi
Introdução	1
I Capítulo: Os media como construtores da realidade social	7
1.1 Os jornais como fonte de conhecimento	8
1.2 A informação como construção da realidade social	14
1.3 A crise nos jornais: considerações sobre o “newsmaking”	20
1.4 A influência da era digital no “newsmaking”	26
1.5 A metodologia de investigação	31
II Capítulo: O resgate financeiro na Europa e em Portugal	39
2.1 Os resgates financeiros na Europa	40
2.2 A crise, as agências de rating e o pedido de resgate em Portugal	46
III Capítulo: Investigar o passado recente	55
3.1. A origem da crise financeira e política: o mês de março visto pelos jornais	56
3.2. Layout: a forma das notícias	63
3.3 O conteúdo noticioso do mês de abril de 2011	70
3.3.1 Diferentes géneros jornalísticos para a mesma crise	70
3.3.2 Ângulos, títulos e “leads” dos jornais	74
3.3.3 A postura dos jornais na explicação da crise	81
3.3.4 Como a imprensa relatou o dia do pedido do resgate financeiro	100

3.4 Como o pedido de resgate financeiro criou uma nova linguagem	108
3.5 A importância dos “opinion makers”	111
3.6 As consequências do resgate: o mês de maio visto pelos jornais	127
Reflexões e considerações finais	137
Bibliografia	145
Anexos	155

Índice de quadros

	Pág.
Quadro I – Confiança dos europeus nos media	10
Quadro II – Recolha comparativa: a forma das notícias	69
Quadro III – Recolha comparativa: o género das notícias	72
Quadro IV – Categorização de títulos	77
Quadro V – As palavras-chave	110
Quadro VI – Palavras-chave dos cronistas do <i>Correio da Manhã</i>	118
Quadro VII – Palavras-chave dos cronistas do <i>Diário de Notícias</i>	121
Quadro VIII – Palavras-chave dos cronistas do <i>Público</i>	124

Índice de figuras

Imagem 1- Modelo da pirâmide deitada	79
--------------------------------------	----

Introdução

L'Europe que nous sommes en train de faire n'est pas le fruit de la crainte. Elle est le résultat de la confiance que nous avons en nous-mêmes et de la certitude que si, enfin, les Européens comprennent ce qu'il y a chez nous de qualités communes et de capacité, nous établirons un monde occidental qui apportera à la civilisation tout entière, à la paix, à l'Amérique, à la Russie une sécurité qui ne pourrait pas être obtenue d'une autre manière.

(Monnet, 1953)

A evolução política, social e económica dos últimos anos no continente Europeu, levará a que olhemos com desconfiança para os propósitos enaltecidos por Jean Monnet, que ficou conhecido como um dos arquitetos da Europa unificada. No excerto supracitado, recuperamos as palavras do político francês, proferidas em Estrasburgo, a 15 de junho de 1953 e que podemos encontrar no seu site, www.ajmonnet.eu. Apesar dessa evolução de pendor negativo, não esqueçamos que a construção da Europa unificada sob a égide de Bruxelas é o acontecimento político internacional mais relevante para o mundo ocidental das últimas décadas, como definiu Lula da Silva, ex-presidente do Brasil, “O projeto europeu já não é da Europa mas sim património político de todo o mundo.” (Ferreira, 2012: 11), nesta circunstância citado por Luís Amado, no prefácio da obra de Joel Hasse Ferreira, “União Europeia – Hoje e o futuro”.

Do ponto de vista estritamente nacional, a integração de Portugal na União Europeia e o assumir-se essa integração como uma circunstância indiscutível é, também, o momento mais marcante no Portugal pós-25 de abril. Enquanto país estivemos votados ao isolamento imposto pelo regime ditatorial, com as naturais consequências para os cidadãos portugueses. Abolida a ditadura, a integração na Comunidade Económica Europeia foi o fator geopolítico, sociológico e económico mais marcante para o País no espaço de várias décadas. Bastaria esse fator para justificar o interesse no estudo do “fenómeno” europeu, da construção da Europa a 28, como defende Ana Isabel Martins, que considera que “as questões relacionadas com o entendimento do público face à Europa, ou mesmo com o respetivo grau de empatia e identificação face às instâncias comunitárias, constituam a pedra angular das mais recentes pesquisas no âmbito das Ciências Sociais e Políticas” (Martins, 2010: 28).

O conceito da construção europeia é, no entanto, vasto e permite uma multiplicidade de leituras, pelo que se impunha neste trabalho afunilar os pontos em análise. Optamos por

escolher a leitura (e análise) de jornais como fonte base da recolha de informação sobre a construção europeia e que consequências essa realidade social e política aportou a Portugal. Para atingir esse objetivo foi escolhido um acontecimento determinante da vida política, económica e social – com repercussões que se fazem sentir e farão no nosso futuro coletivo. Falamos do momento em que o País pela primeira vez, na sua história enquanto estado-membro da União Europeia, recorreu ao auxílio financeiro externo, através de um resgate financeiro. O nosso trabalho consistiu em reunir notícias publicadas sobre o pedido de resgate financeiro e analisar a sua forma e o seu conteúdo, tendo como orientação matriz a abordagem ditada pela nossa formação enquanto jornalistas.

A Europa unida que está hoje no centro da nossa análise nasceu sob os desígnios dos “pais fundadores”, um conjunto de líderes que, há mais de meio século, iniciou a criação daquilo que é hoje a União Europeia. Entre eles conta-se Jean Monnet, Robert Schuman ou mesmo Winston Churchill, conforme se pode ler na brochura publicada pela Comissão Europeia, “Os pais fundadores da União Europeia”, datada de 2012. Esta construção surgiu em pleno século XX, num tempo em que os jornais eram já uma presença constante e crescente. Será seguro afirmar que esta construção, que é feita de vontades e decisões, foi sempre escrutinada pela comunicação social, embora nem sempre tenha sido vista pelos cidadãos europeus com a atenção e o interesse omnipresente que hoje passou a ter no mundo global.

A atenção permanente que é dada à questão europeia, e que é hoje uma inevitabilidade, tem resultado de um processo em crescimento. Ainda no dealbar da última década do século XX, o estudioso Dominique Wolton constatava que

A construção europeia ilustra os limites do papel da informação e da comunicação como factores de mobilização. Com efeito, a informação sobre a Europa é hoje abundante em todos os países – nem sempre foi assim – sem que, por isso, a adesão dos cidadãos tenha aumentado. (...) Não basta informar ou comunicar para convencer.

(Wolton, 1999: 321)

Ressalve-se que, aquando destes escritos, a crise era uma realidade longínqua e o cidadão europeu vivia a Europa unida como uma realidade a que não era necessário dar grande importância, pelo seu carácter aparentemente inquestionável. Do mote dado por Dominique Wolton, destaque-se, sobretudo, a importância atribuída à imprensa na construção da sociedade: os media são informação e veículo da matéria-prima com que se constrói a opinião pública e a própria sociedade. Dominique Wolton, citado por Cardoso

(2006: 399), defende também que aos media se deve “o espaço simbólico fundamental para o desenvolvimento da democracia”; um espaço cujo funcionamento requer “informação sobre os factos, isto é, as notícias, providenciadas pelos media e informação (...) que constroem uma representação permanente da opinião pública” (*ibidem*).

Inferimos com facilidade o papel construtor dos media: a informação molda opiniões, influencia pessoas, serve de referência última da democracia. E, no caso da Europa, construída sobre as próprias cinzas nas últimas seis décadas, os media têm um papel fundamental, ao servirem de garante democrático, fiscalizadores e, ao mesmo tempo, de veículo da própria construção europeia.

Do ponto de vista sociológico a União Europeia tem vindo a atravessar circunstâncias conturbadas, que se explicam pelas elevadas taxas de desemprego, pela contestação social em vários estados-membros, pelos movimentos sociais como os “Indignados” e pela austeridade que se abateu sobre vários países e que tem levantado questões fraturantes no seio da União Europeia. Desde logo sobre o futuro do Euro, mas também sobre o futuro de alguns estados-membros, como a Grécia e a sua permanência na União Europeia. Os resgates financeiros a vários países, entre os quais se inclui Portugal, passaram a dominar as agendas mediáticas. O futuro europeu nunca pareceu tão incerto e os media são um espelho dessas alterações e incertezas. Ao mesmo tempo, é através deles que, todos os dias, milhões de europeus acompanham as mudanças que lhes são impostas. (Note-se que nesta dissertação não contemplamos os acontecimentos mais recentes, nomeadamente a crise dos refugiados sírios que tentam chegar à Europa e os atentados terroristas de Paris, de 13 de novembro de 2015, que irão provocar alterações, nomeadamente na livre circulação de pessoas).

Neste contexto propusemo-nos analisar a forma como os jornais generalistas portugueses mostraram o pedido de resgate financeiro do país, escolhido como momento-chave e simbólico das alterações económicas, sociais e políticas com maior significado na nossa vida comum, o que conduziu a nossa análise para o mês de abril de 2011, dado que o pedido oficial de resgate financeiro internacional foi feito no dia 6 de abril desse ano. Para executarmos a nossa apreciação, analisamos o conteúdo informativo que os jornais escolheram para representar este momento, os modelos noticiosos e a imagem que traçaram da União Europeia, do pedido de resgate financeiro e das medidas a ele

associadas. A análise inclui ainda a leitura dos jornais nos meses de março e maio de 2011, o que permite aprofundar o estudo e aporta consistência científica ao nosso trabalho.

Esta dissertação centra-se apenas no universo português, sem prejuízo de algumas comparações com os media de outros países europeus, que são feitas sem disciplina espartana em relação às datas de consulta e análise, aquela a que nos obrigamos no caso dos media portugueses e que são o corpo crítico do trabalho.

No nosso trabalho debruçamo-nos sobre a imprensa escrita, aprofundando e comparando layout, conteúdo e postura de três jornais generalistas. Uma escolha que consideramos justificada por se tratarem de produtos que abrangem um grande conjunto de leitores e não ficam espartilhados como acontece com alguns meios de comunicação especializados que se destinam a certos nichos do mercado leitor, de que são exemplo os jornais económicos, que são naturalmente responsáveis por levar a informação a uma percentagem mais reduzida de leitores, quando comparados com os leitores dos jornais generalistas. Esta opção aqui definida não invalida que, pontualmente, não sejam utilizados outros media especializados, de forma a validar ou aumentar a informação de contexto, o mesmo sucedendo com conteúdos online, sempre que possam confirmar a nossa visão sobre a matéria em análise.

Quanto aos media escolhidos, refira-se que optámos pelos dois jornais diários generalistas considerados de referência entre a imprensa nacional, *Diário de Notícias* e *Público*. No entanto, o diário generalista mais lido em Portugal é um tabloide – *Correio da Manhã*. Um jornal que se afigura como incontornável para esta análise, atendendo à relevância do número de leitores que, diariamente, opta por este jornal. Dentro dos jornais generalistas diários em Portugal, de acordo com dados da APCT – Associação Portuguesa para o controlo de tiragem e circulação, o *Correio da Manhã* era o jornal com maior tiragem, seguido do *Jornal de Notícias*. *Diário de Notícias* e *Público* surgem no terceiro e quarto lugares, se não tomarmos em linha de conta os números dos jornais diários gratuitos – jornais *Metro* e *Destak* – que apresentavam tiragens superiores àqueles dois diários, embora não tenhamos considerado a sua utilização enquanto objeto de análise.

Ressalve-se que consideramos este trabalho como uma investigação exploratória, tendo encontrado um acontecimento marcante à volta do qual surge a nossa investigação.

Identificámos o grande “acontecimento”, que domina a agenda mediática e liga toda a União Europeia: o pedido de resgate financeiro, e de forma mais lata a crise e as medidas que visam combatê-la. Na senda desse raciocínio optámos por analisar diariamente e de forma comparada os três jornais que são objeto deste estudo durante 30 dias ininterruptos, considerando todas as notícias publicadas nesse período, incluindo os dias que antecederam o pedido de resgate financeiro, o próprio dia e os subsequentes, o que permitiu conhecer reações e medidas anunciadas a respeito da austeridade.

Assim, analisaremos os jornais supracitados de forma a acompanhar a assinatura do memorando com a Troika, a forma como o resgate financeiro e as medidas de austeridade dominaram as notícias nos jornais nacionais e também a introdução de vocábulos até então desconhecidos do grande público. Escolhemos o mês de Abril de 2011, momento em que o resgate eminente foi anunciado de forma oficial, a que acrescentamos a análise comparativa dos meses de março e maio de 2011.

A bem da verdade científica desta dissertação impõem-se esclarecer que o nosso objetivo de análise não é do domínio da economia nem das finanças. Centramos na análise que decorre da leitura dos jornais, o que implica alguma contextualização histórica, política e económica.

A presente dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, enquadrámos a nossa análise do ponto de vista teórico, com enfoque nas teorias da comunicação e no papel dos media na construção europeia. Analisamos o “newsmaking” e a influência que as tecnologias exercem sobre a construção noticiosa. Explicamos também a metodologia de investigação inerente a este trabalho.

No segundo capítulo, propomo-nos fazer a contextualização da crise na Europa e em Portugal e revivemos as circunstâncias que estiveram na origem do pedido do resgate financeiro. Explicamos os aspetos externos que influenciaram o pedido de resgate financeiro, nomeadamente fatores da política nacional e internacional, pressões bancárias, agências de rating e a própria comunicação social.

No terceiro capítulo, que compõe a análise prática do *corpus* em destaque, procuraremos desenvolver o manancial que exarou do nosso trabalho, quer do ponto de vista do layout dos jornais, quer do seu conteúdo. Demonstramos de que forma o mês de março de 2011

serviu de antecâmara para o pedido de resgate financeiro e como o mês de maio relatou as principais medidas económicas e políticas que compuseram o Memorando da Troika. Mostrámos de forma comparativa o modelo escolhido por cada jornal para noticiar as matérias informativas relacionadas com o pedido de resgate financeiro. Neste terceiro capítulo abordamos as principais alterações que este período trouxe aos próprios jornais e partilhamos os aspetos mais relevantes em relação aos “opinion makers” partilham o espaço noticioso.

Terminamos com as reflexões que defendemos terem maior relevância científica e com as linhas de futuras investigações que julgamos procedentes deste quadro.

Em circunstâncias que ultrapassam o âmbito desta análise há ainda uma referência marcante, impossível de prever aquando do começo deste trabalho: o dia em que a política portuguesa mudou para sempre. O ex-Primeiro-Ministro português, José Sócrates, demissionário no momento em que a Troika chegou a Portugal e um dos principais protagonistas deste momento histórico, foi detido no aeroporto a 21 de novembro de 2014. A sua prisão preventiva seria decretada na sequência dessa detenção, numa situação inédita em Portugal.

I Capítulo: Os media como construtores da realidade social

1.1 Os jornais como fonte de conhecimento

A criação da União Europeia foi um marco que veio mudar a História, a Economia, a forma como vivemos em sociedade e os nossos direitos e deveres como cidadãos, informação que podemos encontrar, por exemplo, através da leitura de “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em linguagem simplificada”, que reúne informação sobre as principais alterações que a cidadania europeia nos trouxe. Também podem ver-se detalhes sobre essa matéria no site Direitos e Deveres dos Cidadãos, da Fundação Francisco Manuel dos Santos (<http://www.direitosedeveres.pt>). A sua influência recai hoje sob aspetos tão fundamentais como o local que escolhemos para viver e trabalhar (nomeadamente devido à criação do Mercado Único, do espaço Schengen e da liberdade de circulação de pessoas, bens e capital).

A europeização, na medida em que reforçou o Estado português e o consolidou através da capacitação do governo para o melhoramento da eficácia das políticas públicas, serviu para o reforço da cidadania. Portanto, se é verdade que a transição para a democracia foi o momento-chave de concessão dos direitos políticos, foi a partir da europeização - entendida enquanto adesão plena à Europa - que se tornou possível consolidar a cidadania sobretudo de um ponto de vista social, de género, e até político.

(Lobo, 2013: 19)

A conceção de unicidade está em mudança e a realidade da construção de uma Europa comum começa a ser realmente posta em causa, conforme é profusamente ilustrado pela fragilidade da moeda única, pela crise internacional e pelos resgates financeiros impostos a alguns países, bem como as medidas de austeridade que tomaram de assalto a agenda mediática. Nunca tinha sido tão contestada a moeda única e a unificação dos diferentes países através dum modelo económico que, claramente não serviu, considerando os resgates financeiros que foram solicitados por vários estados-membros.

Circunstâncias amplamente identificadas por vários especialistas, entre os quais destacamos Fátima Barros, economista e professora universitária portuguesa, que considera que o momento de viragem ocorreu em 2010, quando se tornou claro que a União Europeia tinha falhado a Agenda de Lisboa, conforme defendeu no 2º Encontro Presente no Futuro. Esta é uma iniciativa da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que no ano de 2013 foi subordinada ao tema “Portugal Europeu. E agora?”. A citação aqui presente faz parte da obra que contém essas participações: “Em vez de se ter tornado a

economia mais competitiva do mundo, com crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e coesão social, a UE enfrentava uma crise económica agravada por um elevado nível de desemprego”.

As mudanças sociais que acabámos de descrever e que surgem em consequência de profundas alterações socioeconómicas transformaram a imagem da União Europeia a vários níveis de entendimento, nomeadamente alterando a sua imagem pública, que passou a estar condicionada pela contestação social. E Bruxelas, enquanto símbolo por excelência da União Europeia, deixou de ser vista como uma inevitabilidade indiscutível para se tornar o ponto de discussão por excelência.

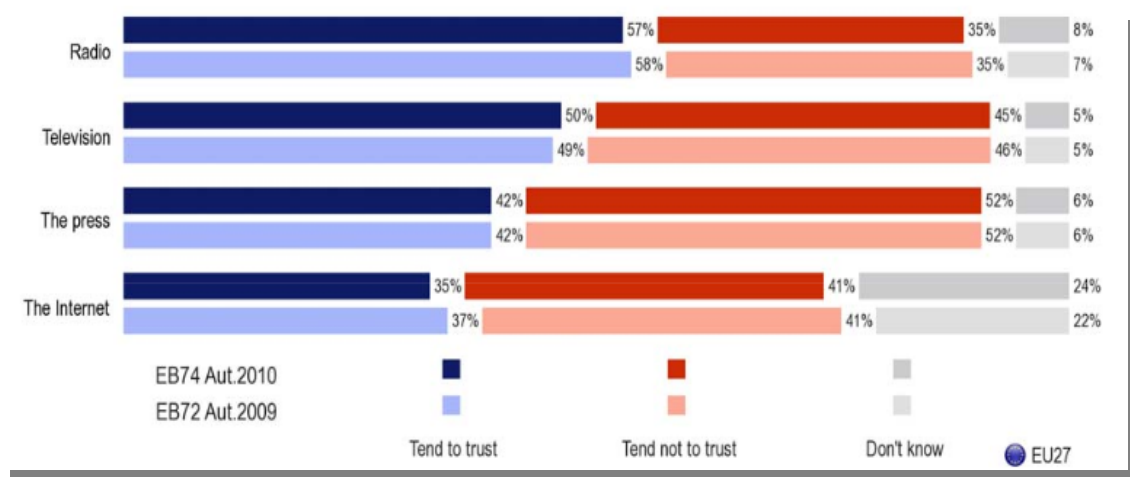
Ao longo das décadas de construção do que hoje chamamos a “família europeia”, o trabalho de unificação foi composto pela ação das instituições oficiais, pela criação de políticas comuns e pela adoção de práticas e leis transversais. Mas essa construção foi naturalmente consolidada pelo papel desempenhado pelos media. A forma como a crise financeira e socioeconómica surgiu retratada nesses mesmos media e se tornou um ponto fulcral da agenda mediática contribuiu para aguçar o interesse do cidadão comum pelo tema Europa. Talvez porque, pela primeira vez desde a sua criação, as notícias da União Europeia são compostas por um conjunto de medidas gravosas para o modo de vida das populações.

Esta é uma circunstância que ousamos considerar inédita e justifica o interesse que se gerou em torno da questão europeia do ponto de vista do cidadão e serve de móbil para secundar o interesse académico e sociológico na análise deste tema. A questão do interesse do público é uma antiga interrogação no mundo do jornalismo. Além dos critérios de noticiabilidade que veremos mais adiante, o jornalista procura responder àquilo que julga ser “o interesse do público” – que o autor Fernando Correia define como “a capacidade que este [o acontecimento] tem de (...) suscitar a curiosidade e prender a atenção do público” (Correia, 1997: 145)

Assumindo este pressuposto, que postula justificativas sobre o interesse que as matérias europeias têm para os media, importa avaliar a validação que é feita pelo cidadão em relação aos media e, concretamente, aos jornais, que são o foco do nosso trabalho. Ou seja, será que confiamos nos jornais, a ponto de tomarmos como verdadeira a informação que

publicam? E na hora de eleger, entre os vários meios de comunicação disponíveis, em quem confiamos?

Citando o Eurobarómetro, poderemos ser surpreendidos pelos dados que indicam que mais de metade dos europeus (52%) não confia nos jornais. A Internet não consegue melhores indicadores (apenas 35% considera a Internet confiável). Quanto à televisão, metade dos inquiridos acredita que é um meio confiável, 45% não confia e os restantes abstêm-se. Acaba por ser a rádio quem merece a máxima confiança (57%) dos inquiridos, num conjunto de dados que partilhamos no gráfico abaixo (Quadro I).



Quadro I: Confiança dos europeus nos media (Fonte: Eurobarómetro nº 74)

Apesar desta desconfiança, do ponto de vista prático, a análise de jornais continua a afigurar-se uma boa forma de aferir a realidade, eventualmente por comparação com outros media. A Internet, com a sua entropia generalizada e o caos informativo que pode conter é dissuasora de uma análise tão concreta como esta. Além de que a imprensa escrita ainda consegue, segundo dados da Marktest de dezembro de 2014, contactar com 86,6% dos portugueses. De acordo com dados revelados também pela Marktest (de julho de 2014), dentro da imprensa os títulos de informação geral são os mais lidos entre os portugueses (35,2% dos inquiridos leu ou folheou um jornal generalista), que preferem os títulos de circulação paga, num conjunto de dados que suporta que a nossa escolha para fonte principal deste trabalho tenha recaído sobre os jornais.

Na profusão de acontecimentos políticos e económicos que sucederam em simultâneo à época em que iniciámos este estudo, destacou-se o pedido de resgate financeiro a Portugal

que se tornou o epicentro mediático do mundo luso. E neste caso o papel da comunicação social quase dispensa explicações.

Os meios de comunicação desempenham (...) um papel fundamental na representação deste imaginário europeu. Através do olhar jornalístico, “Bruxelas” há muito que deixou de se designar uma mera cidade ou capital para se converter numa voz transversal às notícias sobre a Comunidade.

(Martins, 2010: 27)

Um simples recuo histórico permite confirmar que a integração de Portugal na União Europeia e as alterações económicas e políticas que essa integração foi ditando têm sido ao longo dos anos “traduzidas” pelos jornais, que foram ficando mais atentos à questão europeia, alterando até a sua matriz: “O alargamento e o aprofundamento da União Europeia (UE) têm inflectido mudanças significativas ao nível dos Estudos dos Media, hoje particularmente atentos à visibilidade das notícias sobre temas europeus”, como explica Ana Isabel Martins, investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20, da Universidade de Coimbra), no artigo que publicou intitulado “Em busca da Europa: Notícias sobre a UE durante eventos chave e períodos de rotina”. Do mesmo modo, a imprensa portuguesa tem contribuído para a construção da memória social da Europa, embora desde a adesão de Portugal à União Europeia, os jornais generalistas nacionais tenham “produzido um quadro inconsistente de representações da Europa”, como inferimos do trabalho de Ana Horta, investigadora ligada ao ICS Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, autora do artigo “A imprensa portuguesa e a memória social da Europa” e da tese de doutoramento: “Imprensa e memória social da Europa”.

Concomitantemente, em Portugal o interesse que a questão europeia suscita, sobretudo nos últimos anos, deverá ser lido à luz da intervenção da sociedade civil e académica, como é exemplo o trabalho realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que desde a sua criação, em 2009, se propõe a promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, através da realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas. O tema da União Europeia, da integração de Portugal e do nosso futuro coletivo após a crise tem sido uma discussão constante. Entre os vários títulos publicados com a chancela da FFMS, destacamos aqueles que serviram também de apoio para a nossa análise e que melhor enquadram o objeto em estudo. Consideremos as obras *25 anos de Portugal europeu*, *Portugal e a Europa: novas cidadanias* e *Portugal Europeu. E agora?*, como algumas das publicações recentes que merecem relevo.

Na dependência direta da dicotomia “media” e “Europa”, será matéria digna de nota a compilação de textos de Teresa de Sousa, publicados ao longo de anos no jornal *Público* e que em 2014 foram incluídos na obra *Europa – Trágica e Magnífica*. Não sendo portadora de uma visão académica, a jornalista, responsável por um conjunto substantivo de artigos de opinião e de textos informativos, é criadora de conhecimento no contexto europeu, com décadas de experiência no desempenho dessas funções.

No contexto internacional também encontramos literatura sobre o tema que deve ser mencionada. Destacamos aqui, para referência, três livros editados nos últimos seis anos. *The Europe public sphere and the media: Europe in crisis*, publicado em 2009, de Georgia Eglezou, que funciona como um contributo para o debate sobre a existência de uma esfera pública europeia. E também propõe uma discussão crítica sobre as ligações entre os media, a história e a política europeia.

Quanto aos outros dois títulos, surgem num universo comparável com a nossa proposta de análise, pela leitura direta que fazem dos jornais. Um desses exemplos é o livro *The end of Iceland's innocence: the image of Iceland in the foreign media during the crisis* (de 2011), de Daniel Chartier. E, a mimetizar esta ideia, mas com a Irlanda como pano de fundo destaquemos *The political economy and media coverage of the European economic crisis: the case of Ireland*, cuja edição ocorreu neste ano de 2015. A obra é da autoria de Julien Mercille, académico e especialista em media e política internacional, atualmente a trabalhar na University College Dublin.

A análise dos jornais, objeto na nossa investigação, inspira-se também de forma evidente no quadro da questão das teorias da comunicação e seus efeitos sobre a construção da realidade, que adiante analisaremos com detalhe. Do ponto de vista bibliográfico, as referências mais determinantes para o nosso estudo incluem os trabalhos de Jorge Pedro Sousa, que analisa as teorias do jornalismo e os efeitos sociais dos media e de Fernando Correia. Sendo também fundamental referir a investigação de Paulo Faustino, (2006: 54) cujo trabalho se relaciona diretamente com a questão colocada nesta dissertação. A respeito da sua obra refira-se principalmente o capítulo “O papel dos media na construção da identidade nacional e europeia”.

A própria Comissão Europeia reconhece esse papel dos media, considerando que são fundamentais enquanto garante do pluralismo democrático e são criadores do debate público: “la grande importance du rôle des médias dans la création des passerelles entre l’expertise, l’action et le débat public.”, numa Europa se constrói num pressuposto de cidadania. Este excerto, que dispensa tradução, é da obra *Governance Européenne*, uma compilação sem autor ou coordenador, publicada a cargo da Comissão Europeia.

A fundamentação bibliográfica da nossa investigação é ainda “herdeira” da obra de Gustavo Cardoso (2006) que permite uma abordagem global aos media e seu funcionamento em rede, destacando-se aqui, em termos de interesse para a presente análise, uma visão sobre as mutações permanentes a que os próprios media estão sujeitos. E, naturalmente, das pesquisas de Ana Isabel Martins, com destaque para o seu livro publicado em 2010, *A Europa e os media*, livro que analisa o papel dos meios de comunicação social, em particular da imprensa, no contexto do processo de integração europeia e mostra de que forma os assuntos europeus são tratados nos jornais.

Nos relatos do que de mais interessante se escreveu nos últimos tempos sobre a questão dos media e da forma como retratam a crise é fundamental acrescentar o trabalho do professor universitário António Menéndez Alarcón, de 2010, intitulado *Media representation of the European Union: comparing newspaper coverage in France, Spain and the United Kingdom*.

Acabaria por ser no seio da nossa academia [Universidade Aberta] que haveríamos de encontrar um dos trabalhos mais próximos da nossa própria investigação. A dissertação de Irina Fresco Veríssimo, no âmbito do seu mestrado em Relações Interculturais, apresentada em 2013 e que é subordinada ao tema “Representação dos portugueses no discurso mediático europeu: as notícias sobre a crise financeira”. A grande diferença consiste no objeto de estudo, uma vez que Irina Veríssimo escolheu debruçar-se sobre jornais internacionais.

No campo dos jornais portugueses, um dos trabalhos mais relevantes sobre o pedido de resgate financeiro debruça-se sobre os bastidores desse pedido e a forma como eles foram relatados nos media nacionais. O resultado desse trabalho é o livro *Resgatados* (2012), que tem a particularidade de ter sido escrito por jornalistas, com recurso a uma série de

entrevistas que permitem explicar os acontecimentos anteriores ao pedido de resgate internacional. Na sua obra David Dinis e Hugo Filipe Coelho cobrem exatamente um dos períodos de análise que consideramos mais relevantes na nossa abordagem e que dá o mote a todo o trabalho.

A maior referência para a nossa dissertação é o projeto “The Euro Crisis, Media Coverage, and Perceptions of Europe within the EU”, uma iniciativa do Reuters Institute for the Study of Journalism e da Universidade de Oxford, e que conta com parceiros como o Observatório Europeu de Jornalismo, a Sorbonne Université de Paris, a Universidade de Navarra e várias outras universidades e institutos de investigação, de países como Alemanha, Bélgica, Grécia, Itália, Finlândia ou Polónia. Neste projeto, que estará a decorrer até ao final deste ano de 2015, os investigadores trabalham a perceção dos europeus face à cobertura mediática da crise e, para o fazer, comparam mais de 10 mil artigos, de 40 jornais diferentes, provenientes de 10 países. Nesta recolha de dados Portugal não está incluído. O projeto parte de uma ideia que mimetiza o que pretendemos com a nossa análise, salvaguardadas as respetivas dimensões.

No que diz respeito à nossa análise, como o presente trabalho pretende demonstrar, várias linhas de investigação confluem: aquilo que é a Europa; a forma como os media constroem a imagem dessa Europa e a forma como a crise financeira e as medidas que foram tomadas para o seu combate têm influenciado o discurso dos media e a perceção do cidadão comum (enquanto leitor e ator de algumas das notícias publicadas).

1.2 A informação como construção da realidade social

É forçoso que viajemos até aos anos 40/50 do século XX para encontrar o início dos estudos sobre a informação enquanto elemento de construção social da realidade, onde se destaca o trabalho de Alfred Schutz, com grande relevância para a construção da sociofenomenologia. Para o autor, citado por Enric Saperas, “a linguagem e a comunicação desempenham um papel fundamental na construção da realidade social. Esta só existe na medida em que a comunicação permite que se disponha de um mecanismo de relação (interacção) entre os indivíduos” (Saperas, 1993: 140).

Esses estudos viriam a ser alargados por vários autores interessados em desenvolver teorias da comunicação, como Gaye Tuchman ou Giorgio Grossi. Este último, citado por Saperas (1993: 39), considera que

é correcto falar (...) de informação como construção da realidade (e não como simples reflexo ou selecção da mesma), visto que em termos sociofenomenológicos se trata de um processo de objectivação regido tanto por práticas institucionalizadas (a tipificação, as rotinas), como por mecanismos de autolegitimação.

A par dos estudos supracitados, e sem prejuízo de outros que possamos não estar a incluir neste trabalho, é evidente que vários autores demonstram o papel do jornalismo na construção da realidade. A essa evidência acrescentemos o próprio estudo das rotinas da profissão, a análise da recolha de informação e das fontes noticiosas que são escolhidas, passando pelos critérios de noticiabilidade (conceito que explicaremos nesta mesma dissertação, ponto 1.4) e teremos uma moldura que legitima a ideia de que o jornalismo é construtor da realidade social por excelência. “A sociofenomenologia (...) reconheceu a sua [do jornalista] importância para a compreensão da informação como construtora da realidade social” (*ibidem*: 144).

Alguns estudiosos foram um pouco mais ousados, ao considerem a notícia, e por isso mesmo a informação, como motriz de conhecimento do real, como podemos inferir na leitura dos pressupostos de Gaye Tuchman, a socióloga que considerou que “A notícia é uma janela para o mundo. (...) tende a dizer-nos o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber” (Wolton, 1999: 153).

A respeito da construção da realidade, no entanto, a visão de Tuchman deve ser acrescentada, face à forma como o mundo se alterou nas últimas décadas, graças ao aparecimento e evolução rápida das novas tecnologias. Se tomarmos como certa a definição da socióloga, é imperativo que a modelemos à era da Internet. Gustavo Cardoso escreveu sobre isso, realçando o poder dos “novos media” ao considerar que “A nossa sociedade é hoje uma sociedade onde a televisão e a Internet (...) representam um fator de mudança nas nossas vidas” (Cardoso, 2006: 182).

Esta transformação é representante da dicotomia que estamos a defender: a de que os media são espelho da realidade e seus construtores. Um dos exemplos mais paradigmáticos que ilustra de forma cabal a importância dos novos media enquanto construtores sociais pode ser visto nos vários movimentos de origem popular que têm ocorrido nos últimos

anos, em várias latitudes do globo. Se nos centramos apenas em cidades europeias próximas, evocamos Lisboa, Madrid e Atenas, como exemplos da forma como as tecnologias atribuíram poder aos cidadãos, moldando a realidade e alterando mesmo o curso da História.

O primeiro aspeto comum a destacar nessas várias agitações de origem popular será o móbil que as originou. Todos estes movimentos foram uma forma de expressão popular de indignação contra políticas de austeridade impostas pela lógica vigente nos três países citados, todos estados-membros da União Europeia, a viverem um contexto social gravoso para os cidadãos, visível nas elevadas taxas de desemprego. Recorde-se que a taxa de desemprego em Espanha em 2011 era, de acordo com dados do jornal *Expresso*, de 22,85%; na Grécia era de 21%, segundo o site TVI24 e em Portugal de 23,6%, segundo o site do *Diário Económico*.

Esses movimentos, com origem nos cidadãos e galvanizados pelas redes sociais serviram também para mostrar ao mundo, sem censura, os protestos e as razões dos manifestantes contra a austeridade. Os participantes foram “recrutados” entre a sociedade civil, numa campanha inédita, que demonstrou a enorme capacidade de concentração de massas gerada pelas redes sociais e demonstra o poder da informação através de novos meios de difusão.

O modelo, testado um pouco por todo o mundo, parece continuar a funcionar. Hoje, qualquer cidadão, em quase qualquer lugar do mundo pode fazer sentir os seus protestos globalmente, tornando-se produtor e difusor da sua mensagem, sem censura, numa apropriação da informação sem precedentes na História da Comunicação. Existem limitações óbvias, nomeadamente a necessidade de ter acesso à tecnologia e saber usá-la. Algo que é acessível a quase qualquer criança do mundo ocidental, numa qualquer capital europeia, por exemplo, mas não será transversal a todo o mundo, apesar da globalização. Uma lógica limitada pelo acesso à educação, à própria tecnologia, ao funcionamento e disponibilidade da Internet e à política, pois vão sendo recorrentes exemplos de países que bloqueiam o acesso a determinados conteúdos. A China, por exemplo, limita o Google e o Facebook. E o Egito, durante o período de protestos em 2011, bloqueou durante algum tempo o Twitter e o Facebook.

Há exemplos mais recentes, como a revolta pró-democrática em Hong Kong, em setembro de 2014, que ficou conhecida como a Revolução dos guarda-chuvas e que foi liderada por um estudante de 18 anos. A questão, no caso, não foi a capacidade de fazer a manifestação, mas, situando-se Hong Kong em território chinês, a verdade é que o estudante mantém-se até hoje sob escrutínio das autoridades. Uma das notícias que relata os procedimentos das autoridades de Pequim sobre Joshua Wong, o estudante que liderou o protesto, foi publicada pela revista *Time*, a 16 de janeiro deste ano, sob o título “Hong Kong Student Leader Joshua Wong Questioned Over Pro-Democracy Protests”. Apesar da forma como a Internet, em geral, e as redes sociais, em particular, vieram mudar a nossa relação com os direitos dos cidadãos, a luta pela cidadania não cria de forma automática regimes democráticos.

Não podemos considerar que a nova forma de viver a cidadania está reservada aos protestos mais extremos, embora pareça certo que a vivência em rede acarreta uma nova forma de exercer a cidadania, quiçá mais interventiva. Importa perceber, no entanto, que não é a existência da Internet que explica essas alterações. Quando falamos de vivência em rede incluímos outros meios tecnológicos, como a televisão. Mas, aquilo que produz alterações é “a apropriação social das tecnologias de informação e comunicação” (Cardoso, 2006: 44). O autor explica ainda que “O sucesso do exercício da cidadania está, na sociedade em rede, dependente da interligação em rede entre os diversos media mas também do domínio individual das literacias necessária, para interagir com as ferramentas de mediação” (*ibidem*).

Isto significa que de nada valerá a tecnologia se não soubermos como a usar. A “literacia informacional” necessária para que possamos, não só usar a tecnologia para novos fins, mas verdadeiramente apropriarmo-nos dela: “uma forma de organização social criada por quem delas faz uso” (*idem*: 45).

Uma referência que deve ser entendida também como adequada a definir o que se espera de cada cidadão – a “literacia informacional” será também a capacidade de manter-se informado e olhar de forma crítica para essa mesma informação.

Numa análise funcional concluímos que o papel dos media é cada vez mais o de mediadores, que enquadram a nossa realidade. Mas não só. Cabe-lhes a função de

desenvolver uma opinião pública, informada dos seus direitos e criada em contexto de pluralismo. Os mass media constituem “o meio através do qual a maioria dos cidadãos estabelece contacto com a esfera política” (*idem*: 402).

Ao mesmo tempo que informam e ajudam a criar escolhas informadas e plurais, os media contribuem para alargar as dimensões da cidadania e “actuaram, e actuam, como garante da cidadania e também como instrumento prático do exercício dessa cidadania” (*idem*: 403). E divulgam os direitos dos cidadãos, nomeadamente o direito que todos têm “a ser ouvidos.” Às três fases históricas da cidadania soma-se a conquista de liberdades culturais, ou direitos de identidade. (Cardoso, 2006: 404)

Esse será o mais determinante dos papéis a desempenhar pelos media do ponto de vista da cidadania. Ninguém pode lutar pelos seus direitos, se não souber que os tem. A divulgação massificada dos direitos dos cidadãos, que pode parecer-nos primária, não é garantida e linear para todos. E, mesmo numa democracia integrada numa superestrutura europeia, como é o caso de Portugal, haverá quem desconheça os seus direitos.

Isso pode acontecer por falta de interesse dos cidadãos, por desconhecimento (falta de literacia informacional) e também porque a pertença à União Europeia, embora não seja recente, acarreta deveres e direitos que, por vezes, o cidadão desconhece e que não têm sido imutáveis ao longo dos tempos. Do ponto de vista histórico e social a integração na União Europeia é uma nova equação que, na ótica da investigadora Marina Costa Lobo, ajudou a consolidar os direitos dos cidadãos. “A europeização, na medida em que reforçou o Estado português e o consolidou através da capacitação do Governo para o melhoramento da eficácia das políticas públicas, serviu para o reforço da cidadania” (Lobo, 2013: 19).

Nesta análise pautada pela realidade e pela interpretação dos académicos, depreendemos que o papel dos media começará precisamente na divulgação dos direitos, na promoção do contacto do cidadão com esses direitos e que será amplificado pelas capacidades da tecnologia, pois por via dela a informação pode chegar a um número cada vez maior de pessoas. Mas no que respeita aos meios de comunicação social não podemos pensar apenas nas suas funções mais práticas. Há um campo semiótico igualmente importante e que tem de ser considerado, como relembra Gustavo Cardoso: “Os media, no início deste século,

conferem-nos o espaço simbólico fundamental para o desenvolvimento da democracia” (Cardoso, 2006: 399).

Encontramos assim os media, neste início de século, imbuídos de muitas tarefas, práticas e simbólicas, construtores da realidade e seu espelho. E porta-estandartes de uma cidadania reinventada, reforçada pela divulgação massiva que a tecnologia acarreta.

Se em Portugal não tivemos os protestos da Primavera Árabe, não é menos verdade que tenhamos tido uma mobilização da sociedade civil como poucas vezes vimos nos últimos anos. Manifestações, protestos, milhares de pessoas nas ruas, convocadas pela rapidez e eficácia das redes sociais. Mas “evocadas” pelo conhecimento dos seus direitos e pela certeza da necessidade de os defender face às medidas governativas anunciadas através da comunicação social.

Os protestos culminaram na criação, em março de 2011 do Movimento 12 de Março. Um encontro de cidadãos, apartidário, mas não apolítico que deu forma aos protestos de então, motivados sobretudo pelo desemprego e pelo emprego precário. Uma das reportagens mais completas a esse respeito foi publicada pelo jornal *Público*, no dia 22 de abril de 2011. Sob o título “Movimento 12 de Março quer ‘fazer de cada cidadão um político’”, a jornalista Rita Brandão Guerra explicou como “A criação do M12M institucionaliza os movimentos alternativos. É o regresso da política a partir de baixo”. Na reportagem a jornalista cita uma das fundadoras do Movimento e apresenta as principais propostas o M12M, assinando também dois textos que complementam a informação. Um deles compila a importância dos novos movimentos de cidadãos à luz da sociologia e outro entrevista Mark Rendeiro, especialista em movimentos alternativos.

Protestos que são vividos no seio da União Europeia, como foi referido e que servem para demonstrar a forma como os media são construtores da realidade e que ilustram a dimensão social que eles podem atingir. Essa faceta já era enaltecida mesmo antes da crise pelo investigador francês Dominique Wolton, que afirmou de forma peremptória, que “é preciso ter consciência que não existe Europa sem comunicação”. (Wolton, 1999: 325)

1.3 A crise nos jornais: considerações sobre o “newsmaking”

Um preâmbulo que se impõe, antes de analisarmos a forma como a crise financeira foi mostrada nos jornais, é a abordagem à crise dos jornais. Isto é, a crise generalizada que grassa na comunicação social e que tem ela própria influência na forma e no conteúdo dos media.

A perda de leitores, que é transversal a um conjunto alargado de órgãos de comunicação da imprensa escrita explicar-se-á pela perda de hábitos de leitura, pela proliferação de informação e pseudo-informação gratuita online, pela perda de poder de compra dos leitores e, dirão alguns, pela fraca qualidade do jornalismo atual. Impõe-se uma nota pra explicar que são várias as justificações que se conjugam para a fraca qualidade do jornalismo atual, como a impreparação dos profissionais, a incapacidade dos meios em manter jornalistas com carreiras e experiência longas, o que obrigaria a uma carga salarial mais elevada e o imediatismo que inviabiliza investigações profundas. Apesar disso, ressalve-se que a maior quebra se regista entre os títulos do mundo ocidental, uma vez que nos últimos anos a leitura de jornais nos países asiáticos tem vindo a aumentar. A este respeito e sob o título “Tendências da imprensa mundial”, o site www.laprensa.com.pt revela dados de um inquérito realizado em mais de 70 países, que concluiu que “Mais de metade da população mundial adulta lê diariamente um jornal: 2500 milhões em formato impresso, mais de 600 milhões em formato digital”.

A imprensa escrita tem custos de contexto relativamente elevados que neste momento dificilmente conseguem ser superados pelas três fontes de financiamento tradicionais: receitas de publicidade, receitas de assinatura e vendas em banca. Com a crise financeira a nível mundial haverá pouco capital disponível para investir no sector. A que se somam as quebras de vendas (em banca e por assinatura) e as quebras no investimento publicitário, principalmente ao nível da imprensa escrita, sendo uma atividade que tradicionalmente não é lucrativa. A respeito do financiamento do jornalismo impresso citamos as conclusões da 68ª Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que decorreu em outubro de 2012, em São Paulo, Brasil. Entre os oradores destacaram-se Rosental Calmon Alves, jornalista e académico brasileiro e Juan Luis Cebrián, presidente do Grupo Prisa. Ambos concordaram que “o mecanismo de financiamento do jornalismo impresso pela

publicidade está esgotado desde o nascimento da Internet” e o presidente da Prisa afirmou mesmo que “ninguém tem a resposta sobre as novas vias de financiamento”. Estas declarações foram publicadas no site Último Segundo, a 13 de outubro de 2012. Acresce a este panorama, a modificação do paradigma tradicional do jornalismo (que hoje é imediato e global, como nunca foi antes) e o facto de boa parte das empresas de comunicação social terem sido feitas reféns de grupos económicos com uma agenda própria bem definida.

Ideia corroborada por Pierre Bordieu, que define a dimensão da influência política e económica nos media, alertando para a potencial ameaça criada ao equilíbrio democrático, num mundo onde o papel social dos media é desempenhado num contexto de concentração empresarial e onde “os interesses políticos e empresariais, e não o interesse público, podem definir a agenda noticiosa”. (Cardoso, 2006: 267)

É a censura velada, não escrita, mas exercida de forma evidente e que será visível a quem se dedicar a analisar a comunicação social em Portugal e no mundo. Uma realidade que já vem sendo espelhada nas últimas décadas, como explicou Jorge Pedro Sousa, no livro que publicou no ano 2000, considerando que “o jornalista não se confronta apenas com a incerteza profissional. Também se confronta com a má receptividade a certas notícias (...). Deste estado de coisas resultam pressões e mesmo ataques velados ou assumidos” (Sousa, 2000: 207). Quer isto dizer que, só podemos verdadeiramente discutir os valores-notícia e o agenda-setting da atualidade, se admitirmos na nossa análise que existem sempre pressões externas à construção noticiosa.

Conceitos como “valores-notícia”, “noticiabilidade” e “agenda-setting” fazem parte dos cânones do jornalismo, sendo que, por definição, notícia é tudo aquilo que foge à normalidade, tudo o que é incomum acontecer. Mas, obviamente que este não é o único critério para perceber o que é ou não notícia.

Para um grupo alargado de estudiosos (Hartley, Ericson et al., Wolf), “A noticiabilidade constrói-se a partir de um conjunto de valores/notícia” (Santos, 1997: 114). Entenda-se aqui o conceito de noticiabilidade como sinónimo de algo que “merece” ser notícia. Ou, como escreve Mauro Wolf, na obra fundamental do jornalismo *Teorias da Comunicação* (publicada em 1987 e que consultámos na edição de 1994), a noticiabilidade é “o conjunto

de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” (Wolf, 1994: 175).

Ou, para tornar o postulado mais simples, como refere Wolf,

“a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.”

(Wolf, 1994: 170)

O que, traduzido para a nossa realidade em análise significa que, entre toda a informação que chega a cada um dos nossos jornais, ela tem de ser previamente selecionada de acordo com vários critérios (os valores-notícia). Importa explicar que os “valores-notícia” não são universais, nem são imutáveis no tempo, como também refere Mauro Wolf na obra *Teorias da Comunicação*, embora possam ser relativamente comuns se pensarmos nos media do mundo ocidental. Há evidências para os valores-notícia se afunilem cada vez mais, se tivermos em conta a especialização dos media, casos dos desportivos ou dos económicos, para citar apenas os mais óbvios. Por outro lado, os valores-notícia influenciam o processo noticioso mais do que uma vez. Aquilo que é notícia em determinado momento e para o qual há um espaço definido no jornal pode, dependendo dos acontecimentos desse dia, deixar de ser noticiável, por perder importância perante outras matérias que, entretanto, surjam.

Enquadrando aqui princípios defendidos por vários estudiosos, dos quais destacamos Mauro Wolf, podemos considerar que o mais importante na hora de definir o que é ou não notícia são dois valores-notícia: a importância e o interesse.

Dentro do critério “importância”, consideram-se quatro grandes aspetos: o nível hierárquico dos envolvidos; o impacto sobre o interesse nacional (e a proximidade geográfica, temporal e emocional); a quantidade de pessoas que envolve ou afeta e a relevância. No caso das notícias sobre a crise, que optámos por abordar nesta dissertação, todos os aspetos supracitados são evidentes. A matéria em apreço envolve toda a nação e a família europeia, tem grande impacto sobre o interesse nacional, é discutida nas mais altas instâncias hierárquicas e é absolutamente incontornável no nosso futuro coletivo.

Seria, por isso impossível, a qualquer jornal nacional de carácter generalista ignorar o pedido de resgate financeiro do País. Como seria também improvável que o assunto não fosse destacado – sendo, por isso, manchete em todos os jornais. Aliás, durante o período em que insidiu a nossa análise, nos dias (poucos) em que o assunto não foi manchete ou submanchete, esteve pelo menos em destaque óbvio na primeira página dos jornais, como veremos detalhado na presente dissertação.

Do ponto de vista do conteúdo, genericamente podemos destacar como grandes temas dos jornais nesse período a questão do desemprego, o incumprimento dos pagamentos por parte do Estado, os previsíveis cortes em apoios sociais, além do acompanhamento do pedido de resgate e das manobras de ordem prática e política que isso envolveu.

Retomando os múltiplos estudos e teorias sobre os efeitos da comunicação de massas, um dos destaques será, seguramente, a teoria do agenda-setting, pela forma como postula que os media, mesmo que não sejam persuasores das massas, serão sempre responsáveis por escolher e difundir os assuntos que fazem parte da vida dos cidadãos.

em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descuidado, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (Shaw, 1979: 96)

(Wolf, 1994: 130)

E, se julgamos evidente que a imprensa não consegue dizer às pessoas como pensar, na verdade também não podemos ignorar o seu “poder” na hora de definir os temas que entram para a “ordem do dia”. E, quando durante um mês, três jornais diários generalistas mantêm notícias constantes sobre o resgate financeiro, a Troika, a austeridade e o FMI, o tema está não só na ordem do dia, como domina toda a atualidade.

Impõe-se perceber de que forma os três jornais em apressa nos fazem pensar sobre o tema e que tipo de informação escolhem como sendo relevante. Deixamos, deliberadamente, de fora desta discussão a questão de, nos nossos dias, a televisão e a Internet terem ganho um espaço que os faz determinantes na definição do agenda-setting. Num tema tão importante e fundador como o resgate financeiro do País, é útil discutir, sobretudo, a forma como este assunto é transmitido ao público. No processo de “newsmaking”, há muitos fatores que

condicionam a produção de notícias, até de forma implícita. Com o advento da Internet tudo se alterou, começando pelo acesso à informação, pela globalização dessa informação e mesmo por uma profusão de conteúdos que, não sendo informação, estão disponíveis online. Com o avanço das tecnologias (a Internet e os meios de difusão tecnológicos), tudo está disponível de forma quase imediata. Há exceções a mencionar, como as situações tecnicamente complicadas, de que são exemplos os casos de conflito armado, também as circunstâncias em que as autoridades de determinado país interrompem tecnicamente as comunicações, como aconteceu durante a Primavera Árabe ou locais do globo com cobertura deficiente.

Por um lado, os jornalistas têm a enorme pressão de fazer e publicar a informação em primeiro lugar, antecipando-se à concorrência. Por outro, com a Internet sempre disponível, as redes sociais, os sites e os blogs tornaram-se fontes de informação para os próprios jornalistas. A grande questão, nesta nova voracidade, parece ser o tempo (ou a falta dele), na hora de confirmar informações e ouvir contraditórios, por exemplo. Acrescente-se a esta nova realidade as agências noticiosas e, sobretudo, as agências de comunicação, com uma agenda própria que tentam “passar” para os media.

No mundo atual, em hipervelocidade, a vida quotidiana tem superabundância de acontecimentos. Pelo que, quando falamos nos media, é ainda mais premente a necessidade de seleção daquilo que poderá ser uma notícia. Entram em jogo os critérios de relevância, em que os acontecimentos têm de responder a um conjunto de requisitos para poderem ser notícia. E a quem cabe, afinal, o ónus de decidir o que é ou não notícia? Quem escolhe, entre a profusão de factos e acontecimentos aqueles que merecem ser contados?

É preciso recuar algumas décadas para encontrar em Kurt Lewin os primeiros estudos sobre o que designou como “gatekeeper” (os seus estudos iniciais remontam a 1943). Um conceito que podemos traduzir livremente como “guardião”, mas que usaremos com o significado de selecionador. É ele quem nota que podem existir zonas de filtro controladas por sistemas objetivos de regras, “gatekeepers”. E é esta ideia que haveria de ser trabalhada no seio da comunicação, nomeadamente por White, que analisou a atividade de gatekeeping enquanto selecionador do que é notícia. Mas como funciona, aplicado à construção noticiosa?

O gatekeeping nos mass media inclui todas as formas de controle da informação, que podem estabelecer-se nas decisões acerca da codificação das mensagens, da selecção, da formação da mensagem, da difusão, da programação, da exclusão de toda a mensagem ou das suas componentes (Donohue, Tichenor, Olien, 1972: 43)

(Wolf, 1994: 163)

Se pensarmos em mais do que um “gatekeeper”, numa figura que sirva de guardião, o processo de construção de uma notícia tem muitos potenciais “gatekeepers”, enquanto filtros da informação. O primeiro “filtro” será no acesso à informação e às suas fontes. Seguindo-se o momento em que o jornalista (e o seu editor) têm de decidir se um determinado acontecimento constitui ou não matéria para uma notícia e mesmo quando se discute que espaço merece uma determinada informação. “Podemos, assim, definir gatekeeping como sendo o papel de selecção e editorialização que a notícia sofre até atingir esse estatuto final nas organizações noticiosas” (Cardoso, 2006: 381).

Mas é imperativo que se perceba que, com novos media, há reformulações inevitáveis no processo de produção noticioso (como as supracitadas) e uma nova luz deve ser usada no momento de perceber como funciona a “filtragem” nos dias de hoje.

Com as alterações no modelo comunicacional, sobretudo por causa da Internet, a primeira grande mudança passou pela queda de fronteiras comunicativas (é quase impossível controlar o acesso à informação, mesmo em regimes ditatoriais). E, por outro lado, há novos centros de poder e controlo criados por causa das novas tecnologias (Cardoso, 2006: 202 - 3)

A nossa sociedade é hoje uma sociedade onde a televisão e a Internet (no acesso à diversidade de fontes e instantaneidade das mesmas) representam um factor de mudança nas nossas vidas, através da partilha de um mesmo ambiente informativo entre eleitos e eleitores e de um papel cada vez maior conferido à reflexividade enquanto instrumento de escolha.

(Cardoso, 2006: 182)

Embora alguns teóricos preconizem o fim do modelo de “gatekeeping”, por causa do aparecimento da Internet e das alterações que provocou, outros há que defendem que também o “gatekeeping” está a adaptar-se, mas não a chegar ao fim. Falamos de Internet gatekeeping (Cardoso, 2006: 382), que, num primeiro momento, pode ser algo tão simples como os processos de filtragem que funcionam nos motores de busca, e que vão condicionar não só o acesso à informação por parte do público, mas também dos próprios jornalistas, reféns das pesquisas online para acesso à informação, confirmação de dados ou

contactos, só para exemplificar. Registe-se que, embora no mundo ocidental os motores de busca obedecem a procedimentos estruturais e organizacionais definidos por logaritmos matemáticos, há outras partes do mundo onde os estados os manipulam, funcionando diretamente como filtros da informação.

Uma questão que se coloca é que papel está reservado para os jornalistas, numa era de novos gatekeepers e de produção noticiosa que nem sempre parece contar com os jornalistas? Gustavo Cardoso defende que o seu principal papel será de “mediadores”, prontos para credibilizar as notícias (Cardoso, 2006: 271)

Foi nesse espírito de mediadores que se colocou aos jornalistas portugueses o desafio de selecionar e filtrar a profusão de informação e conteúdos que surgiu no período em análise, o mês de abril de 2011, momento do pedido de resgate financeiro. Um desafio que, na era da globalização, no seio da União Europeia, envolveu as altas esferas da política internacional, mas não deixa também de ser uma notícia de carácter nacional.

1.4 A influência da era digital no “newsmaking”

A Internet foi, e é, muitas vezes comparada a uma nova Biblioteca de Alexandria. Uma biblioteca digital funcionando à escala do globo (...) funcionaria 24 horas por dia, percorrendo todos os fusos horários do planeta em simultâneo, seria alimentada, e cresceria, com base nas contribuições individuais de cada um dos seus utilizadores.

(Cardoso, 2006: 361)

A novel biblioteca de Babel, como se lhe refere Gustavo Cardoso (*ibidem*), implicou muitas alterações na forma de experienciar os media. Atualmente as notícias estão disponíveis em permanência e nos mais variados formatos: nos telemóveis, nos *tablets*, em *gadgets* de todas as formas. O que não significa acesso a toda a informação produzida. Em primeiro lugar impõe-se que tenhamos os meios tecnológicos, e depois, que os saibamos utilizar. Ademais, é fundamental que o nosso conhecimento nos permita procurar a informação que interessa, fazendo uma destrição de conteúdo. O futuro passará cada vez mais pela máxima especialização da informação, em que cada pessoa procura apenas os temas que mais lhe interessam.

No presente, porém, alguns modelos já se aproximam desse futuro, servindo os leitores com newsletters, permitindo que subscrevam os temas que coincidem com os seus centros de interesse. Em Portugal temos o exemplo do jornal online Observador que mantém, atualmente, várias newsletters diárias, gratuitas. Os leitores podem escolher as que querem receber nos seus e-mails. Os jornais ditos tradicionais mantêm várias formas de presença na Internet – sejam as suas páginas/sites, seja a presença em redes sociais, nomeadamente o Facebook e o Twitter. A maior parte dos jornais impressos mantém uma página online, mas o seu conteúdo não mimetiza integralmente o da versão impressa. A estes acresce, nalguns casos, o próprio Facebook e Twitter dos jornalistas, que estão nas redes sociais em nome próprio, mas que são indissociáveis dos media para que trabalham, em alguns casos mercê do seu próprio prestígio.

Na vertigem da multiplicidade de informação, no entanto, há que ter em conta a forma como os media se adaptam à nova realidade. Por um lado, os próprios jornais têm acesso a um enorme conjunto de informação. Por outro, na voragem que a Internet exige, são forçados a ter informação “imediate” nas suas presenças online, que traduz uma nova construção da realidade, imposta pelas permanentes mudanças de que todos fazemos parte.

Nessa duplicidade, o tempo para criar informação é escasso. O jornalismo de investigação tem pouco lugar nos media online, como afirmou Juan Luís Cebrián, presidente do Grupo Prisa, que lembrou que “apesar das possibilidades que a Internet oferece, não será possível manter repórteres durante vários meses em uma investigação sem saber se haverá um resultado”. Estas declarações foram proferidas na 68ª Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que decorreu em outubro de 2012, em São Paulo, Brasil e foram publicadas no site Último Segundo, a 13 de outubro de 2012.

Eventualmente cabe às versões impressas a publicação de informação mais detalhada, mas para a qual é preciso tempo de que a Internet não dispõe. Um contrassenso, se pensarmos que é na Internet que está todo o espaço disponível ao contrário do que acontece nos media impressos, mas que o imediatismo torna impossível de explorar com informação detalhada (haverá sites que apostam em publicar mais informação, mas isso implica que o façam num momento seguinte e não no momento imediato em que surge a informação).

A falta de tempo para confirmar factos e fazer investigação real, aquando da publicação de informação online cria uma dicotomia: a imprensa escrita, tradicional e impressa, que “explica” e a imprensa online, omnipresente, mas que sacrifica, algumas vezes, o conteúdo em prol da rapidez de publicação.

A respeito das alterações convocadas pelo advento da Internet no que concerne o jornalismo, Deuze identificou quatro tipos de jornalismo online (Cardoso, 2006: 273). Os sites de notícias (e aqui podemos considerar sites que representam online os media tradicionais); os sites de índice e categorias, como é o caso dos motores de busca e portais (que permitem encontrar links, por vezes até categorizados e anotados); sites de comentários e metasites (sobretudo blogs e sites de análise sobre o jornalismo) e sites de partilha e discussão.

Esta divisão proposta por Deuze e citada por Gustavo Cardoso data de 2001. O livro de Cardoso de 2006. Desde a publicação da obra de Deuze muito se alterou na Internet e na tecnologia que lhe é inerente. Porquanto aceitemos a classificação de Deuze, para fins de estudo, não esqueçamos que, entre outras questões a destacar há quatro grandes “eventos” que mudaram a face da Internet nos últimos anos e a forma como jornalistas e cidadãos acedem aos metadados, e que ainda não eram válidos em 2001.

A encabeçar esta lista encontramos o Google, motor de busca omnipresente, mas que em 2000/2001 estava ainda numa fase embrionária da conquista do mundo. Hoje, é o principal motor de busca a nível mundial. Dificilmente a busca de informação e de notícias não passa por ele.

Há, também, que levar em linha de conta a dimensão ganha pela Wikipedia que, embora seja uma enciclopédia que obriga a confirmar dados, visto serem os leitores de todo o mundo que compilam a informação disponibilizada, se impôs como um local de pesquisa incontornável, embora só tenha ficado disponível a partir de 2003.

Quanto ao Facebook, depois de 2004 a rede social chegou para mudar o mundo. Hoje, além da presença individual de cada pessoa, o Facebook mobiliza empresas, organizações que mantêm nesta rede social as suas páginas institucionais e, claro, as de jornais, televisões e demais media espalhados pelo mundo. Além da atualização permanente, o Facebook promove um contacto mais imediato e descontraído entre todos (público e

organizações), está sujeito a regras de contacto muito menos rígidas que as tradicionais e permite a existência de comentários, transformando a comunicação em algo bilateral.

Por último, destacamos ainda o Twitter, apesar de não ter um mundo de seguidores em Portugal, ou de não ser tão popular como o Facebook. A rede social, que implica a condensação de informação em pequenas mensagens com o máximo de 140 caracteres cada, conquistou muitos seguidores pelo mundo fora. Os jornalistas, “opinion makers” e as próprias empresas de comunicação são ávidos participantes nesta rede social, que tem também alterado a forma como lidamos com a informação.

Feita a salvaguarda tecnológica imposta pelo facto das disposições de Deuze serem datadas, importa perceber que, no cerne de todas estas mudanças, esteve a necessidade de fazer investimento, quer em recursos financeiros, quer humanos, para maximizar os novos desafios e oportunidades trazidos pela Internet. Não aprofundaremos mais esta questão por razões temáticas, mas importa dizer que hoje os media tradicionais encontram-se num impasse pela procura do modelo evolutivo ideal. Na primeira fase a presença dos media na Internet implicou, sobretudo, a publicação de conteúdos disponibilizados gratuitamente. Hoje, a meta dos órgãos de comunicação social passa por perceber como rentabilizar a presença na Internet. A criação de conteúdos pagos, ou a persecução de modelos mistos tem marcado a evolução dos media na sua presença online. Sobre os modelos mistos refira-se, a título de exemplo, que o jornal *Público* criou um modelo que permite a cada leitor/IP de computador ler até 20 artigos por mês de forma gratuita. O *Correio da Manhã* tem algumas notícias exclusivas para leitores pagantes (e disponíveis na versão impressa). O *Expresso* avançou com uma edição diária online, paga, a que os compradores do jornal em versão imprensa têm acesso (através de um código).

A discussão das fórmulas de financiamento dos media, no entanto, daria origem a um novo estudo. É reconhecido que a transição para um modelo misto entre jornais e revistas impressos e versões online tem sido difícil. Apesar disso, em Agosto de 2013, The New York Times Company anunciou proveitos de 360 milhões de dólares com o seu negócio digital, conforme escreveu Henry Blodget, no site Business Insider, a 1 de agosto de 2013. Obviamente poucos títulos se podem comparar em dimensão. A mudança de paradigma na comunicação social, a diminuição de vendas e de receitas publicitárias e a predisposição que se verifica da Internet ser tendencialmente gratuita em termos de informação seriam

aspectos a ter em conta. Atrevemo-nos a dizer que, no atual contexto, é impossível encontrar uma solução vencedora que possa responder às necessidades dos órgãos de comunicação, como confirmam os estudiosos. Ao escreverem sobre a necessidade de o jornalismo se repensar, os estudiosos Bregtje van der Haak, Michael Parks e Manuel Castells teceram considerações sobre o futuro dos media tradicionais.

“The “crisis” in journalism seems to be mainly one of traditional business models for print and broadcast journalism (...) Since people can now choose to get the information they want from multiple sources, many of which are free, they opt less automatically and less frequently for newspapers and network television, and more often for online news, satellite, cable, radio, and their smartphones. The willingness to pay for information has declined, and advertising is following readers, viewers, and users to the Internet (...) This calls into question the business models based on selling advertising space in newspapers and on broadcast television (...) Faced with changing media use, media companies need to innovate to remain profitable, and some are failing because businesses largely have not done so”.

Do ponto de vista dos conteúdos, genericamente falando, uma das grandes mudanças trazidas (ou talvez amplificada pela Internet) foi a promoção dos “fait-divers” à categoria de material noticioso, mesmo entre os jornais ditos sérios. Data do século XIX a utilização do vocábulo “fait-divers”, de origem francesa, existindo uma definição de Pierre Larousse que dá conta do “fait-divers” como sinónimo de certos fenómenos. Seria outro francês, Roland Barthes, um dos seus principais estudiosos. Numa definição simplista os “fait-divers” de Barthes serão os “inclassificáveis da informação”. Podemos encontrá-los na proliferação de figuras nascidas na era digital e de assuntos que tradicionalmente não seriam notícia. A necessidade de estar sempre a atualizar informação e a acrescentar dados torna o filtro noticioso muito mais permeável. A voracidade da Internet torna as matérias noticiosas mais efémeras e pouco aprofundadas.

No mundo atual, além da preponderância dos “fait-divers”, existe uma enorme tendência para o entretenimento, mesmo no que respeita às notícias. Sobretudo nos canais generalistas de televisão, principalmente na TVI, passou a ser comum encontrar exemplos de entretenimento que se transforma em “notícia” – a estreia de uma novela, por exemplo. E nos jornais essa realidade também é visível. Há mesmo uma designação para essa realidade criada pela era digital: o infotainment, numa caracterização de Hartley (2004), (Cardoso, 2006: 405). Embora originalmente pensado para designar programas de rádio e televisão, o termo, acreditamos, pode ser transversal à imprensa escrita, para designar certo tipo de pseudo-informação, onde também se privilegia a emoção sobre a razão.

Pensem na forma como a Internet alterou as nossas vidas e também os próprios media e será fácil perceber que a Internet é o primeiro instrumento de comunicação não filtrado. Até ao seu aparecimento e à sua utilização de forma global, as notícias eram identificadas como tal e apresentadas por profissionais (ou escritas e assinadas). Hoje, todos somos potenciais jornalistas. Um simples telemóvel é suficiente para registar um momento e difundi-lo, basta para isso que haja tecnologia e cobertura de rede.

Graças à Internet todas as pessoas são potenciais produtoras de conteúdos. Tudo está permanentemente disponível em qualquer momento. Há um resvalar para o entretenimento (com notícias que não são sobre factos, mas privilegiam aspetos que anteriormente não tinham valor noticioso) e há um potencial de especialização que condiciona os media tradicionais.

“The million dollar question”, traduz-se em duas grandes interrogações: como conseguir projetos de media equilibrados do ponto vista noticioso e também financeiro de acordo com o novo paradigma da comunicação; e, na sequência desse novo paradigma, que papel caberá aos jornalistas?

Mercê das facilidades de difusão, o próprio conteúdo dos meios de comunicação tradicionais também tem vindo a sofrer alterações, como veremos em detalhe a respeito do dia do pedido de resgate financeiro no capítulo III desta dissertação.

1.5 Metodologia de investigação

A primeira interrogação que daria origem à presente dissertação nasceu da tomada de consciência da pouca atenção que era dada pelos cidadãos portugueses à questão europeia. O desinteresse que os assuntos europeus foram merecendo por parte dos cidadãos está bem espelhado na abstenção eleitoral. As eleições para o Parlamento Europeu são, em Portugal, alvo de elevada abstenção. Esse ato cívico é o único em que os cidadãos têm uma ação direta em relação à Europa e é bem explicativo de como não há interesse na forma como as instituições funcionam. Segundo dados da CNE – Comissão Nacional de Eleições, nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu realizadas em Portugal a abstenção foi de 27,58% (no ano de 1987). As últimas, em junho de 2014, registaram abstenção de 65,33%.

Mas, vista assim, esta é uma questão substantivamente vasta. Foi preciso criar condições para afunilar a informação. Essa oportunidade viria a surgir com a crise financeira, postulada por um conjunto de eventos marcantes, que abalam os pilares da própria construção europeia, cujas ondas de choque sacodem Portugal (e o mundo).

Na nossa investigação procuramos encontrar a fórmula definida pelos jornais portugueses para transmitirem aos nossos cidadãos informação sobre a União Europeia, que corresponde ao contexto político e social onde nos inserimos há quase 30 anos. Uma interrogação inicial que haveria de nos conduzir à questão que norteou a nossa investigação: De que forma os jornais portugueses mostraram as alterações políticas e económicas a que o país estava sujeito no momento do resgate financeiro, que foi pedido em abril de 2011?

MacMillan e Schumaker (1997), citados por Clara Pereira Coutinho (2011: 48) identificam seis critérios para avaliação dos problemas de investigação, dos quais destacamos a relevância: “O problema tem de ser relevante para o estado atual do conhecimento”.

Sendo um acontecimento recente, a crise financeira e o resgate financeiro não estão ainda completamente escalpelizados do ponto de vista da análise pelas Ciências Sociais. O resgate financeiro a Portugal – um país da União Europeia e da Zona Euro – atraiu as atenções mediáticas. Em Portugal o primeiro e único livro publicado exclusivamente sobre a matéria da ajuda financeira ao país surgiu pelas mãos de dois jornalistas – David Dinis e Hugo Filipe Coelho. Autores de *Resgatados*, livro publicado em setembro de 2012, ambos os jornalistas trabalhavam no *Diário de Notícias* aquando do início do resgate financeiro. O livro centra-se, sobretudo, no período que antecedeu o pedido de auxílio financeiro e fala de bastidores e não da visão dos media. O mundo inteiro centrou atenções em Portugal, com artigos que faziam o anúncio do resgate, a análise e as previsões económicas, a serem publicados em toda a imprensa internacional.

E se os media internacionais (Financial Times incluído) não hesitaram em destacar o iminente pedido de resgate financeiro, de igual modo o tema foi divulgado nos jornais lusos. Mais do que divulgado, este foi um momento único (e com repercussões para anos vindouros), pelo que seria sempre incontornável para a comunicação social.

A crise internacional, a dívida soberana, o resgate financeiro do País são circunstâncias que alteraram a nossa realidade coletiva. Importa perceber de que forma esta informação foi transmitida aos cidadãos, que conteúdos foram selecionados, que imagens, linguagem e elementos metalinguísticos fizeram parte do discurso diário dos jornais. Na nossa análise procuramos explicar como é construída esta nova realidade social, política e económica e que imagem nos é transmitida em relação à própria construção europeia, cada dia mais posta em causa, mercê da austeridade que grassa um pouco por todo o mundo. O descontentamento popular está bem patente em exemplos como o que aconteceu em Espanha, com o Movimento dos Indignados, que se traduziu num conjunto de protestos civis contra as políticas de austeridade, usando as redes sociais como plataforma para marcar os protestos que seguiram para as ruas. Foi um dos principais movimentos de contestação de carácter cívico. Bruxelas foi também palco de vários protestos de indignados e, em Portugal, o movimento de indignação levou milhares de pessoas a protestarem nas ruas.

A respeito das circunstâncias financeiras e políticas que estiveram na origem da crise explique-se que, naturalmente, elas não surgiram de forma inesperada e espontânea. Foram, ao invés, um corolário de políticas, tomadas de posição e pressões, como veremos de forma detalhada no capítulo III. Pouco tempo antes do pedido de resgate oficial em Portugal, a jornalista Teresa de Sousa publicava um artigo a explicar a dimensão do colapso, em termos europeus, numa peça que retoma no seu livro e que é importante referir neste fórum. “Chegou a alimentar o sonho de vir a ser uma superpotência. Integrou um continente. Criou uma moeda. Mas hoje o mundo corre contra ela. É um colosso que não se consegue transformar em poder. Estará a Europa condenada à irrelevância? (Sousa, 2014: 20)

O pedido de resgate financeiro, que entre nós ocorreu em abril de 2011, não foi o primeiro a surgir entre os Estados Europeus. A Grécia e a Irlanda avançaram com pedidos de auxílio em 2010, respetivamente em maio e novembro, o que tornou evidente e inequívoca a crise económica e financeira na Europa. E, por outro lado, esse pedido de resgate conduziu a uma subida de tom no descontentamento popular nos países “resgatados” (e não só).

A influência das agências de rating, o desemprego nos países intervencionados, bem como o descontentamento social, passaram a ser as notas dominantes deste período. No quesito

do descontentamento social, a somar ao desemprego e aos cortes anunciados pelas medidas de austeridade será fundamental lembrar que, com a pertença à “cidadania europeia” as populações criaram expectativas em relação a direitos e a condições de vida, que a crise veio colocar em causa.

Tony Judt, historiador inglês (entretanto falecido), disse-o de forma perentória na sua última análise sobre o fim anunciado do Estado Social, ou do mundo europeu tal como o conhecemos. “(...) o capitalismo desregulado é o pior inimigo de si próprio (...). Temos de repensar o Estado (...) Em parte alguma da Europa os eleitores são a favor da supressão dos serviços públicos de saúde, do fim da educação gratuita ou subsidiada ou da redução dos serviços de transportes públicos e de outros serviços essenciais.” O autor publicou inicialmente este artigo no jornal The Guardian, aqui traduzido e citado na sua posterior publicação no nº 177 da Revista Courrier Internacional (novembro de 2010).

Numa Europa influenciada pela questão da crise financeira à escala global e a atravessar mudanças extremamente acentuadas, sobretudo do ponto de vista social, a influência das decisões de Bruxelas nunca terá sido tão determinante, tão evidente e com efeitos práticos tão imediatos como neste período da nossa História coletiva.

É forçoso que recuemos um pouco mais no tempo para encontrar o principal móbil que levou a que seguíssemos este percurso de investigação. Pois a nossa primeira grande interrogação, anterior à questão da crise financeira, foi a respeito da informação sobre a Europa (leia-se, sobretudo, a União Europeia). Será que estamos informados?

Uma das fontes de informação que serviu para suportar a nossa primeira questão foi o Eurobarómetro nº 74, publicado em fevereiro de 2011 a respeito da forma como os europeus se consideram informados sobre as questões europeias, e que elegemos para consulta, uma vez que cronologicamente é o relatório mais próximo do nosso período de análise. A ficha técnica deste estudo considerou cidadãos com mais de 15 anos, oriundos de um estado-membro (no momento de consulta eram 27 estados-membros). Foi também conduzido nos quatro países com candidaturas a decorrer: Croácia, Turquia, Macedónia e Islândia.

A consulta ao referido Eurobarómetro permite-nos constatar que 73% dos inquiridos considera que as pessoas do seu próprio país estão mal informadas sobre os assuntos

européus. E, entre os inquiridos, uma percentagem de 66% admite estar mal informada no que à Europa diz respeito. Dados que reforçam o interesse nesta investigação.

Definidas as linhas mestras de investigação tornou-se imperativa a necessidade de definir as nossas fontes principais de pesquisa – o objeto de estudo. Os jornais foram a nossa primeira escolha, pela sua dupla função como espelhos e construtores da realidade social e porque para um trabalho como este seria impossível sem recursos específicos (como era o nosso caso) fazer uma análise de igual proporção, com noticiários de rádio ou de televisão.

Por não ser o âmbito desta dissertação, ignoraremos aqui os estudos sobre os modelos de explicação dos efeitos dos meios de comunicação. Um dos postulados mais interessantes a ter em conta seria o de Noelle-Neumann e a sua teoria da espiral do silêncio (1973), na qual se considera que a opinião é fruto de valores sociais, de informação veiculada pela comunicação social e também do que os outros pensam. (Sousa, 2000: 177)

Justificada a escolha pelos jornais enquanto objeto de análise, e no que à metodologia de trabalho concerne, estabeleceremos seguidamente o perfil dos periódicos elegidos para análise.

Dos estudos clássicos sobre jornais surge a sua divisão em três categorias, mimetizando a proposta de divisão do mercado anglo-saxónico (e que é comumente aceite). São considerados os “tabloids”, os “broadsheets” e os “middle-market”, com características bastante definidas, mas que na verdade não têm uma correspondência exacta no nosso mercado. Essas características envolvem o layout (formato, cores, tipo e tamanho de letra e uso de fotografia), o conteúdo (de referência *versus* sensacionalista) e a postura do próprio jornal. Estes são aspetos condutores da nossa investigação.

Numa boa parte dos países, de França aos EUA, é comum ser público o alinhamento político dos jornais, o que em Portugal nunca aconteceu entre os generalistas diários. As duas exceções feitas, embora com periodicidade distinta, são os jornais assumidamente políticos e politizados, como são os casos do Avante, feito pelo PCP, ou do Diabo, historicamente de direita. Não só nos jornais, como nos outros media, parece haver algum pudor em assumir o alinhamento político de um meio de comunicação.

Eventualmente, os próprios jornalistas, escudados na ideia de objetividade e imparcialidade, inerentes às suas funções, rejeitariam que o órgão de comunicação para o qual trabalham pudesse assumir um determinado alinhamento político. Gaye Tuchman já em 1971 abordava a questão dos jornalistas usarem a sua objetividade como ritual estratégico de autodefesa. Veja-se a esse propósito o seu texto “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”, publicado no livro “Jornalismo: questões, teorias e «estórias»”, cuja organização ficou a cargo de Nelson Traquina.

Há também a questão do jornalismo se ver a si próprio como uma espécie de “contrapoder”, rejeitando, por princípio, aproximações a quem está na governação, seja à esquerda, ou à direita, corporizando a ideia de que os media servem de supervisores do poder, denunciando o que está mal. A este respeito afirma Dominique Wolton que “os jornalistas querem ficar por cima e tornar-se os purificadores da democracia. (...) que consiste em tender para um jornalismo de denúncia” (Wolton, 1999: 231-2).

No entanto, há alturas em que parece muito ténue a linha que separa os media de quem está no poder, sem que isso seja assumido. Recorde-se a campanha feita pelo jornal *Expresso*, aquando da recandidatura de Cavaco Silva a Presidente da República. Um jornal que, recordemos, foi fundado por Francisco Pinto Balsemão, um dos fundadores do PSD.

Uma forma de aferir o perfil ideológico de um jornal poderia passar pela análise do seu editorial e pelos artigos de opinião que publica, o que também não é linear, como veremos no capítulo III.

Nas questões prévias que devem ser avaliadas para uma cabal validação da nossa análise deveremos também ter em conta a questão económica, que não é de somenos importância e que ajuda, eventualmente, a enquadrar a tipologia dos jornais em estudo, isto é, os grupos económicos a que o jornal pertence ou está, de alguma forma, ligado. (Por vezes podem ser acionistas em nome individual, mas que estão, por sua vez, ligados a outros grupos económicos, com uma agenda própria). Entre os três jornais em análise o *Correio da Manhã* insere-se na categoria de tabloide, como podemos verificar pelo seu tamanho de página, as letras garrafais, o uso persistente de vermelho e seus derivados, as fotos de grande dimensão, o conteúdo sensacionalista. Fundado em 1979 é o jornal generalista

diário líder de mercado em Portugal. O seu atual diretor é Octávio Ribeiro (que já estava em funções no período em análise – março a maio de 2011).

No caso do jornal *Público*, o mais novo dos três diários que compõem o objeto de estudo, a sua fundação data de 1990, tendo sido criado no seio do Grupo Sonae. A sua atual diretora é Bárbara Reis, em funções desde 2009. Quanto ao conteúdo e layout, o *Público* assume uma postura de jornal de referência “broadsheet”, embora num formato de papel mais próximo do jornal “middle-market”. Parco na utilização de cores berrantes, o jornal *Público* aposta, sobretudo, no preto em termos de títulos, fazendo apologia de títulos explicativos. Há utilização de fotos, mas a mancha gráfica não é normalmente dominada por ela, excluindo algumas circunstâncias excecionais, como iremos ver na análise do corpo de estudo.

Também o *Diário de Notícias* surge com uma aproximação natural aos “broadsheet” – e na comparação o *Público* fica mais próximo de um “middle market” – quer no conteúdo, quer no layout (será maior que um “tabloid”, mas mais curto e estreito que um “broadsheet”). Tal como o *Público* escolhe cores sóbrias, com natural destaque para o preto, usa a fotografia, embora não seja dominado por ela (é até mais comedido que o *Público*, normalmente). E tem títulos informativos, mas não extensos como o *Público*.

O *Diário de Notícias* foi fundado ainda durante a monarquia (1864) passou por várias mãos e atravessou vários períodos que retratam a própria história do País. O jornal, nacionalizado no período do 25 de abril, manteve nos anos que se seguiram (depois de novembro de 1975) uma postura de serviço público, conseguindo uma certa aura de independência e assegurando o pluralismo de opiniões. Voltaria à posse de privados em 1991 e desde o ano passado, a empresa que detém o título passou a designar-se Global Media, sendo o seu fundador e ainda hoje acionista de referência, Joaquim Oliveira. André Macedo é o atual diretor do jornal, desde agosto de 2014, sendo que no período a que nossa análise reporta a direção estava a cargo de João Marcelino (em funções desde 2007).

A composição do corpus da nossa investigação acabaria por ser reduzida face às nossas premissas iniciais, mercê do necessário equilíbrio entre a quantidade de informação a processar e a análise de dados. Do ponto de vista prático comparámos três meses de publicações, definidos em função da data do pedido de resgate financeiro – abril de 2011.

O maior enfoque foi dado ao mês de abril, pelo que analisámos de forma comparativa todas as notícias publicadas nos três periódicos que se referissem ao resgate financeiro e aos aspetos a ele conexos. Para o fazermos utilizámos um instrumento de codificação que consta dos anexos desta dissertação e definimos parâmetros comparativos em layout e conteúdo.

Quanto aos meses de março e maio, embora a nossa recolha tenha sido semelhante do ponto de vista metodológico, a análise final foi feita de forma mais global, permitindo estabelecer duas linhas de pensamento. No caso do mês de março o grande objetivo foi contextualizar as circunstâncias que estiveram na origem do resgate e, além disso, demonstrar a forma relativizada como o tema “Europa” surgia nos media.

No que concerne ao mês de maio, a grande linha orientadora foi perceber os efeitos do resgate financeiro na agenda dos media e desvendar a fórmula encontrada pelos três jornais para acompanharem e relatarem o “follow-up” do resgate e as suas consequências.

Expostos os pressupostos básicos que deram origem à nossa investigação, bem como a justificação das escolhas assumidas na metodologia de trabalho consideramos pertinente contextualizar sociopoliticamente o período histórico em que a mesma decorre, o que faremos no capítulo seguinte.

II Capítulo: O resgate financeiro na Europa e em Portugal

2.1 Os resgates financeiros na Europa

O pedido de resgate financeiro apresentado por Portugal em abril de 2011 não foi o primeiro a ser feito por um país da zona Euro nos últimos anos, se usarmos como referência temporal os anos de 2007/08, quando a crise do subprime começou a sentir-se. O primeiro dos Estados-membros a evidenciar dificuldades financeiras foi a Grécia. A real dimensão da situação financeira grega, que estaria a ser disfarçada pelo Governo de Atenas levou a que os centros de decisão europeus considerassem a ajuda externa inevitável, a partir de fevereiro de 2010. Numa primeira fase, a Chanceler alemã Angela Merkel manifestou-se contrária ao resgate, sobretudo pelas implicações que pudessem obrigar a Alemanha a custear a crise de outros Estados-membros. Do ponto de vista mediático, a imagem que surgia da Grécia era de um país onde se mentia sobre o valor real do défice, onde existia fuga generalizada aos impostos e um povo subsídio-dependente. O que contribuiu para que Angela Merkel, com eleições internas a aproximarem-se, se mantivesse relutante no apoio a medidas que implicassem custos para a Alemanha, como podemos ler no artigo “A eleição local que pode ditar o futuro do governo de Angela Merkel”, escrita pela jornalista Maria João Guimarães e publicada a 9 de maio de 2010, no jornal *Público*.

Com o agravamento das contas gregas, Berlim reviu a estratégia menos de dois meses depois, uma vez que o ambiente de caos financeiro ameaçava alastrar-se a toda a Europa. Em maio de 2010 foi aprovado o primeiro resgate grego. Esse resgate materializou-se acionando um dispositivo de apoios à Grécia por parte dos Estados-membros da Zona Euro de 80 mil milhões de euros. A que se somaram 30 mil milhões do FMI (as contas foram feitas por vários jornais, dos quais aqui destacamos o título do *Diário de Notícias*, “Grécia recebe 110 mil milhões”, publicado a 3 de maio de 2010). E se este título é manifestamente imparcial, nem todas as notícias sobre o pedido de resgate financeiro da Grécia foram isentas, como podemos comprovar pelo título escolhido pelo *Diário de Notícias* a 24 de abril de 2010. Sob o título “Merkel impõe à Grécia programa de austeridade”, o jornal explica como Merkel “exigiu” um programa de “austeridade credível” à Grécia, considerando que a chanceler alemã foi a grande obreira deste pedido de resgate.

Graças à intervenção do FMI (na prática o empréstimo foi feito pelo FMI e pela União Europeia), a Grécia foi obrigada a tomar várias medidas consentâneas com a austeridade financeira e económica. Entre essas medidas, destacam-se o corte ou redução de subsídios de férias e de Natal, de pensões e apoios sociais e a subida de impostos. A idade da reforma também aumentou, houve privatizações e despedimentos, num conjunto de medidas descritas na notícia intitulada “Grécia anuncia novas medidas de austeridade”, que o site da rádio TSF publicou em 21 de setembro de 2011.

O ano de 2010 ficaria ainda marcado por outro pedido de resgate financeiro por parte de um estado-membro europeu. A Irlanda oficializou o pedido a 21 de novembro de 2010. Informações posteriores haveriam de revelar que o pedido não foi voluntário, como demonstra a notícia assinada por Jorge Nascimento Rodrigues e publicada no *Expresso online*, a 6 de novembro de 2014, intitulada “BCE ameaçou Irlanda se não pedisse resgate”. Tambémm foi tornada pública uma carta confidencial enviada pelo então presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, ao Ministro das Finanças irlandês, Brian Lenihan, exigia que fosse pedido um resgate. Caso contrário seria travada a linha de fundos atribuídos aos bancos irlandeses.

O resgate financeiro foi acompanhado por um plano de medidas, que se traduziram em aumento de impostos, cortes salariais aos funcionários públicos, despedimentos (cerca de 25 mil funcionários públicos), corte no investimento público, corte no salário mínimo e em vários apoios sociais. É possível conhecer as medidas anunciadas aquando do resgate financeiro, lendo, por exemplo, a notícia “Irlanda apresenta plano de austeridade com um corte de 20% na despesa”, publicada no site da *TSF* em 24 de novembro de 2010.

Do ponto de vista mediático, no entanto, o pedido de resgate financeiro irlandês foi representado de forma mais factual e objetiva pela imprensa nacional, quando comparado com as notícias do resgate grego. Como confirmamos ao ler o título escolhido pelo *Diário Económico* ou o título do jornal *Expresso*, ambos do dia 21 de novembro de 2010: “Eurogrupo aprova resgate à Irlanda” e “Irlanda vai pedir ajuda internacional”. Ao contrário do que aconteceu com o resgate financeiro à Grécia, no caso do pedido irlandês não houve período especulativo nem hesitação europeia. Essas circunstâncias refletem-se na informação que foi produzida a esse respeito.

Três anos depois, a Irlanda rejeitou o programa cautelar que, por vezes, se segue aos resgates financeiros e voltou aos mercados sem qualquer outro apoio. Sob o título “Irlanda rejeita programa cautelar”, o site *Euronews* descreve essa opção em notícia publicada a 14 de novembro de 2013. O modelo de pedido de auxílio financeiro, com recurso às ajudas do FMI e de Bruxelas, que acabou por ser imposto a vários estados-membros não foi, no entanto, operacionalizado em todos os países europeus em dificuldades financeiras. Foi o caso da Islândia, que não pertence à União Europeia, embora tenha sido candidata à adesão, e onde a crise se manifestou em 2008. A Islândia formalizou o pedido de adesão à União Europeia em 2009, mas em março de 2015, já depois da sua recuperação económica, o país colocou um ponto final no processo. Detalhes sobre esse percurso podem ser encontrados na notícia “Islândia já não quer ser membro da União Europeia”, que o site do *Jornal de Negócios* publicou em 13 de março de 2015.

Depois de décadas a ter como principal atividade económica a indústria pesqueira e a exportação de alumínio, a Islândia desenvolveu um sistema muito atrativo para os investidores financeiros. Esse modelo económico, no entanto, resultou no colapso dos bancos islandeses em 2008, o que viria a dar origem a uma grave crise económica. “Os bancos entraram em incumprimento nas dívidas que tinham com o exterior, e os investidores estrangeiros destes bancos perderam muito dinheiro, cerca de 64 mil milhões de dólares. A falência destes bancos neste pequeno país corresponderia à terceira maior falência nos Estados Unidos. Não se pode dizer que não foi uma tática inteligente do Governo não apoiar os bancos”, defendeu Gylfi Zoega, membro do Banco Central da Islândia, em entrevista citada pelo site da *TVI24* (publicação de 8 de maio de 2011, “Afinal o que aconteceu à banca islandesa?”).

De acordo essa entrevista e com explicações publicadas pela *Agência Reuters* (em notícia de 12 de junho de 2012, intitulada “Europe should see Iceland as recovery role model”), os volumes de dinheiro emprestado levaram a que os três maiores bancos (Glitnir, Kaupthing e Landsbanki) tivessem uma dívida combinada seis vezes superior ao Produto Interno Bruto (PIB) da Islândia. De forma encapotada, os pequenos bancos comerciais foram usados para pedir dinheiro emprestado a outros países, com a garantia implícita do Estado – que não tinha dívida, nem historial de incumprimento.

Ao contrário de outros países em incumprimento, a Islândia não integrava a União Europeia nem a Zona Euro e, dispondo de moeda própria, pode recusar a austeridade como solução. Este país optou por impor perdas aos credores e não aos cidadãos, manteve o Estado-social e conseguiu consolidação orçamental, além de melhorar os números do desemprego. Dois anos depois – rejeitada a austeridade – a economia da ilha estava a crescer, quer impulsionada pelo consumo privado, quer pelo investimento. Em notícia publicada pelo *Jornal de Negócios* em 19 de fevereiro de 2015, Olafur Grimssom, presidente da Islândia, explica que “Islândia saiu da crise porque ‘não deu ouvidos’ à UE e recusou a austeridade” (no título da notícia). Olafur Grimssom considerou que parte do sucesso se deveu ao facto de “não terem dado ouvidos aos organismos internacionais, especialmente a Comissão Europeia, que recomendavam a aplicação de medidas de austeridade para suportar a recuperação económica”.

Apresentado como uma inevitabilidade aos estados-membros, o resgate financeiro e as medidas de austeridade impostos a vários países europeus começam hoje a ser questionados por quem fez parte do processo. Como é o caso de Philippe Legrain, ex-conselheiro económico de Durão Barroso e que agora defende que as ajudas a Portugal e à Grécia foram na realidade uma forma de resgatar os bancos alemães. O ex-conselheiro europeu escreveu o livro *European Spring: Why our Economies and Politics are in a mess*. Nessa obra defende que “a gestão da crise da dívida, ou crise do euro, foi totalmente inepta, errada e irresponsável, e que todas as consequências económicas e sociais poderiam ter sido evitadas”, aqui citado em entrevista concedida ao jornal *Público* e publicada em 11 de maio de 2014.

A crise económica, no entanto, seria só uma das facetas dos problemas que assolaram os países europeus. O sonho de uma Europa unida, construída com base na solidariedade dos estados, revelou ser, afinal, uma estrutura extremamente frágil. Como postula José Manuel Fernandes, no editorial que assina na revista XXI, Ter opinião:

(...) A política regressou, sem disfarces, ao espaço e à retórica dos interesses nacionais, defendidos quer por políticos, quer por líderes de opinião. País a país, mesmo o pretendido discurso comunitário é feito em função da percepção do interesse nacional do momento. Nos países do Sul, esse discurso é o que reclama os princípios da solidariedade europeia, um discurso formalmente idealista mas terrenamente interesseiro, pois essa solidariedade teria apenas um sentido. Nos países do Norte também não faltam os discursos em defesa da União, mas agora para fazer avançar as normas de governação comuns que, para os países do Sul, são quase ordens de prisão.

Esta é a sùmula que expõe quiçá a principal questão com que se debate a Europa e que inquina a possibilidade de um verdadeiro modelo federalista, como chegou a ser o objetivo da Europa unificada. Ao contrário do que acontece, por exemplo, nos EUA, em que há um sentimento de pertença a um país, podendo um estado contribuir para pagar as dívidas de outro, a bem da economia comum, nesta Europa dividida esse modelo revelou-se impossível.

Acresce aqui a ideia, propagada internacionalmente, de que os países do Sul (entre eles Portugal e Grécia), são povos incumpridores, que vivem de subsídios e não gostam de trabalhar. E que, com o resgate internacional, o ónus do pagamento das dívidas desses países iria recair sobre os trabalhadores alemães ou finlandeses, por exemplo. Uma visão que reputamos de simplista, mas que terá feito o seu caminho alicerçada numa certa retórica política, de que são expoentes máximos a Chanceler alemã Angela Merkel e o líder político finlandês Timo Soini, eurodeputado, líder do partido de extrema-direita Verdadeiros Finlandeses. Nas eleições legislativas de 2011 este partido converteu-se na terceira força política daquele país. No caso de Merkel as suas declarações de maio de 2011, que serão simbólicas, ficaram famosas. Citada pelo jornal alemão *Spiegel* (versão internacional), em notícia publicada a 18 de maio de 2011, a Chanceler considerou que “It is also important that people in countries like Greece, Spain and Portugal are not able to retire earlier than in Germany”.

Nesse mesmo dia a notícia multiplicou-se, como se pode ler, por exemplo, no jornal francês *Le Monde*. “La chancelière Angela Merkel a fustigé les vacances et systèmes de retraite des pays d'Europe du Sud, qu'elle juge bien trop généreux, rapporte la presse allemande, mercredi 18 mai. ‘Il faudrait que dans des pays comme la Grèce, l'Espagne, le Portugal on ne parte pas à la retraite plus tôt qu'en Allemagne’ ”.

Um dia depois, a 19 de maio de 2011, o mesmo jornal que espoletou a polémica, o *Spiegel* avançou com um artigo intitulado “The Myth of a Lazy Southern Europe: Merkel's Clichés Debunked by Statistics”. Nesse artigo o jornal rebateu os pontos defendidos por Merkel, escolhendo um “lead” que resumiu o pensamento da Chanceler sobre os países do Sul da Europa: “Chancellor Angela Merkel earlier this week strongly hinted that Southern Europeans take too much vacation and retire too early. It is an image many Germans share of Greece, Spain and Portugal”.

Quanto a Timo Soini, uma notícia avançada pela agência *Lusa* a 2 de maio de 2011, demonstrou que o líder do partido Verdadeiros Finlandeses era um dos mais acérrimos opositores ao resgate a Portugal. “Finlândia: Timo Soini rejeita apoiar resgate a Portugal”. Citado nessa notícia, em declarações dadas à agência Bloomberg, Timo Soini afirmou que “a Finlândia e a União Europeia têm de chegar a um acordo sobre um plano de resgate financeiro a Portugal sem o apoio do seu partido” [Partido dos Verdadeiros Finlandeses]. Em setembro de 2011, o Primeiro-Ministro holandês, Mark Rutte, assumiu mesmo a possibilidade de expulsar os países incumpridores. Esta informação foi avançada pelo jornal *De Volkskrant*, e que citamos, através da compilação publicada no site *Voxeurop*. Sob o título “Rutte é o primeiro a ameaçar com expulsões na zona euro”, o jornal cita uma carta ao Parlamento holandês, em que o Primeiro-Ministro considerou que “se os países do euro falharem sistematicamente o cumprimento das regras orçamentais, devem optar por sair do euro”. Num artigo publicado a 8 de setembro no *Financial Times*, Rutte e o seu ministro das Finanças, Jan Kees de Jager, também já tinham afirmado que, “No futuro, a sanção última pode ser obrigar os países a saírem do euro”.

A necessidade de intervir na Grécia agudizou-se ainda em 2010. Em maio desse ano face à incapacidade grega em pagar as suas dívidas, a reunião do Conselho, em Bruxelas, dividiu-se. Alemanha, Holanda e Finlândia de um lado. Do outro França, Itália, Espanha e Portugal, que defendiam um Governo económico para a Europa e a criação de um banco que pudesse fazer empréstimos aos países.

Nessa primeira reunião decisiva, Merkel, a braços com a sua própria agenda eleitoral interna esteve no grupo dos que não pretendiam assumir os custos da crise grega. E nem só a Chanceler se manifestou nesse sentido. Houve mesmo um grupo de cidadãos alemães a preparar uma providência cautelar para impedir a ajuda a Portugal e a participação da Alemanha no Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), conforme relatou o *Diário de Notícias* de 13 de abril de 2011, “um grupo de cidadãos germânicos recorreu ao tribunal constitucional para impedir que a Alemanha (...) participasse no resgate”.

Uma reação semelhante àquela que ocorreu na Finlândia. O resgate a Portugal coincidiu com a campanha eleitoral legislativa daquele país, o que originou sondagens que apuraram que 48% dos finlandeses se opunha à ajuda a Portugal. Mais uma vez, esta informação foi veiculada pelos meios de comunicação, como foi o caso da notícia publicada pelo *Diário*

de Notícias, (de 19 de abril de 2011), onde se pode ler que “Timo Soini sabe que é visto como uma ameaça por uma parte da UE (...) mas também sabe que representa uma boa parte de finlandeses que não querem pagar pelos erros dos outros países”. O destaque atribuído a Timo Soini, líder dos Finlandeses Verdadeiros, deveu-se à necessidade de unanimidade que o processo de apoio aos resgates financeiros originou, pois estava definido que a intervenção da União Europeia iria exigir apoio unânime dos outros estados-membros.

Posições que foram naturalmente impopulares em Portugal, com a imprensa a relembrar a ajuda que a Alemanha recebeu no pós-guerra e que não pagou ou o auxílio que Portugal enviou à Finlândia em 1940.

Viriato Soromenho Marques, na sua crónica de 5 de abril de 2011 publicada no *Diário de Notícias* e intitulada “A verdade sobre o FMI”, resumiu a principal questão em causa: a falta de solidariedade entre os estados-membros da UE e a certeza de que, em virtude dela, o propalado modelo federalista para a Europa, ficaria mais distante:

A UE poderia e deveria ter escolhido um caminho novo, juntando por razões de realismo a solidariedade política ao federalismo latente na União Económica e Monetária. Em vez disso, preferiu aderir - num trágico recuo ao império do egoísmo nacional - à lógica dos sacrifícios, das restrições e da distribuição injusta da austeridade que caracterizam as intervenções do FMI. A União preferiu partir-se entre Estados credores e Estados devedores, exercendo os primeiros sobre os segundos uma punição colectiva que só poderá levar ao perigo de implosão da própria União.

2.2 A crise, as agências de rating e o pedido de resgate em Portugal

Traçado o contexto internacional que esteve na origem da crise económica, importa estreitar a nossa análise para a realidade portuguesa, influenciada duplamente pelo panorama externo. Por um lado, pelos efeitos de contágio que a crise provoca. Por outro, enquanto estado-membro da União Europeia, membro da Zona Euro e submetido aos desígnios de Bruxelas.

Em toda a história da democracia portuguesa nunca houve um Orçamento de Estado que não fosse deficitário, com as despesas reais do Estado a aumentarem exponencialmente a partir de 1995. Acresce a esse facto que, a partir de 2010, devido à entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas, (o SEC 2010), o Estado teve de assumir dívidas que

anteriormente não eram contabilizadas, como as resultantes das contas de empresas públicas ou as das PPP (parcerias público-privadas). (Moniz et al, 2014: 173)

É forçoso que se contabilize ainda um conjunto de obrigações sociais, como as reformas e os subsídios, negócios ruinosos como o dos submarinos, ou a necessidade de usar o dinheiro do erário público para evitar a falência de bancos, como aconteceu com vários bancos nacionais. Recorde-se que no caso dos submarinos falamos de alegada corrupção que envolve o Estado português e um consórcio alemão, num negócio de compra de submarinos. O episódio, que terá lesado o Estado, ocorreu em 2004, quando Durão Barroso era Primeiro-Ministro e Paulo Portas Ministro da Defesa. O processo foi arquivado em dezembro de 2014.

Em relação à banca estima-se que o BPN tenha custado aos cofres do Estado 1800 milhões de euros; o BPP 450 milhões, havendo ainda lugar a empréstimos feitos ao BCP e ao BPI. E foi também necessário fazer a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos – 1650 milhões de euros, em 2012 – e injetar 1100 milhões de euros ao Banif em 2013. Estamos ainda em plena crise do BES, com a informação a este respeito a precipitar-se desde 24 de julho de 2014. Segundo o Banco Central Europeu, ao todo foram 19,5 mil milhões de euros (dados de setembro de 2015), publicados no site do *Diário de Notícias*, em 17 de setembro.

O País que em 1974 abraçou a democracia fê-lo em condições económicas muito específicas: com nacionalizações (da banca e de grupos económicos até então privados), no meio de uma crise internacional – com a crise petrolífera de 1973 – mas também com a possibilidade, que foi várias vezes usada, de desvalorizar moeda. Essa ação permitiu ganhar competitividade em alguns sectores de carácter exportador, como é o caso dos moldes, que puderam entrar de forma competitiva, por exemplo, no mercado dos Estados Unidos da América. Houve também um aumento em termos salariais a partir de 1975, em proporções até então nunca sentidas em Portugal e ainda assim o país era e continuava a ser um estado que competia nos mercados internacionais graças ao argumento económico da mão-de-obra barata. Este fator, em conjunto com incentivos que haveriam de chegar com o advento dos fundos estruturais da então CEE, serviu para instalar no País empresas estrangeiras, nomeadamente de calçado e produção de componentes para o setor automóvel.

Em 1978 surgiu a necessidade de ajuda externa pela incapacidade que a frágil economia lusa revelava. O mesmo tipo de acordos de estabilidade voltaria a ser utilizado em 1983, de novo através de um acordo com o FMI.

A entrada na CEE permitiu crescimento da economia portuguesa, entre 1986 e 1992, mas que se revelou insustentável. A partir de 1990, no entanto, as políticas cambiais passaram a punir as exportações.

Com o 25 de abril convergimos rapidamente em termos da Europa, sobretudo em aspetos como os níveis de democracia, o Estado-providência, os direitos dos cidadãos e conseguimos mesmo recuperar algum do atraso de décadas que mantínhamos em relação aos outros países europeus, em fatores como a taxa de analfabetismo. Passámos de 25,7% de analfabetos em 1970 para 5,2% em 2011, de acordo com informações do INE – Instituto Nacional de Estatística, disponível através do site Pordata. A criação de fundos estruturais, “os dinheiros de Bruxelas”, haveria de ajudar a mitigar as diferenças, embora sem conseguirmos sair da “cauda” da Europa, em vários indicadores de desenvolvimento.

Durante a década de 90 do século XX Portugal preparou-se para ser um dos fundadores da União Económica e Monetária – ou seja, da criação da moeda única, um dos aspetos determinantes da proposta política da União. Do ponto de vista nacional o país passou por algumas crises, embora tenha conseguido crescimento moderado. Desde a entrada no euro (no ano 2000), no entanto, a economia nacional tem tido um comportamento negativo, sendo possível inferir que não estávamos preparados para esse passo. Nem em termos salariais, nem de produtividade ou de inflação (Amaral, 2010: 20-46).

No decurso da primeira década do século XXI enfrentámos obstáculos. Chegámos a 2010 com o crescimento económico limitado por condicionantes políticas, com uma moeda cujo câmbio não controlamos, com obrigatoriedade de mercado livre e uma balança comercial que pende sempre para as importações – pese embora algum esforço da economia real para melhorar a nossa capacidade exportadora.

O adensar da crise financeira fez com que no início de 2010 analistas e economistas assumissem a necessidade de uma solução para o País. De vários quadrantes políticos e técnicos foram surgindo propostas para abandonar o Euro, e começou a tornar-se tangível a inevitabilidade do pedido de ajuda externa, sobretudo pela voz de vários media. O

economista João Ferreira do Amaral será o mais conhecido defensor da teoria de que Portugal deverá sair do Euro. A defesa desse modelo económico deu origem ao livro *Porque devemos sair do Euro*, que foi publicado em 2013.

Durante meses, no ano de 2010, o Governo de José Sócrates apostou em vender dívida e procurar investidores estrangeiros. Em paralelo, a economia portuguesa sofreu os efeitos colaterais da crise que teve início nos EUA.

Falamos do “subprime”, que esteve na origem da crise internacional. Do ponto de vista factual, o que aconteceu foi que a banca americana aliciou uma classe média-baixa a comprar casas com crédito fácil, permitindo acesso ao crédito a quem normalmente não o teria. Com facilidades que passavam, por exemplo, por não exigir garantias bancárias e, também por propor pagamentos muito baixos nos primeiros anos do crédito. O imobiliário cresceu e multiplicou-se entre 1997 e 2006. Mas esse acesso indevido ao crédito redundou em muitos incumprimentos. A taxa de juros subiu, o valor dos imóveis desceu vertiginosamente e o resto faz parte da nossa memória coletiva: uma crise gigantesca que sacudiu a América e que fustigou o resto do mundo. Esta informação está detalhada no boletim 1374 de agosto de 2011 do Banco Central Europeu, Working Paper Series. Também é possível encontrar trabalhos académicos sobre estas matérias, entre os quais destacamos a monografia da autoria de André Locks Weber intitulada *A crise do subprime e seus impactos na crise da dívida pública europeia*.

Em janeiro de 2011 “Analistas financeiros, técnicos e responsáveis do Eurogrupo, todos pensavam que o auxílio financeiro se tinha tornado inevitável e que Lisboa só resistia por teimosia e cálculo político do Governo socialista” (Dinis e Coelho, 2012: 21). Ao mesmo tempo Alemanha e França pressionavam o País a pedir ajuda externa. As agências de rating internacional, boa parte delas com origem norte-americana, precipitaram o pedido de resgate financeiro ao atirarem o rating do País para a notação “lixo”. “Quando a crise da dívida soberana começou a aquecer em Portugal, a Moody's foi a primeira a desgraduar Portugal. A 5 de julho de 2011, essa agência desceu o rating da dívida portuguesa para Ba2. A 24 de novembro seria, então, a vez da Fitch cortar o rating para BB+”. Esta informação é recordada pelo jornal *Expresso*, num artigo publicado no seu site, com data de 10 de outubro de 2014 e assinatura de Jorge Nascimento Rodrigues. E mesmo os banqueiros nacionais admitiam a necessidade de empréstimo externo, como foi o caso de

Ricardo Salgado. O então líder do BES era o banqueiro mais respeitado do País, gerindo há décadas o que se pensava ser um império familiar com a banca como pilar. As suspeitas sobre Salgado (que levariam à sua queda e à queda do império BES só surgiriam em julho de 2014). Ou de Santos Ferreira, do Millennium BCP, que defendia, citado pelo *Diário de Notícias* de 5 de abril de 2011, que “o apoio intercalar deve ser pedido já, é muito urgente” (Este artigo faz parte dos documentos-base que estiveram na origem da presente dissertação. O BCP também haveria de precisar de se recapitalizar com dinheiro do Estado, embora esteja em processo de pagamento do montante em causa).

Do ponto de vista político o Primeiro-Ministro José Sócrates protelou o pedido de ajuda externa, enquanto o Banco de Portugal assumia essa necessidade. A discussão sobre o Orçamento de Estado de 2011 foi virulenta e amplamente divulgada pelos media, no decurso de outubro de 2010. O PSD, que naquele momento era o principal partido da oposição, criou um grupo de trabalho chefiado por Eduardo Catroga para negociar a aprovação do OE. Recorde-se que o PS governava em minoria e precisava de apoio para a aprovação do OE. Algumas das reuniões onde Eduardo Catroga e Teixeira dos Santos discutiram as propostas de OE para 2011 estão explicadas no artigo “Catroga e Teixeira dos Santos reabrem canal de diálogo”, publicado a 29 de outubro de 2010 no site da *RTP*. Apesar de existir um certo esforço coletivo para evitar o pedido de resgate financeiro, em janeiro de 2011, por exemplo, já se titulava sobre o FMI ou a subida dos juros da dívida. A economia e a Europa chegavam como nunca acontecera em Portugal, às capas dos jornais nacionais, mas os motivos dificilmente poderiam ser piores.

Em termos mediáticos globais, haveria de ser necessário o País assumir o pedido de resgate financeiro – a 6 de abril de 2011 – para que os media internacionais também destacassem a crise financeira em Portugal, de forma ampla. Elaborando uma pequena ronda mediática encontramos vários exemplos. No dia 7 de abril de 2011, o britânico *The Guardian* titulava “Portugal’s PM calls on EU for bailout”. O jornal francês *Le Monde*, nesse mesmo dia, reproduziu informação mais detalhada, num artigo onde o próprio título avançava os valores necessários para a ajuda a Portugal, sob o título “Le plan d'aide au Portugal pourrait être de l'ordre de 75 milliards d'euros”.

A imprensa espanhola e a norte-americana foram ainda mais expeditas, pois imediatamente no dia 6 de abril de 2011 foram publicadas informações, quer no *El País*, quer no

Financial Times. O *El País* escreveu uma notícia sob o título “Portugal se rinde y pide el rescate financiero a sus socios europeos”. O jornal americano, que é uma referência mundial, tituló “Banks 1 – Portugal 0”.

A respeito da cobertura mediática do pedido de resgate financeiro de Portugal o site de recolha informativa europeia Press Europe apresenta um artigo, de 7 de abril de 2011, intitulado “Lisbon surrenders to the markets”, onde podemos acompanhar as principais linhas editoriais que os jornais de vários países dedicaram ao tema. O mesmo site permite-nos aceder a um artigo de análise publicado em Bratislava (mas que surge na sua versão traduzida para inglês), datado de 14 de abril, onde são discutidas as questões mais determinantes num pedido de resgate. O artigo tem como título “The dangerous game of bailing out”.

Estas circunstâncias também são destacadas por Irina Veríssimo na sua dissertação (2013) “Representação dos portugueses no discurso mediático europeu: as notícias sobre a crise financeira”, apresentada no âmbito do mestrado em Relações Internacionais, da Universidade Aberta. A citação seguinte encontra-se na página 9 do referido documento: “Portugal, ao ser o terceiro país comunitário a pedir ajuda externa, entrou na agenda dos media europeus, sobretudo no momento em que esse pedido foi oficializado. Nesse período, centenas de artigos foram produzidos.”

O resgate financeiro a Portugal não surge de forma inesperada, como se pode depreender desta análise e também, sobretudo, pelas múltiplas leituras que apontam nesse sentido.

O pedido de auxílio financeiro às instâncias internacionais não é, no entanto, um facto inédito na nossa história. Se nos cingirmos apenas ao período de democracia este é já o terceiro pedido de resgate. A primeira vez que foi apresentando um pedido de ajuda externa no Portugal democrático foi em 1977. Ramalho Eanes era Presidente da República e Mário Soares Primeiro-Ministro. A taxa de desemprego do País rondava os 7%, havia bens racionados, inflação crescente e conflitualidade política, como refere o *Jornal de Notícias* de 7 de abril de 2011, no texto “FMI vem a Portugal pela terceira vez. Saiba o que cortou em 1977 e 1983”.

Na sequência desse primeiro resgate “Portugal teve de vender 111 toneladas de ouro”, como explica o *Diário de Notícias* de 7 de abril de 2011. E recorreu à desvalorização de

moeda, o que foi benéfico para as exportações, mas teve um efeito nefasto no poder de compra dos portugueses. Houve ainda cortes de salários e subida de impostos.

Em 1983 o FMI voltou a ser chamado a intervir, de novo com Mário Soares no poder, à frente de um Governo do Bloco Central, coligado com o PSD de Mota Pinto. O desemprego estava acima dos 11%, a dívida externa galopava e o FMI, que emprestou 750 milhões de dólares, voltou a impor cortes. Foram impostos cortes nos salários da função pública, os subsídios de Natal foram reduzidos em 28%, houve diminuições de investimentos públicos e congelamento de admissões na função pública.

Em abril de 2011 Portugal voltou a solicitar um pedido de ajuda externa do ponto de vista financeiro. Mas as circunstâncias, embora exista a mesma necessidade de financiamento, são muito distintas. Portugal é agora um estado-membro da União Europeia e integra a Zona Euro. Mais do que nunca, um pedido de resgate financeiro tem implicações diretas na Zona Euro e obriga a um apoio inequívoco de Bruxelas. Do ponto de vista da imagem do País temos ainda que considerar que este pedido de resgate surge após 25 anos de integração europeia, período de tempo em que Portugal recebeu milhões de euros em fundos comunitários.

No âmbito do nosso trabalho, importa frisar que, este terceiro resgate financeiro ao país, 28 anos depois do anterior, surge num mundo totalmente mediatizado. Em 1983 tínhamos jornais diários, rádios e dois canais de televisão, com imprensa livre. Em 2011 temos jornais, rádios, inúmeros canais de televisão, públicos e privados, vários especializados e todos com meios tecnológicos que permitem (e obrigam) a um caudal informativo permanente. E temos ainda o advento da Internet, inimaginável em 1983, mas onnipresente no ano 2011.

Estas diferenças influenciam não só o conteúdo informativo que é criado a respeito do pedido de resgate financeiro do País, mas também a sua formulação. Com a velocidade a que a Internet marca o compasso informativo, são criadas expectativas de fluxo informativo permanente, que os meios de comunicação se encontram na contingência de cumprir. O que tem naturalmente influência no curso dos acontecimentos.

Recordem-se alguns dos momentos mais determinantes do processo que levou ao pedido de resgate e veja-se como a divulgação de informação foi influenciando o rumo dos

acontecimentos. Em março de 2011 Cavaco Silva tomou posse para um segundo mandato como Presidente da República e afirmou que “há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos”, conforme citado pela *Agência Lusa*, de 9 de março de 2011, criando uma base de apoio político à ideia de ser necessário pedir um resgate externo.

Ainda nesse mês de março de 2011 o Governo socialista apresentou um novo pacote de medidas de austeridade para três anos. O presidente do principal partido da oposição (PSD), Pedro Passos Coelho anunciou que as medidas não teriam o apoio do seu partido. Com base nessa reação José Sócrates considerou que a oposição estaria a provocar uma crise política e Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, admitiu que a inviabilização das medidas de austeridade anunciadas significaria empurrar o país para a ajuda externa.

Durante alguns dias a comunicação social foi divulgando as posições dos principais atores políticos a respeito da necessidade de pedir ou não ajuda externa para o País, bem como as circunstâncias de natureza política em causa. No dia 23 de março de 2011 a Presidência da República anunciou que o Primeiro-Ministro apresentou o pedido de demissão. Seguiram-se dias de incerteza política e também de múltiplas informações sobre o pedido de resgate financeiro cuja necessidade José Sócrates continuou a negar.

Uma entrevista a Teixeira dos Santos foi determinante para o desenrolar dos acontecimentos, como recorda Carlos Santos Neves, no artigo “Portugal 2015, quatro anos depois do pedido de resgate”, publicado no site da *RTP*, em 6 de abril de 2015. “A 6 de abril de 2011, depois de o então ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, admitir no *Jornal de Negócios* que os cofres do Estado estavam à beira do precipício, José Sócrates dirigia-se ao país para confirmar o pedido de resgate financeiro. Portugal submeter-se-ia à troika.”

III Capítulo: Investigar o passado recente

3.1 A origem da crise financeira e política – o mês de março visto pelos jornais

A meio do mês de março de 2011 surgiu a primeira evidência da crise política em Portugal. Na sua manchete do dia 16 de março, o *Diário de Notícias* escreveu: “Sócrates vai para eleições se o PEC for chumbado”. O anúncio, peremptório, não deixava margem para dúvidas quanto ao cenário político vivido em Portugal em março de 2011. O então Primeiro-Ministro, José Sócrates, afirmava que se o Parlamento chumbasse o novo Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) deixaria de ter condições para governar, assumindo que iria demitir-se. Um cenário de instabilidade política, que foi amplamente noticiado pelos jornais em análise na presente dissertação.

Reconstituindo as circunstâncias, este seria o IV PEC. O primeiro destes programas, que apresentava propostas de cortes na despesa pública foi apresentado em março de 2010, já com José Sócrates como Primeiro-Ministro. O PEC II foi apresentado em maio desse mesmo ano, tendo como aspeto fundamental o aumento do IVA. O PEC III surgiu em setembro de 2010, com reforço das medidas de corte, antecipando o Orçamento de Estado de 2011. Além de ser possível consultar os programas no site da Assembleia da República, o *Jornal de Negócios* publicou no seu site, dia 3 de novembro de 2010, um resumo sobre as três versões iniciais do PEC.

Aquando do pedido de resgate, o título supracitado, “Sócrates vai para eleições se o PEC for chumbado”, é também, *ipsis verbis*, o título da submanchete do *Correio da Manhã* desse mesmo dia. Além desta particularidade de ter um título igual, embora com diferente destaque na primeira página de cada um dos periódicos citados, refira-se também o facto de ter sido este o assunto que fez a manchete do *Público* nesse dia, embora com um título diferente: “Sócrates e Passos Coelho atingem ponto sem retorno e colocam o país à beira de eleições”. As declarações que estiveram na origem deste destaque nos jornais foram feitas na noite de 15 de março, numa entrevista que o político deu à televisão *SIC* e que viria a ser determinante para o processo que culminou com o pedido de resgate financeiro do país.

No texto do *Diário de Notícias* (páginas 2 e 3) do dia 16 de março, os jornalistas David Dinis e Eva Cabral explicam as circunstâncias. A uma semana do Conselho Europeu (agendado para os dias 24 e 25 de março) o então Primeiro-Ministro afirmou em entrevista

que, se o Parlamento reprovasse o PEC, deixaria de ter condições para estar presente no Conselho Europeu. Sócrates explicou que, se não pudesse assumir as medidas para a redução do déficit, que estavam contempladas no PEC IV, não poderia assumir compromissos futuros no referido Conselho Europeu. E, se assim fosse, iria demitir-se.

Nesse mesmo texto, o *Diário de Notícias* antecipa a indisponibilidade do então líder da oposição, Pedro Passos Coelho, em negociar o PEC e cita ainda o próprio José Sócrates, quando admite que irá recandidatar-se ao cargo do qual poderá demitir-se. Uma leitura que fica completa com o silêncio do Presidente da República, Cavaco Silva, e com o anúncio de que agência de rating Moody's tinha baixado em dois níveis o rating de Portugal.

Este dia é também paradigmático na forma como os três jornais retrataram este momento-chave. O grande protagonista do ponto de vista noticioso neste dia 16 de março é José Sócrates, sendo a sua imagem e as suas declarações a servir de ângulo das notícias. O Presidente da República e o líder da oposição surgem como contraponto às decisões de José Sócrates. No caso de Cavaco Silva o mais relevante será a sua ausência e a falta de declarações. Embora estes aspetos sejam transversais aos três diários, as diferenças de tratamento noticioso são consideráveis. O *Público* atribui maior destaque (e consequentemente importância) ao Presidente da República e ao líder da oposição, quando comparado com o *Diário de Notícias* e com o *Correio da Manhã*, que será o jornal que mais relativiza esta matéria informativa. É também o único dos jornais a destacar a ação da Moody's com direito a um pequeno texto próprio, sob o título “Moody's reduz nota da dívida pública nacional”.

O *Público* é também o único dos jornais do nosso objeto de estudo que introduz, com grande proeminência, um outro nível de protagonista – o internacional. Na página 10, o jornal publica uma notícia intitulada “Novo fundo do euro só vigora a partir do Verão”. Esta informação tem por base as declarações de Olli Rehn, comissário europeu responsável pela economia e finanças, a respeito das novas modalidades de flexibilização do fundo de socorro do euro (EFSF) que estavam a ser criadas e que, demorando ainda a poder entrar em vigor, condicionariam o País a ter de recorrer a um programa de resgate nos moldes da Grécia e da Irlanda se precisasse de ajuda externa. A importância que é atribuída à vertente internacional pelo *Público* é sintomática da forma como toda a cobertura noticiosa

do resgate financeiro ao País haveria de ser feita, com este jornal a ser de entre os analisados aquele que mais ênfase atribuiu ao aspeto da política internacional.

Não obstante ter sido ao dia 6 de abril de 2011 que coube o ónus de ser o dia do pedido de resgate financeiro de Portugal, a verdade é que o mês de março foi bastante premonitório da crise que se abateu sobre o País e foi determinante do ponto de vista político para aquilo que se seguiria, como acabamos de demonstrar com o exemplo anterior.

Politicamente é claro que uma crise, qualquer que seja a sua natureza, surge numa súmula de acontecimentos, o que faz com que o mês de março tenha constituído, do ponto de vista efetivo, uma antecâmara da crise, se assim lhe podemos chamar.

Da perscrutação comparativa do conteúdo dos periódicos em análise resulta a constatação de que todos os dias do mês de março quer o *Diário de Notícias*, quer o *Correio da Manhã* deram algum tipo de destaque na primeira página sobre a crise política, as medidas previstas no PEC que estava para ser assinado ou os atores políticos do momento. Pelo contrário, o *Público* durante vários dias ao longo do mês não referenciou na primeira página estes aspetos, embora tenham figurado nas páginas interiores.

Tomemos como exemplo prático o dia 5 de março, em que a primeira página do *Público* não faz qualquer referência ao assunto crise política ou financeira. No entanto, no interior do jornal há duas matérias noticiosas a considerar. Uma delas é uma reportagem que o periódico se propõe fazer acompanhando a forma como cinco famílias portuguesas conseguem viver em tempo de crise: “Cinco famílias vão mostrar aos leitores como se vive (e sobrevive) em tempos de crise”, reportagem que se divide entre as páginas 24 e 28. No mesmo dia o jornal apresenta um segundo registo informativo de interesse para a nossa análise, com a notícia intitulada “Cortes salariais, desemprego, impostos... e agora juros altos”. Nesse texto, a jornalista Ana Rita Faria explica as condições macroeconómicas que condicionam a economia nacional: “Por si só, a subida das taxas de juro pelo Banco Central Europeu (BCE) no próximo mês poderia não ter um grande impacto. Mas, quando se junta a um desemprego elevado, ao agravamento da carga fiscal, à redução ou contenção salarial e à escalada dos preços dos combustíveis e dos alimentos, o cocktail torna-se explosivo. Os juros dos empréstimos à habitação vão aumentar, bem como os custos do

crédito às empresas, penalizando ainda mais o consumo privado e o investimento. Num cenário destes, dificilmente a economia escapará a uma recessão”.

Na comparação global feita em relação ao mês de março concluímos que o jornal *Público*, ao contrário do *Diário de Notícias* e do *Correio da Manhã*, não trouxe informação relevante ao tema para a primeira página todos os dias do mês, embora estas matérias tenham sempre tido realce no interior. O *Público* é também o jornal que atribui maior ênfase à macroeconomia e às questões internacionais, como sejam os juros do BCE, a tomada de posição das agências de rating e mesmo a influência política de parceiros europeus, como se demonstra na manchete escolhida para o dia 3 de março. Nesse dia a manchete do jornal é feita com uma foto conjunta de José Sócrates e Angela Merkel, sob o título: “Merkel: ‘Nunca disse que Portugal precisava de pedir ajuda externa’ ”. Nas páginas interiores o jornal resume o encontro dos líderes de Portugal e Alemanha e explica as negociações feitas por José Sócrates para evitar o resgate financeiro a Portugal, que nessa altura, março de 2011, surge de forma cada vez mais frequente nos media como uma possibilidade.

Reporte-se, do ponto de vista fático, que no dia 2 de março José Sócrates e Angela Merkel reuniram-se em Berlim, num encontro para discutir o futuro de Portugal no euro e as medidas necessárias para evitar um resgate financeiro. Entre maio de 2010, altura em que a Grécia foi resgatada e março de 2011 a Alemanha foi reescrevendo as condições para que os Estados possam integrar a Zona Euro. No seu artigo de comentário, “O novo ‘consenso de Berlim’ ”, publicado na página 3 do *Público*, do dia 3 de março de 2011, a jornalista Teresa de Sousa lembrou o passado recente das negociações de Portugal com a Alemanha e as circunstâncias dos resgates financeiros à Grécia e à Irlanda.

Quanto às escolhas do *Público* para o dia 3 de março, o jornal opta também por apresentar um artigo jornalístico que explica a forma como os investidores estrangeiros deixaram, desde 2010, de comprar dívida portuguesa. O que demonstra, do ponto de vista dos mercados financeiros, a perda de credibilidade por parte da República, que fez com que o BCE e a banca nacional ficassem detentores da maior parte da dívida do Estado (e não outros credores).

Sobre este artigo, intitulado “Peso dos investidores estrangeiros na dívida portuguesa caiu de 85% para 50% em 2010”, diga-se ainda que uma das suas mais interessantes características é o facto de ter sido publicado num diário generalista e não numa publicação de economia. Só essa circunstância já seria digna de nota e é ilustrativa de como este momento introduziu alterações no conteúdo informativo dos jornais genéricos.

No que respeita à chanceler alemã, embora de forma mais contida, ela é também referida nas primeiras páginas quer do *Correio da Manhã*, quer do *Diário de Notícias*, do dia 3 de março de 2011, que aqui destacamos. No primeiro, apenas como um destaque na primeira página, sob o título “Merkel recusa intervir nos juros”. O segundo utiliza a informação como submanchete: “Merkel diz que Portugal ‘está no muito bom caminho’ mas não promete ajuda”. Se é notório que a relação entre Portugal e a Alemanha (e o protagonismo de Merkel) são transversais a todos os jornais, também se torna evidente a importância relativa que cada jornal lhe atribui, espelhando o valor concedido às questões de política internacional.

Entre os dias que mereceram maior destaque durante o mês de março na imprensa escrita generalista, sobressai o dia 12 de março, como aquele em que começou a anunciar-se, sem margem para dúvidas, a cisão que daria origem à crise política e ao pedido de resgate. Nesse dia, os jornais que estão na base da nossa análise escolheram formas muito diferentes de destacar a questão. O jornal *Público* destaca o assunto em manchete, com o título: “Passos Coelho chumba o novo plano de austeridade de José Sócrates”. O *Correio da Manhã* opta por uma manchete que enfatiza não as questões políticas, mas sim as medidas anunciadas: “Governo corta pensão a 200 mil reformados”. Um exemplo de como o jornal valoriza aspetos da vida quotidiana (com potencial para afetar a vida das pessoas), correspondendo a um estilo popular de informação. Apesar dessa opção, o jornal faz uma chamada, abaixo do título, com uma frase informativa: “Passos Coelho diz que Governo revela incapacidade para resolver problemas e denuncia acordo do OE”.

De forma talvez surpreendente, o *Diário de Notícias* não destaca a recusa de Passos Coelho em aprovar o PEC IV, mas opta por falar também nos cortes anunciados, numa dupla vertente. Com uma submanchete dupla, o jornal titula que “Nenhum reformado escapa aos novos cortes do Governo....”. E acrescenta numa segunda frase “...e há 64 mil jovens ‘à rasca’ com curso e sem emprego”.

No interior dos três jornais a forma como este momento da nossa história coletiva é explicada é bastante similar, existindo em todos informação sobre as medidas e os cortes orçamentais anunciados, a recusa de Passos Coelho em aprovar esses cortes (recorde-se que Sócrates não tinha maioria parlamentar) e a posição de Bruxelas sobre esta questão. A principal diferença reside na importância relativa de cada aspeto. O *Público*, como temos vindo a constatar, ressaltou, sobretudo, a informação da política internacional. Na página 19, a primeira do interior que aborda esta questão, o jornal publica a seguinte explicação “O Primeiro-Ministro, José Sócrates, foi ontem submetido a uma forte pressão pelos seus pares do euro para garantir que a consolidação orçamental prosseguirá como previsto e assegurar que o país está a fazer a parte que lhe cabe na resposta à crise da dívida soberana”.

No interior, o *Correio da Manhã* optou por sobrelevar a recusa de Passos Coelho: “Pedro Passos Coelho anunciou hoje, pelas 00h30, que o PSD ‘não aprovará’ na Assembleia da República, um pacote de austeridade anunciado ontem pelo Governo”.

O *Diário de Notícias*, por seu turno considerou que o principal motivo noticioso seriam as medidas anunciadas pelo pacote de austeridade apresentado pelo Governo. O título escolhido é bem elucidativo: “Governo quer cobrar mais 745 euros a cada português”. O diário também salientou a postura de Pedro Passos Coelho e foi mesmo mais contundente, ao afirmar que o então líder da oposição chumbava a austeridade e se preparava para eleições.

A leitura comparativa do mês de março de 2011 não ficaria completa sem a menção do dia 23, que correspondeu ao dia da demissão (anunciada) de José Sócrates enquanto Primeiro-Ministro. *Diário de Notícias* e *Público* destacam este facto atribuindo-lhe honras de primeira página e manchete. Este último, para efeitos de dramatismo, optou por ocupar quase toda a página com uma imagem preta e vermelha de uma cortina, com o título “Último acto – Cavaco pronto para eleições”. Um recurso pouco habitual no jornal *Público*, que usualmente manifesta uma postura mais circunspecta e será um indicador relevante das circunstâncias únicas daquele momento.

Nessa primeira página, o jornal apresenta ainda várias chamadas informativas, que permitem detalhar a informação que o título, mais expressivo, não permite decifrar em toda

a sua plenitude. No interior, ao longo de sete páginas, o jornal explica a situação política do País, antevê as reações dos parceiros europeus e prevê o que acontecerá no futuro imediato com o cenário, mais que provável da não aprovação do PEC IV e consequente demissão do Primeiro-Ministro. A primeira dessas páginas resume as explicações: “Parlamento aprova hoje resoluções contra o PEC IV. Primeiro-Ministro pretende demitir-se logo a seguir. Cavaco queixa-se da falta de “margem” para actuar, culpando directamente o Governo”.

O *Diário de Notícias* opta por uma foto de José Sócrates, de grande dimensão, com um título garrafal “Dia D”, a que se segue um subtítulo explicativo: “Sócrates demite-se hoje após chumbo do PEC”. Nas páginas do interior do periódico as primeiras duas são dedicadas às explicações da crise política. O jornalista João Pedro Henriques assina o texto que começa da seguinte forma: “Já consta na agenda oficial: hoje, às 19.00, o Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro, ‘para a reunião semanal’. Se tudo correr como o ‘guião’ prevê, José Sócrates chegará a Belém e apresentará a sua demissão”. No texto antevê-se o cenário de demissão e prevê-se o futuro político do País num cenário de crise.

O outro grande destaque do *Diário de Notícias* apresenta a perspectiva do Presidente da República, embora de forma especulativa, tendo em conta o silêncio de Cavaco Silva ante a crise política anunciada.

Escolhendo também a expressão “dia D”, que utiliza no título da primeira página “Dia D para a queda do Governo”, embora apenas como destaque e não como manchete, o *Correio da Manhã*, apresenta a demissão de Sócrates como facto consumado. É de entre os periódicos em análise aquele que o faz de forma mais veemente, sendo também o jornal que atribui menor destaque a este assunto. Isso verifica-se tanto na disposição da informação na primeira página, como no número mais reduzido de páginas no interior do jornal.

A maior diferença prende-se com o facto de, mais uma vez, o jornal *Público* mostrar o seu pendor para o internacional, aspeto pouco valorizado pelo *Diário de Notícias* e perfeitamente secundário no *Correio da Manhã*.

De um ponto de vista global, no que concerne ao mês de março de 2011, não restam dúvidas que a política nacional, a rejeição do PEC IV pela oposição e o extremar de

posições entre José Sócrates e Pedro Passos Coelho foram os assuntos dominantes e transversais aos três jornais da nossa análise, culminando no anúncio da demissão do então Primeiro-Ministro.

Pela primeira vez assuntos como o rating da República ou os juros e o futuro do euro são trazidos para o dia-a-dia (quase todos os dias), fazem parte do interesse noticioso de jornais generalistas. Este mês de março, com a cisão política previamente explicada e as tomadas de posição é uma antecâmara para a crise. E, apesar de a detectarem e explicarem, os jornais estão ainda longe da verdadeira dimensão que irá tomar. O potencial resgate financeiro ao País ainda é apenas uma possibilidade remota a que os jornais mal fazem referência.

O *Público* parece ser o único que verdadeiramente tem consciência do peso da política internacional, pois quer o *Correio da Manhã*, quer o *Diário de Notícias* estão mais interessados na política nacional.

A reter, de forma transversal, é o facto de não existir julgamento de valores em relação ao Primeiro-Ministro, nem ao líder da oposição, as notícias serem sobretudo factuais e conjunturais e o pouco peso que é atribuído à Europa nesta questão (com exceção do *Público*). A Europa continua nesta fase, a ser um fator agregador indiscutível.

3.2 Layout: A forma das notícias

O mês março de 2011, como acabámos de estabelecer, funcionou como um detonador sobre a crise latente. Depois de um ano de cortes na despesa pública (com particular incidência em pensões e salários e mesmo despedimentos), com o País a atravessar uma grave crise financeira e sem dinheiro para honrar os seus compromissos, o líder da oposição recusou assinar o novo PEC, abrindo uma crise política que levaria à demissão do Governo. Ao mesmo tempo, os parceiros do Euro demonstraram pouca solidariedade institucional e as agências internacionais baixaram o nível do rating, o que se traduziu num aumento de pressão sobre Portugal. E na perda de credibilidade nos mercados financeiros internacionais.

À chegada ao mês de abril o pedido de resgate financeiro parecia inevitável e os jornais demonstravam isso mesmo. Antes de avançarmos na análise detalhada do conteúdo dos jornais nesse mês de referência para o presente trabalho, busquemos as principais características do layout de cada um dos periódicos, na certeza de que as particularidades são uma forma de identidade de cada jornal. As características formais de um jornal servem de identificação aos próprios leitores, que o reconhecem. Seja nas bancas, seja enquanto sujeito semiótico (Rebelo, 2000: 41), citando Eric Landovski. O conjunto destas características constitui um “código icónico” com que os órgãos de comunicação social comunicam. (Fontcuberta, 1999: 76)

Estabelecemos, em prol da codificação e uniformização da análise, um quadro com informações, avaliando os mesmos itens em cada um dos três periódicos, com anotações específicas para cada um dos dias do mês de abril de 2011 (ver codificação no Anexo IV). Em análise estão as cores usadas no interior e no exterior dos jornais, as fotografias (a sua existência, tamanho e quem representam), outros tipos de imagens, como sejam gráficos ou infografias e também a posição relativa de cada notícia. Foi tido em conta o facto de uma informação ser destaque na primeira página do jornal e qual a dimensão desse destaque e, em relação ao interior, o facto da notícia ser abertura de página, de ocupar ou não a página inteira, o número de páginas dedicadas a esse assunto e também a localização relativa no jornal. Na dimensão do destaque, considerámos para o propósito dessa análise manchetes, submanchetes, falsas manchetes, destaques ou chamadas de primeira página.

Não podemos deixar de referir algumas premissas do jornalismo, para melhor entendermos o alcance das disposições encontradas. O primeiro ponto, que quase não precisa de nota, é a manchete – que é por definição a história principal do jornal, o tema de maior destaque, a novidade ou aquilo que é realmente merecedor de maior atenção.

Verificamos que o resgate financeiro e as suas consequências são os grandes temas de manchetes ao longo do mês de abril de 2011, em todos os jornais. Ocasionalmente, ao longo do mês, a notícia principal vai esmorecendo e, em alguns casos, poderá haver outras, de atualidade, que se sobreponham. No caso do *Diário de Notícias*, por exemplo, o dia 4 foi reservado para o campeonato nacional de futebol, ganho pelo Futebol Clube do Porto. Da crise só um pequeno destaque de capa – “Câmaras devem 830 milhões a construtoras”.

Por seu lado, o *Correio da Manhã*, fazendo jus ao seu pendor sensacionalista, não pode ignorar o caso que ficaria conhecido como “Rei Ghob”, um violador em série, que serviu de manchete logo no segundo dia de abril. A crise figurou num destaque, com foto de Teixeira dos Santos e a indicação de que o FMI estaria cada vez mais perto.

Também o *Público* não utilizou a crise como manchete, a 4 de abril, optando por destacar o campeonato ganho pelo FCP. Há uma menção ao endividamento das empresas públicas de transportes, que não sendo uma matéria da crise, acaba por servir para contextualizar as circunstâncias financeiras do país.

Quase todas as páginas dedicadas à crise, e são muitas, (ver Quadro II, na página 69) são a cores, com uma pequena exceção no *Correio da Manhã*. O jornal publicou a notícia “Empresas públicas sem controlo”, no dia 20 de abril, na editoria de Economia, na página 23, em página a preto e branco. A maior parte da informação está nas primeiras páginas dos jornais (2 e seguintes, ou pelo menos no primeiro terço do jornal). Um indicador que também se usa para atestar a importância que o jornal dá à matéria em apreço.

Outro dos indicadores relevantes é a localização da informação em páginas ímpares, que são as mais importantes dos jornais. Isto é assim porque, tradicionalmente, as pessoas leem da primeira para a última página, da esquerda para a direita, pelo menos nos alfabetos e na escrita Ocidental, pelo que as páginas ímpares são mais lidas, têm mais tempo de exposição ao nosso olhar e são por isso mais valiosas. No entanto, neste caso – e curiosamente esta circunstância aplica-se aos três jornais – não podemos fazer essa leitura. A crise é explorada principalmente em páginas consecutivas, não havendo casos de relevância a tomar nota quanto a localização ímpar.

Para exemplificarmos a questão da consecutividade das páginas, vejamos o exemplo do primeiro dia de abril, dia em que começamos esta análise. No jornal *Diário de Notícias* e também no jornal *Público*, a informação sobre o iminente pedido de resgate financeiro foi publicada em todas as páginas, entre a página 2 e a página 8. O *Correio da Manhã* escolheu publicar o assunto entre as páginas 4 e 7. Esta escolha de publicar informação sobre o pedido de resgate financeiro em páginas consecutivas e quase sempre nas primeiras páginas serviu de modelo durante todo o mês. Em alguns casos, sobretudo o *Correio da Manhã*, escolheu incluir informação em editorias/seções mais dispersas.

Quanto ao destaque dado ao pedido de resgate financeiro nas páginas interiores, é bem visível a importância que lhe é atribuída em todos os jornais. Em todas as circunstâncias, mesmo que o tema da crise não seja dominante na edição, sempre que a crise e o resgate financeiro são referidos, o texto que os menciona é o que abre a página, tornando-se a notícia principal dessa página. Normalmente, e também isto é transversal a todos os órgãos de comunicação analisados, as notícias da crise ocupam toda a página (ou mesmo várias páginas), sendo raros os dias em que há outros assuntos naquele mesmo espaço. Ainda a respeito do layout, refira-se que na comparação dos três jornais, há também a anotar a diferente orientação das páginas. O *Diário de Notícias* e o *Público* são paginados “ao alto” (formato retrato), ao passo que o *Correio da Manhã* tem uma orientação “ao baixo” (formato paisagem). Todos os títulos em análise são paginados em cinco colunas.

Também as cores pelo seu significado semiótico e pela sua importância foram alvo da nossa análise. Se olharmos para o *Correio da Manhã*, a escolha é evidente e padronizável: manchetes a vermelho e preto e uso de um carimbo (um símbolo gráfico), que utiliza estas mesmas cores.

No interior, embora fosse principalmente usado verde e branco nos títulos, há uma barra vermelha, como se fosse uma editoria (na parte superior das páginas) que contribui para destacar tudo o que diz respeito à crise. O vermelho, que nos jornais é uma cor de grande atratividade, para ser visto em destaque nas bancas, é também, do ponto de vista semiótico um símbolo de reprovação, cujo significado se aplica a esta circunstância (crise e pedido de resgate financeiro).

O maior contraste pode ser encontrado no *Público*, que se apoia em títulos pretos na primeira página, e mantém a cor nas páginas do interior, embora com antetítulos vermelhos e laranja. Um modelo que se replica no *Diário de Notícias*, que prefere títulos pretos. Quando há cor nos antetítulos eles são *bordeaux* (e não vermelhos), havendo também uma barra longitudinal da mesma cor. Em ambos os jornais domina o preto.

Note-se, no entanto, uma exceção digna de nota, logo no primeiro dia do mês, em que o *Diário de Notícias*, eventualmente para acrescentar dramatismo ao cenário da crise utilizou, no título da manchete, letras brancas, sob o fundo escuro da fotografia. Um modelo seguido pelo *Público*, no dia 7 de abril, aquando do anúncio do resgate financeiro,

com a diferença que no *Público*, não é usada uma foto e sim um fundo todo negro, com letras brancas e garrafais (sob o título “Ajuda”). O efeito dramático é imediato, mesmo sem o recurso ao vermelho e preto de que o *Correio da Manhã* é o expoente máximo.

Há a sublevar ainda outro aspeto, fundamental na análise dos jornais, que é a utilização de imagens. E não apenas deve ser feita a referência à sua utilização, como também deverá ser alvo de reflexão o tipo de imagens que são usadas. Graças às tecnologias os elementos gráficos, e não apenas as fotografias, são cada vez mais profusos. Por um lado, temos a evolução tecnológica, que tornou as fotografias cada vez mais baratas, mais fáceis de tirar e mais abundantes. Há pouco mais de 15 anos boa parte dos jornais em Portugal ainda usava máquinas de fotografar analógicas. Não só isso implicava um rolo, que limitava, fisicamente, a quantidade de fotos que era possível tirar, como essas fotos tinham de ser reveladas e impressas em papel de fotografia. As máquinas digitais têm hoje cartões de memória virtualmente infinitos, permitem disparos em catadupa, não necessitam de revelação e impressão. Em minutos transferem-se para um computador e de lá para as páginas dos jornais. É possível tratá-las digitalmente e fazer alterações e cortes com ferramentas de edição de imagem de uso quotidiano. Tecnicamente, as máquinas têm hoje definições de enorme alcance e mesmo um simples telemóvel pode ter câmara que permite fazer fotografia com alguma qualidade de impressão.

Essa mesma evolução tornou os computadores capazes de produzir gráficos e infografias de enorme qualidade. Há hoje especialistas nessas matérias em todos os órgãos de comunicação portugueses (nos de âmbito nacional). É rara a edição de qualquer um dos periódicos em análise em que não tenhamos várias fotos, gráficos e infografias dedicadas à crise. Cada vez mais parece justificar-se a máxima de que “uma imagem que vale por mil palavras”.

Entre as mais interessantes, porque se revelou capaz de traduzir grande quantidade de informação de forma eficaz, podemos destacar a cronologia que o *Diário de Notícias* publicou no dia 7 de abril (página 7). Em apenas 11 entradas resume os principais acontecimentos entre 9 de março e 6 de abril. Informação compilada e que, mercê da sua colocação numa coluna lateral, permite destacar-se imediatamente para o leitor.

O mesmo jornal apresentou outro bom exemplo de como as infografias podem melhorar a transmissão de informação. Veja-se a página 2 do dia 22 de abril, em que o *Diário de Notícias* utiliza metade da página, ao alto, para apresentar os seis pontos positivos e os seis pontos negativos da vinda do FMI para Portugal. O que permite ao leitor acesso rápido e esquematizado a um conjunto de informações.

Há ainda a infografia do dia 28 de abril, publicada no centro de uma página dupla (páginas 2 e 3), em que a imagem de um livro aberto permite colocar em cada uma das páginas informações sobre as medidas do FMI na Irlanda e na Grécia. A informação é relevante e esta disposição chama a atenção imediata do leitor. Os tópicos permitem compilar muita informação em pouco espaço, facilitando a leitura.

O *Público*, embora seja mais parco no uso de infografias, as suas maiores apostas em termos de imagem são os gráficos e as fotografias, publicou na sua edição de 5 de abril (página 4) uma composição que coloca frente a frente o então Primeiro-Ministro José Sócrates e o líder da oposição, Pedro Passos Coelho. Em balões de discurso direto (como se fosse uma banda desenhada) são publicadas as principais frases proferidas por ambos, depois de 11 de março de 2011. Eficaz, a imagem domina a página (quatro das suas cinco colunas estão alocadas a esta montagem). A leitura é simples e imediata e o aspeto gráfico agradável e chamativo.

Destaque também para a escolha do *Público* no dia 10 de abril, que utiliza uma infografia com os principais atores da crise, resumindo os seus papéis (a Troika, o Governo, o Presidente da República e a oposição), numa figura que mostra a forma como irão interagir entre si durante as negociações previstas. Imagem inteligente, que transmite bastante informação, embora obrigue a uma leitura mais atenta. A imagem tem como título “Quatro actores à espera de um diálogo” e apresenta, numa frase para cada uma das figuras em destaque, o resumo do seu papel no resgate financeiro do país.

Também o *Correio da Manhã* usa infografias. A melhor delas, porque mais completa e integradora de informação foi publicada por este jornal no dia 8 de abril, na página 15. Trata-se de um mapa da Europa, onde é possível localizar os montantes financeiros que os países em destaque deram a Portugal (em relação ao resgate financeiro). Há ainda duas caixas com tópicos que resumem o que aconteceu na Grécia e na Irlanda. Uma caixa maior

detalha as condições impostas a Portugal. Esta infografia tem informação muito relevante, que não se encontra sistematizada desta forma em nenhum dos outros jornais. Há grande quantidade de informação colocada aqui.

Se quisermos concluir este exame aos aspetos formais destes jornais, podemos considerar que *Público* e *Diário de Notícias* se assemelham, nomeadamente em termos de uso de imagem, embora o *Público* use mais gráficos e fotografia e menos infografia. O *Correio da Manhã* é ainda mais parco na infografia, dando grande ênfase às fotografias. É comum ter várias fotografias ao estilo reportagem, embora não atribua grande importância a cada uma delas. Há mais quantidade do que qualidade.

No quadro seguinte, propomos um resumo de alguns aspetos, que permitam acrescentar pontos de relevância à nossa leitura, de forma rápida e comparativa.

	Nº de manchetes	Nº de outros destaques	Nº Páginas interiores	Dias sem referência na capa
<i>Correio da Manhã</i>	19	9	86	2
<i>Diário de Notícias</i>	19	11	140	0
<i>Público</i>	21	4	114	5

Quadro II – Recolha comparativa do número de manchetes e páginas dedicadas ao resgate financeiro

Uma leitura do Quadro II permite destacar a enorme quantidade de manchetes que todos os jornais dedicam ao tema durante o período em análise, e também o facto de o *Diário de Notícias*, ao contrário dos outros dois jornais, não ter deixado passar nem um dia sem fazer referência à crise na primeira página. Desta contagem salienta-se ainda o facto de ser o *Diário de Notícias* que maior número de páginas dedicou ao tema, por oposição ao *Correio da Manhã* (para efeitos de contagem não estão incluídas as primeiras páginas, nem os artigos de opinião).

3.3 O conteúdo noticioso no mês de abril de 2011

3.3.1 Diferentes géneros jornalísticos para a mesma crise

Da leitura anterior depreendemos que, nos três jornais analisados, a crise e o pedido de resgate financeiro foram o assunto dominante no período em análise. Uma circunstância que quase dispensa explicações se for equacionado o momento dramático para Portugal do ponto de vista financeiro, político, económico e, sobretudo, social e que aportou mudanças muito significativas.

O facto de existir um tema que dominou a atualidade, não significa que ele seja explicado da mesma forma em todos os jornais. Importa perceber de que forma a informação foi divulgada ao país. Poderíamos ser tentados, como o docente universitário Antonio Menéndez Alarcón, a fazer uma recolha de exemplos das notícias publicadas, para perceber se eram positivas ou negativas, como registado no artigo “Media Representation of the European Union: Comparing Newspaper Coverage in France, Spain and the United Kingdom”. Mas essa seria uma recolha inconsequente, uma vez que a crise não tem notícias positivas. E aqui, perante esta afirmação, teremos de abrir um enorme parêntesis. Pese embora o desejo de ser imparcial e objetivo, um jornalista (e o meio para o qual escreve) não estão isolados do mundo. “A relação do jornalismo com a cultura e a história do próprio país é forte” (Colombo, 1998: 31). O jornalista, antes de o ser, é cidadão do país, que neste caso será resgatado. A sua visão nunca estará isenta daquela que é a sua realidade. E veja-se a esse respeito as conclusões de Irina Veríssimo, na dissertação “Representação dos portugueses no discurso mediático europeu: as notícias sobre a crise financeira”, sobre a forma como outros jornalistas (leia-se os media de outros países) relataram o resgate e, sobretudo, como veem os portugueses.

Apesar dos constrangimentos que já vimos que influenciam o “newsmaking” (ver capítulo I), devemos acreditar que no corpo de jornais em análise foram observados os deveres dos jornalistas para a melhor execução possível do seu trabalho. O jornalismo é, como já foi referido, pautado por um conjunto de escolhas. É sempre uma seleção: com quem falamos, quem citamos, que ângulo vamos dar à notícia, o que é importante e o que é acessório. A objetividade jornalística que é, na sua forma absoluta, uma utopia. A verdade é difícil de

atingir, embora o jornalista procure ser o mais objetivo possível, mas nunca o consegue ser completamente, pela condição falível do ser humano.

Façamos ainda um preâmbulo para recordar alguns dos géneros jornalísticos mais usados: a notícia, a reportagem, a entrevista. Todos eles estão presentes nos jornais em análise. Mas será importante ter em conta alguns pontos: entrevistar pessoas é consumidor de tempo (retirar o texto dum gravador e editá-lo requer tempo, a menos que seja uma entrevista escrita, com recurso a e-mail). Pelo que a opção de publicar um texto em formato pergunta-resposta tem de ser muito pensada. É necessário que o entrevistado justifique essa opção, quer por ser uma pessoa relevante para o processo, quer por acrescentar informação impossível de obter de outra forma. Com um entrave que podemos antever: face ao nível de protagonistas passíveis de serem entrevistados, altos dirigentes nacionais e internacionais, não seria fácil para qualquer jornal conseguir uma entrevista.

Quanto à reportagem ela é ainda mais escassa nos nossos dias. Implica tempo, tal como a entrevista, mas absorve também recursos financeiros importantes, indispensáveis à deslocação de uma equipa a um determinado local para aí executar trabalho. O que obriga a que seja uma tarefa realizada por jornalistas com experiência.

No Quadro III apresentamos uma recolha que demonstra o investimento dos jornais em análise em formas de comunicação com os leitores que não a notícia, dando espaço a outros géneros jornalísticos. Esta resenha permite identificar muitas diferenças entre os periódicos que compõem o nosso estudo. O *Público* apresenta um conjunto alargado de entrevistas, enquanto o *Diário de Notícias* privilegiou as reportagens. No *Correio da Manhã* ambos os géneros são pouco utilizados. Apesar disso, maioria da informação publicada foi sob a forma de notícia, o que se verificou em todos os jornais.

	Entrevistas	Reportagens
<i>Correio da Manhã</i>	> Renato Sampaio, PS Porto (9 de abril)	> Congresso PS (9 de abril) > Celebrações e manifestação 25 de abril (26 de abril)
<i>Diário de Notícias</i>	> Ricardo Salgado, BES (6 de abril) > Daniel Proença de Carvalho, advogado (29 de abril)	> Quem já sentiu o FMI (8 de abril) > Consumidores (9 de abril) > Congresso PS (9, 10 e 11 de abril) > As famílias da Manif de 12 de março (9 de abril) > Testemunhos FMI – Grécia e Irlanda (13 de abril) > Notáveis aconselham FMI (24 de abril) > Celebrações e manifestação 25 de abril (26 de abril)
<i>Público</i>	> Jürgen Stark, BCE (19 de abril) > Faria de Oliveira, CGD (20 de abril) > Thomas Meyer, Deutsche Bank (21 de abril) > Joaquim Goes, movimento Mais Sociedade (24 de abril) > João Duque, ISEG (27 de abril)	> Movimento 12 de Março (22 de abril) > Celebrações e manifestação 25 de abril (26 de abril)

Quadro III – Recolha comparativa de diferentes géneros jornalísticos: entrevista e reportagem

Se nos debruçarmos sobre estas opções podemos perceber que o *Público* usou as entrevistas como forma de dar mais informação e de esta ser diretamente imputável a alguém (os entrevistados foram sempre pessoas com funções importantes).

O *Diário de Notícias* foi o único jornal a humanizar a crise, o que não deixa de nos surpreender, pois pelas suas características de perfil, essa formulação seria expectável do *Correio da Manhã*. Mas não foi isso que aconteceu. Um dos efeitos das reportagens que neste caso andaram à volta do tema crise passa por, como dissemos, humanizar a crise ou personificá-la. Ao escolher pessoas e famílias afetadas pela crise, dando voz ao cidadão comum que se indigna, o *Diário de Notícias* permitiu aos seus leitores a identificação com aquelas pessoas. A crise passou a ter um rosto e esse rosto, é o nosso.

O *Público* optou por, durante 10 dias, entre 19 e 28 de abril, publicar pequenos dossiers em jeito de balanço do Governo Sócrates, abordando os grandes temas, como a Saúde, a Justiça ou os “episódios” de resgate da banca. Uma opção informativa, que serve de

garante à memória coletiva dos leitores quanto aos temas estruturantes. No dia 19 de abril, nas páginas 10 e 11, sob o título “As reformas estruturais da Justiça não saíram do papel”, a jornalista Mariana Oliveira apresentou uma resenha sobre as principais questões na Justiça em Portugal. A jornalista escreveu que entre as 50 medidas previstas no programa de governo do PS para a Justiça a maioria não terá “saído do papel”. Entre elas destacou o facto de não ter sido concluída a reforma da ação executiva (cobrança de dívidas), nem a reorganização do mapa judiciário. As duas páginas em epígrafe continham também uma entrevista a Boaventura Sousa Santos, na sua qualidade de diretor do Centro de Estudos Sociais e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça. O último destes dez dossiers, publicado no dia 28 de abril, dedicou-se à política orçamental. No texto do jornalista Sérgio Aníbal, intitulado “Erros próprios e má fortuna colocam o país nas mãos do FMI”, foram apresentados os dados da economia nacional, nomeadamente os valores da dívida pública e do défice. Foi ainda publicada, na segunda página dedicada ao assunto, uma entrevista com Manuela Arcanjo, ex-secretária de Estado do Orçamento.

Estes dois exemplos supracitados exemplificam o modelo escolhido pelo *Público* para apresentar os referidos dez dossiers temáticos. Ao fazê-lo, o jornal conseguiu apresentar uma descrição pormenorizada dos principais temas políticos do país, recuperou e compilou informação e ouviu várias figuras de destaque sobre essas matérias. Pela natureza dos trabalhos foi também uma forma utilizada pelo jornal para apresentar críticas ao governo cessante.

Um dos recursos utilizado pelos três jornais, mas em que o *Diário de Notícias* também se destacou foi o uso de textos, publicados sem ser em formato de pergunta-resposta, com base em entrevistas dadas a outros órgãos de comunicação social. Isto é especialmente válido para múltiplas entrevistas que foram concedidas aos canais de televisão e cujo conteúdo acabou transcrito (e devidamente identificado) nos jornais. Esse é, sem dúvida, um sinal dos tempos, exemplificativo do peso da televisão e do imediatismo que ela aporta, que faz com que os jornais usem a televisão como fonte de informação. Utilizemos dois exemplos para ilustrar esta questão, ambos publicados no *Diário de Notícias*. No dia 5 de abril o jornal baseou um artigo jornalístico na prestação do eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, na *RTPN*. Sob o título “Rangel critica Presidente e Constitucionalistas”, o artigo foi publicado na página 5 e remete para a opinião do eurodeputado sobre as competências

de um governo de gestão. No dia seguinte, dia 6 de abril, na página 2, o *Diário de Notícias* volta a publicar uma notícia com base em entrevista televisiva. No caso, tratou-se de uma entrevista concedida por Ricardo Salgado, presidente do Banco Espírito Santo, ao canal de televisão *TVI*. O artigo publicado tinha como título “É urgente pedir um empréstimo intercalar já”, e demonstra como funcionou a pressão da banca sobre o pedido de resgate financeiro ao país, contribuindo para que este fosse uma inevitabilidade.

3.3.2 Ângulos, títulos e “leads” dos jornais

Se questionarmos um leigo sobre a importância de um título, qualquer título, podemos assumir que, de forma mais ou menos unânime essa importância será reconhecida. Se falarmos de notícias, acrescentemos ao conceito de título o “lead”, que podemos definir como o primeiro parágrafo da notícias (pode ou não fazer parte do corpo do texto) e serve de resumo e “teaser” para a notícia que vem a seguir. É no título e no “lead” que se ganham ou se perdem leitores. Em conjunto, título e “lead”, funcionam como as construções mais determinantes do texto jornalístico, sendo que o “lead” desempenha a dupla função de informar imediatamente o leitor e de ser atrativo, apelando à leitura do resto do texto. Título e “lead” são elementos que confluem para que um texto jornalístico cumpra a sua principal função, que é ser lido e informar os leitores. Não terá sido sempre assim, pois a história do jornalismo recorda-nos um tempo em que não havia títulos nos jornais. Eles começaram a ser usados nos EUA, durante a Guerra da Secessão, que decorreu entre 1861 e 1865. (Fontcuberta, 1999: 92)

Titular é uma operação difícil e complexa. Os títulos jornalísticos identificam, anunciam e resumem as notícias. Despertam o interesse do público e comunicam o que há de mais importante na informação.

(Fontcuberta, 1999: 91)

Para alguns autores, além da importância semântica dos títulos, deve considerar-se também a sua função enquanto elementos estruturantes da leitura (Pereira e Rekalde, 2003: 80), no sentido em que servem para organizar as páginas e mesmo estabelecer unidades de importância dentro de uma página.

Há muitos fatores que determinam um título, sendo o primeiro deles o jornalista que o escreve e o seu editor, que o aprova ou não. Há também o estilo do próprio jornal, o espaço

disponível, a editoria ou secção onde será publicado, a possibilidade de ter antetítulo. O facto de um título estar ou não na primeira página do jornal. No caso da informação que surge na primeira página, abre-se a possibilidade de construir dois títulos diferentes para a mesma notícia, um no interior e o outro no exterior, destacando dois aspetos diferentes. E também há que considerar a questão, que já aflorámos, do ângulo da notícia, que define que aspeto da informação merece ser destacado em primeiro lugar, condicionando a formulação do título.

Entre os estudiosos da matéria há várias propostas de classificação dos títulos, de acordo com Mar de Fontcuberta (1999: 91-100). Para o propósito desta análise aplicaremos a divisão proposta por Luis Núñez Ladevèze (apresentada na mesma obra por Fontcuberta). O autor classifica os títulos dividindo-os entre os mais e menos informativos, em quatro grandes categorias:

- a) Títulos expressivos são aqueles que não dão informação sobre os factos. Evocam factos que se presumem conhecidos e são normalmente palavras soltas, com pontuação ortográfica;
- b) Títulos apelativos são os que usam uma linguagem que chama a atenção para um facto que não se presume conhecido. São especialmente usados nos jornais sensacionalistas;
- c) Títulos temáticos são os que enunciam um assunto, mas sem identificar a notícia e sem juízos de valor;
- d) Títulos informativos são aqueles que explicam o objeto da ação, a própria ação e suas circunstâncias.

Definido o modelo classificativo que nos propomos usar, neste trabalho vamos ter também em conta a utilização de determinados vocábulos e o seu sentido semântico de forma abrangente. Por exemplo, quando o *Correio da Manhã* titula “FMI ataca reformas e subsídios” estamos perante um título apelativo. O uso do verbo “atacar” não será, naturalmente, inocente, e pressupõe uma ação negativa de alguém mais forte (FMI) para com alguém mais fraco, os reformados e os cidadãos que recebem subsídios. O mesmo jornal, noutro exemplo da utilização de um título apelativo publicou, a 5 de abril, a

seguinte manchete “Governo nomeia boys do PS”. Também neste caso se verifica não só a utilização do título apelativo como o uso de palavras cuja conotação será imediata para o leitor. No caso o vocábulo “boys”, palavra que, ao ser aplicada no título citado, remete para a existência de situações pouco transparentes em matéria de contratação de pessoas ligadas a um partido político. O *Correio da Manhã* foi o jornal que, no período em análise, mais utilizou títulos passíveis de serem classificados como apelativos, embora em número ligeiramente inferior aos títulos informativos. Podemos citar vários exemplos, como os que foram publicados na edição de 11 de abril, onde se podia ler “Cavaco quer acordo intercalar com FMI” ou na do dia 25, “Juros cobrados fazem disparar lucros do FMI”.

O *Público* é, entre todos, o jornal que mais aposta nos títulos informativos, sendo esta uma imagem de marca do ponto de vista editorial. Em 13 de abril titula: “Portugal precisa de medidas ainda mais ‘duras’ para cumprir o défice”. São fornecidas todas as explicações, há informação e mesmo o uso da expressão ‘duras’, sendo uma palavra com uma conotação negativa (e de uso na gíria) é feito entre aspas. Algo que serve também de proteção ao próprio jornal, para não ser acusado de ser parcial ao adjetivar as medidas futuras. No período que antecedeu o pedido oficial de resgate financeiro, o jornal titulou, na sua manchete de 2 de abril, um exemplo dos títulos informativos que privilegiou: “Estado vende dívida mas queda de ratings torna mais difícil acesso da banca ao BCE”.

Mas mesmo o circunspecto jornal pode, por vezes, alterar a sua própria matriz, como aconteceu no dia 7 de abril, em que o título da manchete era apenas uma palavra: “Ajuda”. Diga-se em abono da verdade que os subtítulos que usou são todos informativos e servem de complemento, mas o título foi sem dúvida um título expressivo.

Quanto ao *Diário de Notícias*, o seu modelo habitual é também o uso de títulos informativos embora, por comparação, menos explicativos que os do *Público*, apesar de existirem exceções. Como é o caso do título “O teleponto ‘socrático’ partiu-se”, que é usado numa notícia no interior do jornal, no dia 11 de abril, e que podemos classificar de título temático. Se procurarmos um título mais exemplificativo do padrão habitual do *Diário de Notícias*, no entanto, poderemos utilizar como exemplo o título da manchete do dia 3 de abril, “Rendimento social retirado num ano a 85 mil pessoas”. Outro exemplo a destacar, na mesma categoria de títulos informativos é o título da manchete de 11 de abril,

“FMI lucra 520 milhões com resgate a Portugal”. A informação que o jornal disponibiliza, de forma factual e objetiva, corresponde também a um certo posicionamento editorial.

Para traçarmos uma matriz sobre o tipo de títulos mais usados, contabilizámos, como se mostra no quadro IV, os títulos publicados ao longo do mês em análise. Ficam de fora desta contagem os textos de opinião e todos aqueles que não sejam de abertura de página.

	Títulos expressivos	Títulos apelativos	Títulos temáticos	Títulos informativos
<i>Correio da Manhã</i>		30	27	33
<i>Diário de Notícias</i>		26	38	69
<i>Público</i>	1	19	28	84

Quadro IV – Classificação comparativa dos títulos das notícias

Note-se que em todos os jornais há um maior pendor dos títulos informativos, embora o *Correio da Manhã* seja aquele em que se verifica uma distribuição mais equitativa entre diferentes tipos de títulos. O uso de títulos apelativos e temáticos não surpreende por se tratar de um tabloide. Talvez surpreenda a total ausência de títulos expressivos (de que de resto só o *Público* faz uso, no dia 7 de abril).

Ainda a respeito do *Correio da Manhã* refira-se que, muitas vezes, um título que é apelativo ou emotivo na capa, torna-se um título informativo nas páginas interiores.

Uma circunstância que também constatámos nesta divisão, é que a linha que separa as diferentes classificações de títulos é, por vezes, bastante ténue, sendo que não se pretende que a nossa proposta de classificação seja uma atribuição definitiva. Almejamos com esta matriz comparar os três jornais em análise e esquematizar a forma como a crise foi relatada.

O *Público*, apesar de ser o único jornal que arriscou usar um título expressivo, é o jornal que mais utiliza os títulos informativos, numa aposta que respeita o seu perfil editorial.

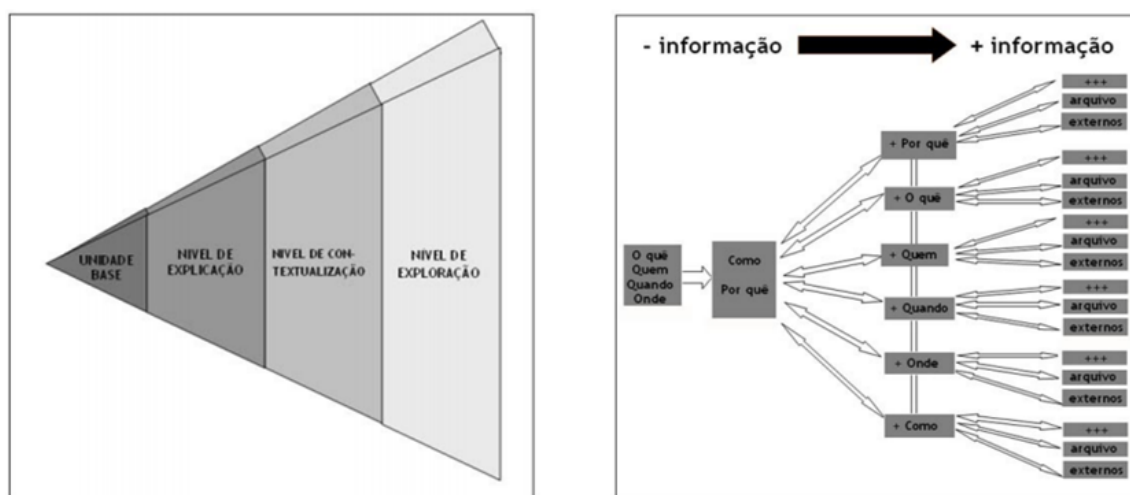
Podemos concluir, que apesar de algumas escolhas diferentes, os três jornais apostaram em títulos informativos, quiçá pela importância e seriedade do tema e, também, porque este género de título é o que permite dar de forma mais imediata bastantes explicações a respeito das matérias noticiosas.

Quanto aos “leads”, importa recordar que o seu nascimento é um dos marcos do jornalismo moderno. A estruturação de uma notícia, de forma a que a informação mais importante esteja no início do texto é conhecida como pirâmide invertida. É um modelo que permite ao leitor identificar a informação mais importante de forma imediata e, do ponto de vista do jornalista, serve como guia de escrita e de estruturação do trabalho. Terá sido na Guerra da Secessão dos EUA (1861-1865) que primeiro se desenvolveu a técnica do “parágrafo mais importante”. Uma medida partilhada entre correspondentes de guerra e operadores do telégrafo. Cada correspondente de guerra podia ditar o primeiro parágrafo do seu texto, onde incluía tudo o que era importante. Só depois de uma primeira ronda em que todos os correspondentes enviavam o seu parágrafo para os órgãos de comunicação social para os quais trabalhavam surgia uma segunda ronda, que permitia acrescentar informações ao “texto” inicial. Uma medida ditada pelas circunstâncias técnicas por haver o perigo dos postes do telégrafo serem atacados e as comunicações cessarem. Nascia assim o modelo da pirâmide invertida. Seria em 1880 que a Associated Press deu instruções aos seus jornalistas sobre a estruturação de todos os dados importantes de uma notícia. (Fontcuberta, 1999: 58-9)

O surgimento desta técnica veio alterar o modelo que então vigorava que era o relato cronológico dos acontecimentos que durante décadas se justificou também por motivos práticos, mesmo nas redações mais modernas. No caso de haver falta de espaço nas páginas de um jornal, os últimos parágrafos seriam os menos importantes e aqueles que o editor facilmente poderia cortar. Um bom “lead” responderia aos 5 W’s – What?, Who?, When? Where? Why?, a que se acrescenta o How?.

Este modelo, que correspondeu à estruturação dos jornais durante mais de um século começa agora a ser posto em causa, sobretudo por causa do espaço “infinito” da World Wide Web e dos media online. Sem a limitação de espaço, fará sentido espalhar a forma como as notícias são escritas? A Internet permite novas possibilidades de criar ligações

A questão do espaço “ilimitado” que a Internet proporciona altera o próprio modelo do jornalismo. Esta nova visão da informação, sem limites de espaço, é um modelo em discussão, mas ainda não a norma. As novas possibilidades de ligação entre textos e o aparente espaço “ilimitado” fazem com que o modelo clássico do texto jornalístico, a já mencionada “pirâmide invertida” seja repensado, sobretudo porque deixou de haver constrangimentos de espaço na escrita dos textos. Veja-se o que explica João Canavilhas, vice-reitor da Universidade da Beira Interior, docente e especialista em webjornalismo, autor do artigo “Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada”. Cita Robert Darnton (1999) como um dos autores que defende a nova arquitetura nas publicações, a coberto da publicação online e considera que a Internet levou à criação de um novo modelo da escrita de textos jornalísticos, definido como “pirâmide deitada” [por oposição ao modelo em vigor]. Nessa pirâmide deitada vamos tendo camadas ou níveis de informação. Uma primeira camada com o resumo do assunto; a segunda com versões alargadas de alguns assuntos dominantes e assim sucessivamente, como ilustra a imagem seguinte.



79

Este modelo, que foi criado para os textos académicos, será eventualmente o modelo futuro do jornalismo online. Mas para já, sem recurso ao hipertexto, a pirâmide invertida, onde o “lead” comanda, ainda parece ser o que norteia o trabalho jornalístico nos media impressos, como demonstram as versões impressas dos jornais que analisámos.

Terminemos este ponto abordando ainda a questão dos ângulos de uma notícia, referindo o que são e como funcionam e, sobretudo, como influenciam a nossa perceção do mundo. O ângulo de uma notícia, para usar a linguagem jornalística, é o lado pelo qual é contada uma história ou, simplesmente, a principal formulação de uma história.

No espírito do entendimento da mediação feita por jornalistas e editores, olhemos para o dia 1 de abril de 2011, para aquele que é o primeiro dia da nossa análise. Com o Governo demissionário, Cavaco Silva marcou o dia das eleições legislativas. O resgate financeiro parece inevitável.

Na senda dessas circunstâncias de exceção, o *Correio da Manhã*, destaca Cavaco Silva, com foto, e vários títulos que demonstram a gravidade da crise. E também uma manchete que aponta novos exemplos de dislates entre as medidas do Governo cessante: “Gestores da Carris com carros de luxo”. A opção editorial escolhe destacar a denúncia (neste caso do esbanjamento dos dinheiros públicos em período de crise), não ignorando as tomadas de posição do Presidente da República.

Uma leitura comparativa entre o *Público* e o *Diário de Notícias* mostra que ambos fazem manchete com Cavaco Silva e usam a sua foto com grande destaque nas suas primeiras páginas. Parecem, no entanto, dar uma notícia diferente, pois o ângulo da notícia é oposto entre si. Para o *Diário de Notícias* “Cavaco dá luz verde a Sócrates para pedir ajuda...”, o que destaca a posição do Presidente e transfere para o Primeiro-Ministro o ónus da responsabilidade do resgate. O *Público* tem uma leitura dos acontecimentos e uma interpretação política diferente: “Governo empurra para Cavaco pedido de ajuda externa”, pelo que defende que foi Sócrates quem dominou a agenda política. Tudo isto acontece com base numa declaração ao país feita através dos canais de televisão à hora de jantar e da qual os jornais fazem eco (e manchetes) apenas no dia seguinte. Mais uma vez a televisão foi o meio de comunicação privilegiado para os grandes anúncios, como é ainda na atualidade, ampliada pelo poder da Internet.

3.3.3 A postura dos jornais na explicação da crise

Passavam 38 minutos das oito da noite quando subiu à sala para começar. Os papéis do discurso, escrito naquela mesma tarde, estavam junto do microfone. Daquela vez, Sócrates vestia o casaco de fato. (...) Sempre encarei um pedido de ajuda externa como uma solução de último recurso e ainda esta semana o recordei. Tudo tentei. (...) A minha obrigação é pôr acima de tudo o interesse nacional. Por isso, gostaria de comunicar aos portugueses que o Governo decidiu hoje mesmo dirigir à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira.

(Dinis e Coelho, 2012: 196)

Terá sido um dos momentos mais mediáticos dos últimos anos [A par da prisão do próprio Sócrates a 25 de novembro de 2014 e da moção que pôs fim ao XX Governo Constitucional, no dia 10 de novembro de 2015], com transmissão em prime-time: o momento em que o então Primeiro-Ministro, José Sócrates, anunciou o pedido de resgate financeiro. Nos jornais, a hipótese do resgate já era discutida há algum tempo, intensificando-se nos finais de março, início de abril.

Pelas suas características e perfil editorial podemos antever que a forma como os jornais escolheram mostrar a crise será diferente em cada um deles, embora também seja expectável a existência de pontos comuns.

O ponto mais marcante será uma característica que já referimos e que surpreende, por se tratarem de jornais que, historicamente, tentam manter um distanciamento político e uma certa aura de independência face aos poderes. Em Portugal, ao contrário do que acontece, por exemplo, no mundo dos media anglo-saxónicos, não há, do ponto de vista editorial, um assumir da posição política dos jornais. Todos apostam numa postura que propõe equidistância político-partidária. A tomada de posição que ocorreu na cobertura jornalística do pedido de resgate financeiro é uma postura pouco normal na imprensa nacional, sempre avessa a demonstrar que está a tomar partido e essencialmente euro-entusiasta desde a adesão à União Europeia. António Barreto faz, no prefácio do livro *25 anos de Portugal Europeu* uma divisão da nossa visão coletiva da União Europeia. “Nas décadas de 1960 e 1970, a Europa era um atalho para todas as virtudes. Mas, postos perante sinais evidentes da falta de solidariedade da União Europeia, os media portugueses assumiram, pela primeira vez, a postura do “nós contra eles”.

Veja-se como titulava o *Correio da Manhã* de 3 de abril: “Cavaco afasta fantasma do FMI” e note-se o uso, não inocente, da palavra “fantasma”, aquando da referência ao

Fundo Monetário Internacional. Esse mesmo FMI – verdadeiramente diabolizado pelos media nacionais – é aquele que “exige” despedimentos na função pública (*Correio da Manhã*, 8 de abril); “exige” cortes radicais (*Correio da Manhã*, 9 de abril); “exige” um acordo PS/PSD (*Correio da Manhã*, 12 de abril); “ataca” reformas e subsídios (*Correio da Manhã*, 18 de abril) e “impõe” horários flexíveis nas empresas (*Correio da Manhã*, 19 de abril). Só para citar alguns títulos, que bem espelham esse espartilhamento emocional da imprensa: “nós”, os portugueses *versus* “eles”, o FMI que vem impor regras para a “nossa” casa. A este respeito veja-se o disposto nas reflexões da presente dissertação, evocando ainda o estudo “Crisis discourse in Europe”.

Para o *Diário de Notícias*, a diabolização não é tão evidente, como demonstra, por exemplo, o título de 8 de abril “Cinco anos de austeridade com mais impostos e menos protecção social” ou ainda, a 9 de abril “UE e FMI forcem acordo para austeridade até 2013”. Veja-se também o titulado no dia 28 de abril, “IVA, pensões e despedimentos garantidos na cartilha da ‘troika’”.

Estes são alguns exemplos que ilustram a ideia de que houve uma tomada de posição por parte dos media. A tal divisão entre o “nós” e o “eles”, sendo “eles” representados aqui pelo FMI, a Troika e a UE. Embora no caso do *Diário de Notícias* a linguagem usada seja menos tendente à diabolização do FMI, quando comparada com a linguagem escolhida pelo *Correio da Manhã*.

Caberá ao *Público* a linguagem mais moderada, embora continue a ser óbvia a trincheira cavada pela crise e aprofundada pelo pedido de resgate. “Nós” *versus* “eles”, mas numa linguagem ainda mais despida de emoção: “Europa quer acordo para três anos fechado em Maio e exige o apoio da oposição”, como escreve o jornal, no dia 9 de abril, ou, no dia 12, “FMI antecipa efeitos da austeridade e prevê recessão e recorde no desemprego em 2012”.

Será talvez a característica de conteúdo mais marcante e mais significativa de todas as que podemos identificar na nossa análise: a tomada de posição inequívoca dos jornais. Tão mais importante se tivermos em conta que, desde a entrada de Portugal no seio da União em 1986, houve sempre “good media” para a questão Europeia. Passado o primeiro entusiasmo, as notícias sobre Bruxelas eram escassas nos media nacionais. Os fundos recebidos e algumas diretivas com restrições – nomeadamente em termos da agricultura,

pescas e ambientais – foram a parte mais importante da comunicação da Europa com os cidadãos portugueses.

De resto, o centro nevrálgico da União, foi-se distanciando de Lisboa à medida que continuávamos sempre na cauda da Europa em termos de indicadores, cada vez mais distantes do grupo dos “melhores” e sendo, sucessivamente, ultrapassados pelos novos estados-membros. Veja-se a este respeito a compilação apresentada no livro *25 anos de Portugal Europeu*, da Fundação Francisco Manuel dos Santos e coordenado por Augusto Mateus. No capítulo II (páginas 421 e seguintes) há uma comparação de 50 indicadores que mostram a evolução do país. “A crise nacional surge também como uma crise nos próprios resultados da plena integração europeia, nomeadamente nos efeitos da utilização dos fundos estruturais”, estipula Mateus (2013: 15), referindo-se também ao efeito dos alargamentos a Leste. Quando comparados com os novos países da União Europeia, temos salários mais elevados, cidadãos com menores níveis de educação e somos geograficamente periféricos. Ou seja, não temos dimensão política, geográfica e económica para ombrear com os países de primeira linha, como a Alemanha ou a França, e arriscamo-nos mesmo a perder na comparação com os países ditos de Leste, saídos da cintura comunista.

A distância geográfica e emocional de Portugal ao centro de decisões, a nossa fraca capacidade de lobby, o desinteresse dos cidadãos, o sentimento de impotência face às decisões da União Europeia, bem como os fundos estruturais recebidos entre 1989 e 2013, terão tornado a Europa num conceito abstrato e distante. Não só temos uma elevada taxa de abstenção nas eleições europeias, como na verdade não há sentimento de representatividade face à Europa. Ao contrário do que acontece quando votamos para eleger o Presidente da República ou para as eleições legislativas – em que há a escolha de uma “figura”, não votamos para um “presidente” da UE.

O que a crise fez, antes de mais, foi trazer essa Europa e as suas decisões/imposições para as primeiras páginas dos jornais. Os decisores longínquos ganharam proximidade, quer simbólica, quer geográfica e, sobretudo, funcional, impondo unilateralmente cortes nos salários e nas pensões, despedimentos, impostos... um conjunto de mudanças, de carácter politicoeconómico e que, em circunstâncias normais, seriam feitas por governos democraticamente eleitos.

Pela primeira vez, os assuntos da política europeia, da economia e da geoestratégia são trazidos aos cidadãos, numa espiral contínua, como já demonstrámos pela quantidade de vezes que estas matérias dominaram as primeiras páginas dos jornais, passando a exercer omnipresença na nossa vida coletiva.

Como se disse, há que ter em conta que, pela primeira vez desde a entrada de Portugal na CEE, a Europa não representa para o país uma fonte de financiamento (quase) inesgotável. Ao contrário, a Europa exige cortes e a restituição de um empréstimo a ser negociado e que terá de ser pago com juros. E não propõe medidas, como fez durante anos. Impõe unilateralmente um conjunto de regras exigindo, de forma aparentemente cega e arbitrária, cortes e novas regras, quer para o Estado, quer para os privados. Estas são, pela primeira vez, regras tangíveis, que alteram diretamente a vida de milhares de pessoas. E é isso que lhes confere importância, as transforma na notícia do momento e faz com que a Europa seja o centro das nossas vidas e das notícias daqueles dias. Entenda-se a expressão Europa como significante do centro de decisões União Europeia e da componente financeira associada ao pedido de resgate financeiro.

Optámos por reduzir o conteúdo semântico dos jornais de forma a melhor entendermos a mensagem que foi passada nesses dias. Seleccionámos palavras-chave, de forma a comparar as linhas de enquadramento dos jornais em análise. Depois da leitura dos três jornais que compõem o corpo de estudo desta dissertação, organizamos o conteúdo noticioso em cinco tópicos que permitem comparar o modo como a crise e o resgate financeiro foram relatados em cada jornal. Estes tópicos têm a dupla função de estabelecer a linha de ação que foi traçada por cada um dos jornais e, ao mesmo tempo, comparam-nas entre si. Com base na investigação inicial definimos os seguintes tópicos: Medidas, Contexto, Política Nacional, Contas do Estado e Os outros.

No tópico “Medidas” incluímos as medidas propostas pela Troika, as alterações anunciadas e as medidas que resultam da interpretação feita pelos próprios jornais. Para sermos mais exatos temos que precisar que, de forma oficial, só depois de 17 de maio de 2011 podemos falar em “medidas” no seu sentido mais estrito, porquanto essa foi a data em que foi assinado o “Memorando de Entendimento com a Troika”. Esta data pode ser confirmada, por exemplo, no dossier “Memorando da Troika anotado” que o site do jornal *Público* disponibiliza.

Antes dessa data as informações publicadas, e que em alguns casos se incluem no tópico “Medidas” foram sobretudo fruto de investigação comparativa dos jornais e recolha de alguns dados junto de quem discutiu as medidas (o que inclui a equipa da Troika) e também os intervenientes nacionais.

Para tornarmos mais explícito o conteúdo que incluímos neste tópico, consideremos como exemplo a notícia intitulada “FMI tira 14º mês a reformados” (*Correio da Manhã*, 27 de abril de 2011). Trata-se de uma medida que haveria de ser efetivamente proposta. De igual modo encontramos o mesmo princípio no dia 20 de abril, que é profíquo em “Medidas” concretas. Com uma manchete que escolhe o estilo popular (que é ilustrativo do perfil do jornal), sob o título “FMI corta a doer”, o *Correio da Manhã* apresenta na primeira página as medidas aplicadas a respeito do resgate financeiro. Para isso utiliza três destaques informativos debaixo da manchete, que aportam explicações sobre os cortes no subsídio de desemprego, no salário mínimo e o fim da isenção das taxas moderadoras na saúde. Registe-se que o jornal escolhe apresentar medidas que são representativas, sobretudo, para os trabalhadores e para as classes sociais mais desfavorecidas, como seria de supor dado o pendor editorial do próprio *Correio da Manhã*.

Há outros exemplos que também podemos incluir em “Medidas” e que ainda estão no domínio das intenções. Olhemos para o texto “Corte nos salários e mais impostos”, que o *Correio da Manhã* publicou no dia 7 de abril, na página 6. O artigo cita o economista e professor de Finanças, João Cantiga Esteves, instado a antecipar as medidas que irão surgir em sequência do pedido de resgate financeiro, anunciado na véspera. “Vamos ter de cortar em todas as frentes, incluindo ‘a loucura’ das parcerias público-privadas, investimentos públicos avultados, como o TGV ou o novo aeroporto, e na Função Pública”.

A mesma temática é abordada pelo *Diário de Notícias* também a 7 de abril. No texto “Cortes no salário mínimo estão agora em cima da mesa”, (página 4), o jornal também antecipa as medidas expectáveis mercê do pedido de resgate financeiro. Mas, ao contrário do *Correio da Manhã*, que utilizou um especialista não político, o *Diário de Notícias* optou por fazer o artigo baseando-se no que aconteceu na Grécia e na Irlanda para antecipar medidas. Citou o então presidente do BES, Ricardo Salgado, um relatório do FMI sobre Portugal e ainda o Primeiro-Ministro demissionário, embora em declarações feitas em março. José Sócrates elencou as medidas a que, na sua ótica, um resgate financeiro

obrigaria: “redução do salário mínimo, ficar cinco anos sem acesso ao financiamento normal dos mercados, acabar com o 13º mês, despedir funcionários públicos e reduzir ainda mais os salários públicos”.

Em relação ao *Público*, foi preciso esperar mais um dia para que aquele diário publicasse informação sobre os cortes e medidas que se iriam seguir, na sequência do pedido de resgate financeiro. No texto “A troco do empréstimo, voltam as medidas do PEC e ainda um pouco mais” (páginas 8 e 9), o *Público* não cita ninguém, baseando-se também nos exemplos das medidas que foram aplicadas na Grécia e na Irlanda. Menciona, sem citar, Durão Barroso e Jean-Claude Trichet (que foi presidente do Banco Central Europeu de 2003 a 2011), que teriam aprovado parte das medidas mencionadas quando foram anunciadas no PEC IV. Na definição das medidas, no entanto, o resumo é quase um decalque do mencionado no *Diário de Notícias*, como podemos comprovar: “Mais cortes nos salários e nas prestações sociais são possíveis, mais impostos quase certos e os grandes projetos de investimento devem ficar definitivamente adiados”. Nestas páginas o *Público* oferece aos leitores uma boa solução visual e de conteúdo que é, além do texto supracitado, a definição das oito áreas que terão cortes e a sua apresentação em quadro de leitura rápida.

Ainda no tópico “Medidas” atente-se também no exemplo publicado pelo *Diário de Notícias*, no dia 28 de abril. Nesse dia o jornal apresenta uma manchete que sustenta o que pretendemos ilustrar neste item. A manchete “IVA, pensões e despedimentos garantidos na cartilha da ‘Troika’” elenca as medidas que serão tomadas na sequência do resgate financeiro. Um conjunto de pequenos destaques debaixo do título serve para reforçar a informação, focando a provável subida da taxa do IVA, os cortes nas pensões, os despedimentos, a flexibilização da lei laboral e os despedimentos na função pública.

Desta amostra se conclui que as medidas foram um ponto fundamental no discurso dos jornais de forma transversal. Talvez porque elas são o que de mais imediato servirá para corporizar o pedido de resgate financeiro ao país. E constituem eventualmente a informação mais relevante para os leitores. É aqui que se traça um dos sustentáculos da nossa análise: a informação factual, que responde à primeira pergunta do jornalismo, “What?”.

Para responderem a esta questão os jornais em análise utilizaram diferentes métodos, quer no género jornalístico escolhido, quer no layout apresentado, quer nas fontes informativas seleccionadas. Mas, neste caso, são mais relevantes os elementos comuns do que as diferenças. Expurgadas as diferenças, que são neste particular irrisórias, temos dois aspetos a reter. O conteúdo publicado pelos três periódicos é praticamente idêntico, não só pela ênfase atribuída às medidas que serão introduzidas no período pós-regate financeiro, como pelas próprias medidas divulgadas, nomeadamente cortes nas pensões, subida de impostos e despedimentos e que são informações lapidares pela importância que irão assumir na vida de milhões de portugueses.

O segundo aspeto é que, sem informação oficial sobre as medidas, e sendo elas a informação que mais interesse poderia ter para o público, os jornais viram-se na contingência de decalcar a informação sobre os programas de resgate aplicados à Grécia e à Irlanda, num exercício que implicou não só a recolha de factos, mas também capacidade de análise por parte dos jornais.

Denominámos “Contexto” o segundo tópico que definimos, que será o mais lato dos tópicos, pois permite incluir as notícias que dão conta do estado do país e também as que contextualizam as circunstâncias do resgate. É possível encontrar sob a alçada do “Contexto” uma miríade de informações. Como o próprio nome indica, este tópico ajuda a perceber alguns aspetos da nossa vida coletiva, que ajudam a traçar o perfil do país à data do pedido de resgate.

Na perspetiva de retratar o país, veja-se, por exemplo, a manchete do *Correio da Manhã* no primeiro dia de abril, que titulou “Gestores da Carris com carros de luxo”. No interior do jornal, na página 23, o primeiro parágrafo do texto correspondente à manchete avança com as explicações: “A Carris, empresa pública de transporte rodoviário em Lisboa, renovou, em 2010, a frota da administração com quatro carros de luxo. Num ano de forte ‘aperto de cinto’ (...)”. Factos que se tornam mais gravosos se tivermos em conta a crise financeira que o país atravessava, tendo inclusive sido necessário um pedido de ajuda externo. É esta linha de denúncia contextualizante que o jornal segue, quando escreve, por exemplo, “Batota nas SCUT sobe factura da crise” (dia 24 de abril). No interior o *Correio da Manhã* explica como “O Estado fez uma ‘batota’ na contabilização dos encargos com três

parcerias público-privadas” e que, com a presença da Troika, houve necessidade de rever essas contas, o que terá contribuído para agravar o défice.

Também o *Diário de Notícias* deu enfoque aos gastos excessivos, que espelham o despesismo que se viveu no país e terá contribuído para as suas debilidades financeiras, denunciando em simultâneo as dívidas do sector público e as repercussões expectáveis daí advindas. Isso mesmo ficou explícito na notícia publicada no dia 4 de abril, “Câmaras devem 830 milhões às empresas de construção”.

Este aspeto tem uma importância maior se pensarmos no peso do setor da construção na economia do país. De acordo com o relatório “Análise do sector da construção”, publicado pelo Banco de Portugal em janeiro de 2014, o setor da Construção representava em 2012 cerca de 12% das empresas, 7% do volume de negócios e 11% do número de pessoas ao serviço do setor institucional das Sociedades não Financeiras (SNF). Não estão só em causa os gastos, mas também o efeito gravoso que o não pagamento por parte do setor público vai criar num momento em que as empresas de construção estavam em dificuldades. Ainda de acordo com o mesmo relatório, “A evolução do volume de negócios da Construção foi particularmente negativa nos anos de 2011 e 2012. Em 2012, o volume de negócios do setor caiu 26%, depois de ter reduzido 17% em 2011”.

Como demonstram as notícias já citadas o país tem seguido um caminho de despesismo, de consumo em excesso e é manifesta a falta de capacidade financeira do Estado. Simultaneamente encontramos-nos num momento de grande debilidade com empresas a fechar portas, famílias sem dinheiro e com elevados níveis de endividamento. No dia 30 de abril de 2011, o *Correio da Manhã* publicou ainda outra informação que ajuda a compor o quadro global. Na manchete, que o jornal mimetizou na página 42, podia ler-se “Desemprego jovem atinge 21,3%”. No texto, suportado por gráficos, o jornal mostrou a taxa de desemprego em Portugal entre março de 2010 e março de 2011, altura em que estava nos 11,1%. E alertou para o facto de muitos desempregados “a maioria” não receber qualquer tipo de apoio do Estado. Mas o aspeto mais valorizado pela notícia é o do desemprego jovem (em pessoas com menos de 25 anos) que, com os dados de março de 2011, teria atingido 21,3%. A notícia da jornalista Raquel Oliveira começa por explicar isso mesmo “O desemprego é a consequência mais dramática da crise económica. (...) E a

geração mais ‘à rasca’ é a dos jovens à procura de emprego, onde a taxa de desemprego sobe para 21,3%”.

Uma abordagem significativa e paradigmática, exclusiva do *Correio da Manhã*. Embora a taxa de desemprego fosse (e seja ainda), um indicador que os jornais utilizam e divulgam periodicamente, a especificidade da análise do *Correio da Manhã* não é comum e serve aqui um propósito maior. O de demonstrar a falta de esperança no futuro de toda uma geração, que não encontra emprego. Este será um dos fatores que melhor ajuda a compreender o estado da nação. Enquanto indicador corresponde ao perfil informativo do *Correio da Manhã*, tendo em conta o tipo de mensagem que transmite.

Diário de Notícias e *Público* optaram por enfatizar outras particularidades dentro do tópico que designamos “Contexto”, como é exemplo o texto do *Diário de Notícias* “Já faliram 12 empresas por dia este ano” (dia 1 de abril, página 2 do suplemento *DN Bolsa*), onde se destaca a questão das insolvências que além do efeito direto na economia também agravam diretamente o desemprego. Por seu turno, o *Público* preferiu relevar os cortes “cegos” que estavam a ser levados a cabo no setor da saúde (páginas 10 e 11, da edição de dia 25 de abril) e a falta de capacidade financeira do Estado para a prossecução de obras já anunciadas, como se lê no texto “Portugal sem dinheiro para as grandes obras públicas” (páginas 8 e 9, da edição de dia 26 de abril). O texto refere, sobretudo, os casos do TGV e o novo aeroporto, que não haveriam de avançar.

Apesar das semelhanças, encontramos uma diferença fundamental entre a forma como os jornais escolhem estabelecer o “Contexto”: o *Correio da Manhã* constrói ângulos noticiosos com base num pressuposto de resposta aos seus leitores, tipicamente de classes mais baixas. O *Diário de Notícias* e o *Público* refletem outro tipo de preocupações, que naturalmente também influenciam a vida das pessoas, embora de forma menos imediata. A focalização de aspetos conjunturais também é visível nos textos de “Contexto” sobre o pedido de resgate financeiro que tanto o *Público* como o *Diário de Notícias* publicaram e que exemplificamos com o texto do *Diário de Notícias* de dia 6 de abril, intitulado “Pressão dos bancos já leva PS a admitir pedido de ajuda”, embora apenas um dia antes o *Público* escrevesse sobre uma possibilidade intermédia: “Empréstimo intercalar de Bruxelas é solução em estudo para emergência”.

Esta aparente discrepância entre o dia 5 de abril, em que o *Público* admite a possibilidade de um empréstimo intercalar e o dia 6, em que o *Diário de Notícias* informa da pressão da banca e dos efeitos que ela pode ter justificam-se, no nosso entender pelo facto de, apesar do pedido de resgate estar em análise há algum tempo, ele ter sido evitado, por parte do governo liderado por José Sócrates, até ao limite.

Na análise prévia que efetuámos revelou-se primordial considerar como tópico relevante para a resenha em curso aquilo a que chamámos “Política nacional”. Impõe-se mormente um ponto de esclarecimento sobre as matérias em apreço. Em abril de 2011, Sócrates tinha apresentado a demissão de Primeiro-Ministro, mas era candidato do PS às novas eleições, contra o PSD liderado por Pedro Passos Coelho. Ao líder da oposição coube o ónus da demissão do Governo, face à sua tomada de posição de que não aprovaria o PEC IV. Apesar de levar ao limite o pedido de auxílio financeiro externo, Sócrates acabou por ter de o fazer (a 6 de abril), condicionando qualquer futuro Governo, devido às “regras” criadas a respeito de um pedido de resgate financeiro. O Presidente da República marcou eleições legislativas para 5 de junho.

Servem estas explicações para tentar recriar um pouco das principais questões que se colocavam na política interna em abril de 2011. Como demonstraremos em seguida, o *Correio da Manhã* é, entre o nosso objeto de estudo, o jornal que menos importância atribui à política interna. São escassas as notícias ao longo do mês de abril em que a “Política nacional” é abordada. Uma das exceções é a marcação da data das eleições legislativas, que o Presidente da República agendou para 5 de junho e que o jornal divulgou em notícia de dia 1 de abril.

A 19 de abril a tónica do *Correio da Manhã* foi dada ao então líder da oposição, Pedro Passos Coelho, numa notícia que atestava o início da campanha eleitoral. O jornal titulava “Passos pede que o deixem governar”. Um título, em jeito de súplica, que o jornal sustenta no corpo do texto: “Passos Coelho pediu uma oportunidade aos portugueses, garantindo que é possível (...) colocar o País a crescer”. Este destaque, no entanto, não tem par nem no *Diário de Notícias* nem no *Público* ao longo de todo o mês.

Em pleno período eleitoral e não obstante a forma como o Governo se demitiu, a questão dos resultados eleitorais é uma preocupação, como podemos perceber através de algumas

notícias publicadas. No *Correio da Manhã*, Cavaco Silva pede um governo maioritário, (notícia publicada a 26 de abril), que é uma ideia que, nesse mesmo dia, o *Diário de Notícias* também revela: “Cavaco pressiona para que se forme governo de maioria após 5 de Junho”. No texto, o Presidente da República é citado de forma inequívoca: “Cavaco Silva foi claríssimo: ‘O governo saído das eleições de 5 de Junho deve dispor de apoio maioritário na Assembleia da República’ ”. O *Público*, também no dia 26 de abril, não dá tanta importância a esse aspeto e escreve apenas que o PR pede uma “campanha serena para não impedir futuros entendimentos”.

Uma maioria que, de forma algo desfasada (inclusive pelos resultados eleitorais), o Primeiro-Ministro demissionário não se coíbia de pedir para si, como comprovam as notícias publicadas no dia 5 de abril, pelo *Público* e pelo *Diário de Notícias*. De forma que hoje podemos considerar incompreensível, nas vésperas do pedido de resgate financeiro ao país, Sócrates afirmava, citado pelo *Público*: “garantiu ontem que lutará por uma maioria absoluta nas eleições legislativas”. A mesma ideia perpassa na notícia do *Diário de Notícias*: “José Sócrates quer governo de maioria e só ataca Passos”. Neste quesito verificamos que, de forma surpreendente, o Primeiro-Ministro demissionário recebe, pelo menos nestes dois jornais, um tratamento cortês.

A governar em minoria desde 2009, o segundo Governo de Sócrates acabaria por durar pouco mais de um ano. O apelo de uma maioria, no entanto, não surtiu efeito. As eleições de 2011 foram ganhas pelo PSD de Passos Coelho, mas sem maioria (com 38,66% dos votos). Conseguiu maioria parlamentar estável com uma coligação posterior com o CDS/PP.

O tópico “Política nacional” merece ainda ser mencionado em relação à forma como os jornais nos mostraram o pedido de resgate propriamente dito e os bastidores políticos que o antecederam. No dia 1 de abril, o *Diário de Notícias* titulava que “Cavaco dá luz verde a Sócrates para pedir ajuda...”, quando o *Público* noticiava, nesse mesmo dia, o oposto: “Governo empurra para Cavaco pedido de ajuda externa”. No dia seguinte, no entanto, o jornal já escrevia que “Governo nega cenário de ajuda externa até eleições e Cavaco evita intervir”.

Recorde-se que o pedido de resgate financeiro foi feito de forma oficial quatro dias depois. Até ao último momento, houve uma tentativa do Governo cessante de não fazer ou não assumir o pedido de ajuda externa (ou a sua necessidade) e, conforme podemos comprovar, verifica-se uma enorme falta de informação fidedigna nos jornais, ou talvez mesmo alguma manipulação encapotada. O Presidente da República, em declarações que o *Público* noticiou no dia 3 de abril esclareceu que “ajuda externa não passa por negociações com o FMI”, o que, como sabemos, também se revelou uma mentira.

A principal conclusão a que chegamos neste cenário, é que aqueles dias foram de enorme confusão para todos os intervenientes, os jornais não conseguiram dar informações com a máxima correção e, até ao momento do resgate, o futuro imediato do país parecia completamente imprevisível.

Outro dos tópicos que mereceu uma categoria só para si foi o item “Contas do Estado”, uma vez que durante o período em análise foram inúmeras as informações a esse respeito, desde a proverbial falta de dinheiro para honrar compromissos como no caso do pagamento de salários no Exército, até às questões económicas intransponíveis, como é o caso dos juros e da dívida. Na comparação global podemos afirmar que é o *Diário de Notícias* quem menos escreve sobre a questão das contas do Estado, embora não deixe de publicar alguns artigos sobre a matéria, como “Exército pediu adiantamento para pagar salários de março” (dia 2 de abril).

Correio da Manhã e *Público* fazem apostas claramente de acordo com os seus perfis noticiosos. Enquanto o tabloide privilegia exemplos de como o Estado está sem dinheiro, o *Público* foca-se na macroeconomia. Passando aos exemplos práticos, o *Correio da Manhã* titula, a 6 de abril, “Estado sem verba para salários e pensões” e no dia 14 do mesmo mês “Tropa sem dinheiro para salários”. No texto, o primeiro parágrafo é lapidar: “As Forças Armadas estão sem dinheiro para pagar salários, pensões de reserva e fazer descontos para a Caixa Geral de Aposentações”.

O *Público*, embora também aflore a questão das “Contas do Estado”, por exemplo, quando refere “atrasos nos pagamentos de empresas públicas aos fornecedores (dia 11 de abril) é menos contundente sobre a matéria. Por seu turno é o único dos jornais a explorar a questão macroeconómica, como se prova pelas duas manchetes que fez em dias contíguos,

a 14 e 15 de abril. No dia 14, pode ler-se “Governo e PSD não se entendem, juros e mercados não se acalmam”. E, no dia seguinte, nova manchete de cariz macroeconómico: “Falta de dinheiro leva o Governo a lançar nova emissão de dívida na próxima semana”. Duas manchetes que seriam impensáveis antes da crise financeira e que demonstram como a questão económica impôs a sua presença mesmo entre a imprensa não especializada. Apesar de minorizar um pouco a questão das “Contas do Estado” o *Diário de Notícias* também não consegue escapar à onnipresença da questão económica, como se demonstra com a manchete que o jornal publicou no dia 16 de abril “Agência de ‘rating’ prevê que Portugal precise de nova ajuda em 2013”. Antes disso, num momento em que a economia passou a fazer parte da nossa vida quotidiana, o diário generalista já tinha publicado algumas informações sobre a questão, embora apenas no interior do jornal (sem destaque na capa). São exemplos as explicações dadas no texto “juros não param de subir com dúvidas dos investidores (dia 9 de abril, página 5) e ainda “Dois países ibéricos correram um ano contra a pressão dos mercados” (dia 8 de abril, página 10).

Quanto ao *Correio da Manhã*, se é verdade que a questão das “Contas do Estado” não foi aquela que teve maior visibilidade nas páginas do jornal durante o mês de abril de 2011, há um aspeto que decorre deste e no qual o *Correio da Manhã* teve primazia. Falamos de uma verdadeira “diabolização” do Primeiro-Ministro demissionário a respeito das contas. No dia 1 de abril, na página 6, o jornal escrevia “Sócrates atinge défice recorde”. Não podemos deixar de referir que o jornal não escreveu que fosse o Governo e sim personalizou a informação na pessoa do Primeiro-Ministro. No dia 10 de abril nova mensagem de culpabilização do Primeiro-Ministro. A manchete postulou, em letras garrafais, “Tática de Sócrates custa 387 milhões”. As explicações, no texto da página 6 também são bastante contundentes: “A insistência do Primeiro-Ministro em retardar o pedido de ajuda financeira externa, (...) vai sair caro aos cofres públicos e a todos os portugueses: em apenas um ano (...) traduziu-se numa subida dos custos com juros de quase 387 milhões de euros”. Nenhum outro jornal fez uma leitura que culpabilizasse José Sócrates desta forma.

Observando, por outro lado, o puzzle que é a geopolítica internacional, o que aconteceu aos outros países (nomeadamente à Irlanda e à Grécia) também é uma das matérias fundamentais na hora de falar (ou escrever) sobre a crise. O exemplo dos outros países

europeus em resgate serviu de modelo para as medidas a tomar em Portugal, conforme o Memorando de Entendimento com a Troika provou e tal como os jornais foram antecipando. A este item chamámos “Os outros”, e nele incluímos também as notícias sobre as reações de outros países ao propalado resgate luso.

Entre as reações que maior destaque mereceram contam-se as da Alemanha e as da Finlândia, cuja recusa em aprovar o resgate chegou a ser preocupante para essa pretensão, uma vez que um resgate financeiro a um Estado-membro da Zona Euro obrigava a unanimidade dos parceiros na aprovação. Isso mesmo escreveu a jornalista Eduarda Frommhold, na notícia publicada no *Diário de Notícias* de 13 de abril, sob o título “Alemães tentam travar ajuda financeira a Portugal” (página 4).

O texto surge acompanhado de uma infografia detalhada, onde são explanados detalhes do modelo de empréstimo que foi feito à Grécia e à Irlanda e os montantes aproximados que cada país da Zona Euro deverá disponibilizar no caso de resgate financeiro a Portugal. As contas aí apresentadas foram feitas para um empréstimo global de 75 mil milhões de euros, no qual a Alemanha surge como o Estado-membro que deverá dar o maior contributo (14,6 mil milhões de euros). Essa contribuição, no entanto, gerou “uma forte oposição interna” e levou a que “um grupo de cidadãos germânicos” recorresse ao tribunal constitucional para impedir a Alemanha de participar no resgate. Mas nem só o país de Angela Merkel se mostrou pouco disponível ao empréstimo (a própria Chanceler não apoiou um eventual resgate quando ele começou a ser equacionado, como já demonstramos nesta dissertação, no capítulo anterior, quando abordamos “Os resgates financeiros na Europa”).

Além da Alemanha, a Finlândia demonstrou maior oposição a um potencial pedido de resgate financeiro, como também explanamos no capítulo anterior. Nesta resenha daquilo que identificamos como “Os outros”, importa referir que estas questões da geopolítica foram abordadas pelo jornal *Público* e pelo *Diário de Notícias* e não foram referidas no *Correio da Manhã*, menos preocupado com matérias de política internacional. Este tópico, “Os outros” é o que o *Correio da Manhã* dá menor importância, quer do ponto de vista relativo, quer na comparação entre os três periódicos em análise.

Esta avaliação altera-se quando o tópico “Os outros” inclui os aspetos de que falamos primeiramente, ou seja, em relação a artigos que se referem aos pedidos de resgate grego e

irlandês. A falta de informação específica (e confirmada) sobre as medidas concretas previstas para Portugal aquando do pedido de resgate financeiro levou a que todos os jornais utilizassem os exemplos gerados pelos casos da Grécia e da Irlanda. Recorde-se que, como já vimos nesta dissertação, nos meses que antecederam o pedido de resgate financeiro ele já era uma possibilidade discutida em certas esferas e também nos media. No entanto, passou cerca de um mês desde o pedido efetivo, a 6 de abril, até o memorando da Troika ter sido assinado e apresentado, a 3 de maio.

Neste parâmetro o tratamento noticioso foi unânime: os três jornais utilizaram os exemplos disponíveis, mas mais uma vez o *Correio da Manhã* utilizou esta informação de forma parca. O jornal nunca destacou os outros países resgatados para título dos textos que publicou, embora tenha feito referência aos resgates em alguns textos. Podemos encontrar essa referência no texto “Mais cortes nos ordenados”, publicado no dia 28 de abril, na página 8, onde se pode ler a seguinte explicação: “Como na Grécia e na Irlanda a primeira medida do FMI passou pela aplicação de cortes nos salários dos funcionários públicos”. A menção existe, mas é apenas isso, uma referência.

Na comparação, o *Diário de Notícias* é bastante mais explícito, como comprova o texto com infografia titulado “As cartilhas dos outros” e que foi publicado no dia em que o jornal fez eco do anúncio do pedido do resgate financeiro (7 de abril). O jornal compara diretamente os aspetos que foram modificados em prol do resgate financeiro nos outros países, como subsídios, impostos ou privatizações. O mesmo jornal, a 28 desse mês, titula nas suas páginas 2 e 3: “Troika aplicou um guião de 14 medidas idênticas na Grécia e na Irlanda”. O jornalista David Dinis elenca as principais medidas, destaca as especificidades de cada país (graças a uma infografia) e explica: “Enquanto o silêncio impera sobre que medidas inclui [o memorando da Troika], é útil olhar para as áreas de intervenção negociadas em Atenas e Dublin”.

Uma colagem que o *Público* também faz, como podemos apreciar no artigo “A troco do empréstimo, voltam as medidas do PEC e ainda um pouco mais”, (dia 8 de abril, páginas 8 e 9), de onde podemos citar as explicações óbvias: “os exemplos da Grécia e da Irlanda mostram que, para os portugueses, está reservada ainda mais austeridade”. O artigo divide-se em oito pontos fundamentais em termos de medidas, como sejam cortes nos salários, despedimentos facilitados ou congelamento de pensões.

Globalmente, assistimos a uma valorização das questões políticas e estruturais por parte do *Público* e do *Diário de Notícias*, ao passo que o *Correio da Manhã* aposta em informação mais imediatista e próxima do cidadão comum. Nos três periódicos em análise começamos a encontrar distanciamento face à Europa, aqui personificada pela Troika e pela sua futura intervenção. Este é um dado novo nos media nacionais.

Da anterior recolha facilmente confirmamos algumas das características já identificadas, quer em relação aos media em análise, quer à fórmula utilizada para a apresentação da crise aos portugueses.

Todos os jornais assumem a rutura face ao euroentusiasmo habitual e todos partilham a postura do “nós contra eles”. No entanto, quer o *Diário de Notícias*, quer o *Público* demoram mais tempo (cronologicamente) a assumir esse rompimento e, mais do que isso, demoram a assumir a postura antigoverno que no *Correio da Manhã* é evidente desde o primeiro momento. O *Público* é mesmo o media mais relutante em promover esse corte. Foca-se muito mais nas questões políticas do que nas medidas da Troika e quando o faz privilegia a questão macroeconómica.

De forma simplista podemos considerar que o *Correio da Manhã* apresenta uma postura “do contra”: contra o FMI e a sua ingerência, mas também expondo de forma inequívoca as ações e, sobretudo, os erros do Governo. O *Correio da Manhã* foi o jornal que escreveu mais diretamente para os portugueses, focando-se nos cortes, nas alterações que implicam diretamente a nossa vida comum e a vida quotidiana de cada português em particular.

Na sua construção da crise, o jornal traça uma imagem centrada no FMI, que é o principal protagonista da ação. Evocativo das medidas anunciadas ou previstas pela Troika, o *Correio da Manhã* não parece estar interessado no passado nem no futuro, isto é, não tem informação sobre os anteriores pedidos de resgate financeiro ao país e, por seu turno, também não apresenta informação sobre as consequências do resgate financeiro. Há vários exemplos ao longo do período em análise que suportam as nossas afirmações.

Embora o pedido de resgate tenha sido feito no dia 6 de abril, para efeitos da cobertura mediática nos jornais impressos, foi no dia 7 que a notícia pode ser publicada. Assim, no dia 7 de abril, o do anúncio do pedido de resgate financeiro, na página 6, o *Correio da Manhã* publicou um artigo com os cortes anunciados, sob o título “Corte nos salários e

mais impostos”. No dia seguinte o jornal titulou, em manchete, os cortes anunciados para a função pública, “Ordem para despedir na função pública – FMI exige no resgate a Portugal”. No dia seguinte, 9 de abril, a primeira página voltou a ter o assunto em destaque, embora não como manchete, sob o título “FMI quer mais despedimentos e menos férias”. A questão dos despedimentos, que será uma das que maior impacto tem na vida das pessoas, voltou a ser tema de artigo no dia 17, na página 26, na notícia publicada na editoria de economia “FMI quer facilitar despedimentos”. Na notícia, assinada pelo jornalista Pedro H. Gonçalves, podemos ler “A necessidade de facilitar despedimentos no país já constava de um relatório do FMI de 2010” e, citando o economista Will Hutton, o jornal acrescenta que “Portugal deveria aceitar a flexibilização do mercado laboral e facilitar os despedimentos”.

Do ponto de vista semântico, podemos considerar que quase todas as notícias são negativas: o desemprego, o corte nas pensões, nos salários. O *Correio da Manhã* também destaca o contexto, que se manifesta, sobretudo no país, em termos do erário público: contas que não batem certo, luxos desenquadrados, elevados índices de desemprego e muitas contas do Estado por pagar.

Esta é uma realidade que tanto o *Diário de Notícias* como o *Público* também espelham, embora ambos se tenham focado principalmente na geopolítica, sem no entanto descurar o elencar das medidas anunciadas a propósito do resgate financeiro ao país. No caso do *Público*, as medidas da Troika aparecem relegadas para segundo plano, havendo um destaque das questões políticas e da geoestratégia.

A esse propósito veja-se o exemplo da manchete do *Diário de Notícias* de dia 2 de abril de 2011, onde consta o antetítulo, “Exigência da Europa aos políticos portugueses”, seguida da citação que serve de título “É urgente darem respostas”, numa frase atribuída ao porta-voz do comissário europeu, Olli Rehn. Seguindo a mesma linha editorial, o *Diário de Notícias* volta a fazer manchete com as questões geoestratégicas, mesmo após a consumação do pedido de resgate financeiro. Foi assim na manchete do dia 12 de abril, com o título “FMI prevê que Portugal em 2012 seja o único país da UE em crise”. No interior do jornal, nessa mesma edição, na página 4, o jornal publicou o artigo “FMI faz cenário negro para Portugal com nova recessão e mais desemprego”. No artigo podemos ler que, “Portugal será o único País da Zona Euro, e mesmo de toda a UE, ainda em

recessão económica no próximo ano, de acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional”.

O *Público*, embora também centre a sua mensagem no FMI, é o jornal que, entre os media em análise, atribui maior importância ao contexto internacional. Aliás, chega a dar maior relevo à análise dos acontecimentos do que às medidas previstas (ou previsíveis) e que são o epítome dos artigos do *Correio da Manhã*. Um exemplo desta escolha editorial é a manchete que aquele jornal fez no dia 9 de abril de 2011, onde titula “Europa quer acordo para três anos fechado em Maio e exige o apoio da oposição” e cuja orientação volta a ditar a manchete de dia 12 do mesmo mês, “FMI antecipa efeitos da austeridade e prevê recessão e recorde no desemprego em 2012”.

Podemos inferir que o *Diário de Notícias* apresenta a crise num plano intermédio, também centrado no FMI, publicando informações sobre contexto e medidas, mas sem esquecer de estabelecer as ligações ao plano internacional. Ao contrário do que acontece com o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* procura mostrar os acontecimentos históricos. Nesse item oscilamos entre um jornal que não apresenta informação histórica (*Correio da Manhã*), para um com inúmeros registos (*Diário de Notícias*). O *Público* apresenta alguma informação. Aqui, no entanto, mais do que ilações apenas de alinhamento editorial, convém lembrar a antiguidade do *Diário de Notícias*. Para escrever sobre os anteriores pedidos de resgate, este jornal só precisou de recorrer aos seus próprios arquivos. No dia 7 de abril, na página 10, o *Público* apresentou um artigo intitulado “A crise económica que levou Portugal a provar pela primeira vez a receita do FMI”. No texto desenrolam-se explicações e a contextualização, sobretudo do pedido de resgate de 1983. A notícia explica ainda as medidas que foram tomadas então e as consequências políticas do pedido de resgate, além de referir os montantes entregues ao Governo de Mário Soares, que era Primeiro-Ministro.

Nesse mesmo dia, 7 de abril de 2011, o *Diário de Notícias* publica na sua página 5 uma notícia sob o título “As condições impostas pelo FMI em 1977 e 1983”. A notícia é acompanhada de duas fotos de época, ambas do arquivo do jornal. No dia seguinte o *Diário de Notícias* volta a pegar na contextualização histórica, demonstra que é um jornal com arquivo (e antiguidade) e faz duas páginas, 6 e 7, sobre os anteriores pedidos de resgate. O título principal é “Soares assumiu ónus político e Ernâni Lopes aplicou a receita

do FMI” e inclui, além da factualidade, detalhes e citações dos anteriores protagonistas, nomeadamente de Mário Soares. O artigo inclui duas fotos de época, do arquivo do *Diário de Notícias*, uma das negociações, outra das manifestações públicas. Nestas páginas o jornal publicou ainda uma reportagem feita na atualidade, ouvindo cidadãos anónimos sobre as suas vivências aquando dos anteriores resgates financeiros.

Do ponto de vista da política interna, as notícias em todos os jornais analisados dão relevo quer às posições tomadas pelo Presidente da República, Cavaco Silva, quer à necessidade de novas eleições em junho, com natural importância atribuída ao Primeiro-Ministro demissionário e ao líder da oposição. Curiosamente, nos três jornais parece existir uma estranha divisão no que respeita a José Sócrates.

É que se existem críticas ao Governo demissionário (e existem), elas não se refletem na pessoa que é o líder do Partido Socialista e o futuro candidato a Primeiro-Ministro. Essa divisão, transversal aos jornais de forma mais ou menos evidente (embora com exceções assinaláveis no *Correio da Manhã*), não deixa de ser surpreendente e algo inédita. Esta dicotomia que permitiu que José Sócrates, apesar de demissionário, conseguisse manter uma imagem isenta, ou quase, enquanto líder do PS não foi transversal aos textos de opinião publicados nesses mesmos jornais, como veremos. Quanto ao Presidente da República, parece conseguir passar de forma incólume pelo processo do pedido de resgate, embora existam crispações entre Belém e São Bento, de que os media também dão conta.

Habitualmente os jornais nacionais – sobretudo o *Público* e o *Diário de Notícias* – utilizam uma linguagem circunspecta e que procura ser objetiva e sem juízos de valor. O mais surpreendente nesta análise comparativa de conteúdo é a forma como estes dois jornais alteram a sua postura editorial e a linguagem habitual e escrevem títulos verdadeiramente inesperados como “Conversa azeda entre Governo e PSD para acordo na ajuda externa europeia e FMI” (*Público*, 14 de abril). Ou o mais extraordinário: “Portugal recebe credores com a corda na garganta”, titulado pelo *Diário e Notícias* de 13 de abril e que escolhe uma linguagem fora do comum para aquele diário. Com o uso de uma expressão, “a corda na garganta”, que é tão reveladora quanto indicativa do momento de exceção que se vive na época.

Por último, de referir ainda que a figura do “FMI” surge, sobretudo, após o pedido de ajuda financeira, de forma sistemática em todos os jornais, servindo um pouco de reservatório da culpa de todos os males. Um dos jornais em análise vai um pouco mais longe e faz as contas de quanto será o lucro do FMI com o resgate a Portugal. Na sua manchete do dia 11 de abril, o *Diário de Notícias* assegura que esse lucro será de 520 milhões de euros.

3.3.4 Como a imprensa relatou o dia do pedido de resgate financeiro

6 de abril de 2011, quarta-feira. Portugal voltou a ser manchete no Financial Times. Sobre o fundo cor de salmão das páginas do jornal britânico estava impresso o título da notícia assinada pelos correspondentes em Lisboa e em Bruxelas.

(Dinis e Coelho, 2012: 187)

É, desta forma, que David Dinis e Hugo Filipe Coelho descrevem em *Resgatados* o dia em que Sócrates assumiu o pedido de ajuda externa, naquele que acabaria por ser um dia determinante na nossa vida coletiva. Muito se disse, e escreveu, sobre o pedido de resgate, incluindo as suas implicações macroeconómicas, os seus efeitos sobre a vida do país e também alguns fait-divers, como o teleponto de Sócrates, quiçá uma metáfora que ajuda a compreender aquele momento.

Uma das imagens que ficou da noite de 6 de abril, aquando do anúncio do pedido de resgate foi a de José Sócrates preocupado com a sua imagem e com o teleponto. As televisões, em transmissão direta ao país, estavam prontas às 20.00 horas. A TVI passou a imagem em direto para São Bento, mas nessa altura Sócrates ainda estava, em mangas de camisa, a testar o seu melhor perfil junto do teleponto e a perguntar ao assessor, como é que “ficava melhor”. Embora a TVI tenha interrompido a transmissão direta, as imagens foram de imediato colocadas no Youtube e no Facebook. Essa circunstância, passível de entrar no anedotário nacional, foi documentada pelo *Correio da Manhã* de 7 e de 8 de abril. No dia 7 o jornal publicou o texto “Fico melhor assim?”, dando conta do “ensaio” do Primeiro-Ministro demissionário com o teleponto e chamou mesmo o assunto à primeira página. No dia 8 o jornal fez dois textos: “Obcecado com a imagem” e “A sinceridade dos telepontos”. Também o *Diário de Notícias* de 7 de abril fez referência ao caso, numa caixa em rodapé, que titulóu “Assim fica melhor?”. Apenas o *Público* não menciona o acontecido.

Em Portugal todos os diários são matutinos, sendo o fecho de edição feito ao fim do dia anterior e a impressão às primeiras horas da madrugada, de forma a que as bancas possam abrir com os jornais do dia logo de manhã, em todo o território continental. Com o anúncio do pedido de resgate às 20.00 horas de dia 6 de abril, os jornais só puderam dar conta do sucedido nas suas edições do dia seguinte, embora tenham conseguido incluir informação de imediato nos seus sites.

Normalmente, um acontecimento que surge às 20.00 horas, dificilmente terá honras de manchete. As edições são planeadas e, havendo material para manchete, ela é pensada com tempo e trabalhada nesse sentido. Neste caso, não se trata de um acontecimento normal, mas de uma circunstância excecional. Isso mesmo demonstram todas as manchetes dos jornais no dia 7 de abril e também a extensão de informação que acabaria por ser publicada nos dias 7 e 8 de abril. Além da importância do assunto em causa, o dia 7 incluiu a informação que foi possível as redações reunirem em tempo útil para publicar. Para dia 8 estariam guardadas as informações mais detalhadas. Obviamente que parte da informação, sobretudo a de contextualização, já estava previamente preparada pelos media. A possibilidade de resgate financeiro era esgrimida como uma probabilidade há meses. Esse método, a pré-preparação de alguma informação sobre determinada matéria, é recorrente em todos os media.

Se nos centrarmos no dia 7 de abril, confirmamos que foi o *Público* quem fez a manchete de maior impacto, numa escolha de modelo de primeira página que não é a sua habitual (ver Anexo II). Em fundo negro que cobre a quase totalidade da página, usando letras garrafais brancas, o jornal escreve apenas “Ajuda”. As chamadas seguintes, ainda sob o mesmo fundo negro são estas: “Pressão da banca decisiva para o pedido do Governo”, “Cavaco será o mediador entre o executivo e o PSD”, “Os sacrifícios que vão ser pedidos aos portugueses”. A notícia do dia ocupa quase toda a primeira página do jornal, havendo lugar a uma coluna de chamadas, à direita, das “outras” notícias.

Neste mesmo dia, o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã* assumem uma postura mais informativa, com o primeiro a titular “Sócrates pede a ajuda que sempre recusou” (ver Anexo II). Toda a página está dedicada ao assunto do dia. Visualmente dividida em dois na parte abaixo do título, utiliza as fotos de José Sócrates e Pedro Passos Coelho, com

citações de cada um deles. No centro uma coluna divide o dia anterior em quatro pontos: “O último desmentido”, “A preparação”, “A confirmação”, “O anúncio formal”.

Na parte inferior da página, em rodapé, contam-se três chamadas, à semelhança do *Público*, embora as temáticas sejam diferentes. O *Diário de Notícias* faz três incursões: a política, “PSD à frente mas longe da maioria absoluta”; a da economia interna, “Salário mínimo vai sofrer corte ou estagnar até 2014”; a da economia externa, “Governo negociará pedido de entre 70 e 90 mil milhões”.

Coube ao *Correio da Manhã* fazer a manchete que ocupa menos espaço na página (meia página, na metade superior), havendo espaço para muitas outras notícias do dia (ver Anexo II). O título “Sócrates forçado a pedir ajuda” é próximo do escolhido pelo *Diário de Notícias*, embora o uso do verbo “forçado” transmita aqui a imagem de alguém que foi sujeito a uma iniciativa que não escolheu. Também o *Correio da Manhã* faz três chamadas associadas à manchete: “Pressão dos bancos e fracasso de emissão de dívida levam Governo a recorrer a Bruxelas” e “Intervenção externa provoca aumento de sacrifícios das famílias e quebra de rendimentos”, a que se junta a questão do teleponto “Bronca às 20h00”, sendo o *Correio da Manhã* o único dos três jornais a dar ao fait-divers honras de primeira página (ver Anexo II).

Definimos aqui como dia “D” o dia 7 de abril, pois embora o pedido formal de resgate financeiro tenha ocorrido no dia 6, para a nossa análise, o dia 7 é o mais determinante. Isso acontece, como já explicámos, por motivos que se prendem com questões técnicas da impressão dos jornais. Quanto ao conteúdo noticioso, neste dia “D” da crise, também é o *Correio da Manhã* o jornal que menos escreve sobre o assunto. Há dois grandes ângulos temáticos escolhidos: o da atualidade, “Sócrates obrigado a pedir ajuda” (páginas 4 e 5) e o da economia interna, “Corte nos salários e mais impostos” (página 6). Em caixas e notícias de menor dimensão surgem as reações de Passos Coelho, Bernardino Soares (PCP), Francisco Louçã (BE) e Durão Barroso (Presidente da Comissão Europeia entre 2004 e 2014). Há ainda lugar para o fait-divers do teleponto; reações de empresários, economistas e políticos; uma pequeníssima nota sobre os dois empréstimos anteriores; informação sobre os juros; uma compilação de frases-chave de Teixeira dos Santos (o então Ministro das Finanças) e uma coletânea de tomadas de posição dos principais banqueiros do país, dando conta da “pressão da banca”.

As duas imagens mais determinantes no cômputo de todo o trabalho jornalístico deste dia no *Correio da Manhã* são a de José Sócrates (página 4, foto a 3 colunas) e a de Teixeira dos Santos (página 6, foto a 4 colunas) (ver Anexo III). São eles os grandes protagonistas do dia. A acompanhar a informação nestas páginas, um texto de opinião de Bagão Félix (ministro nos Governos liderados por Durão Barroso e Santa Lopes e que tem ligações partidárias ao CDS) e uma nota editorial não assinada.

Em termos de organização de conteúdo o *Diário de Notícias* faz uso da página 2 toda dedicada ao Primeiro-Ministro demissionário, com uma foto sua a duas colunas e um texto focado nele. O artigo principal tem como título “Sócrates negoceia até 90 mil milhões” e há ainda uma coluna de informação onde é publicada na íntegra a comunicação ao país.

O Primeiro-Ministro demissionário tornou-se o grande protagonista das notícias publicadas pelo *Diário de Notícias*. A ele são dedicadas as páginas 10 e 11, onde aparece numa foto a toda a altura, ocupando metade da página 10 e uma coluna da seguinte. Nestas páginas, embora de informação, assistimos a uma análise política das circunstâncias. O título é bastante explícito: “Sócrates perdeu o argumento eleitoral de evitar a entrada do FMI”. O jornal apresenta também as reações europeias, a posição de alguma imprensa internacional e o fait-divers do teleponto. De referir que o *Diário de Notícias* mostra preocupações em partilhar a informação internacional, atribuindo-lhe alguma importância, embora a tenha relegado para as últimas páginas da informação que publicou.

Mais importante parece ser a questão eleitoral, que naquela altura estava na ordem do dia, pois o *Diário de Notícias* dedicou-lhe duas páginas, a 6 e a 7. O grande destaque pode ser dado à infografia criada à volta das sondagens: os líderes dos partidos portugueses surgem colocados numa escada rolante que ocupa quatro colunas ao alto, consoante a intenção de voto dos portugueses (Anexo III).

O que se traduz numa imagem onde o então líder da oposição Pedro Passos Coelho encabeça a dita escada. A sondagem efetuada pela Universidade Católica apresenta números com quatro dias (foi feita nos dias 2 e 3 do mês de abril de 2011), obedecendo a vários critérios estatísticos de representatividade na recolha de dados. Não pondo em causa a validade e veracidade desses dados, não deixamos de os considerar um tanto precoces, ou pelo menos precipitados. O título do *Diário de Notícias* a esse respeito é bastante

contundente: “Portugueses culpam socialistas pelo pedido de ajuda externa”. No primeiro parágrafo do texto, assinado pelos jornalistas David Dinis e Paula Sá, podemos ler: “O pedido de ajuda imediato ao FMI e à União Europeia deixa os portugueses partidos ao meio, mas não a atribuição de culpas: esta é mesmo na maioria concedida a José Sócrates”.

Ao contrário do *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* tem espaço para várias análises distintas. Além das páginas dedicadas a Sócrates, o jornal ocupa duas páginas a 4 e a 5 para destacar as medidas propostas pela “austeridade”. Fá-lo sob o título “Cortes no salário mínimo estão agora em cima da mesa”. A notícia admitia a possibilidade do FMI impor um corte no salário mínimo em Portugal, descrevendo o Fundo Monetário Internacional como “a entidade oficialmente responsável pelo desenho dos programas de ajustamento económicos”. Na mesma notícia faz-se referência a outras possibilidades de medidas propostas pelo FMI, como despedimentos na função pública, redução de salários públicos e eliminação do 13º mês. Nessas páginas publica-se também uma retrospectiva do pedido de ajuda, outra do dia anterior, o dia do pedido de resgate e um texto sobre as reações dos partidos políticos portugueses, com destaque para o silêncio do CDS e para as declarações do eurodeputado do PSD, Paulo Rangel, de que “a ajuda da UE será nos mesmos moldes que foi feita à Grécia e à Irlanda”. Há ainda dois resumos detalhados: um deles sobre o que aconteceu na Grécia e na Irlanda, onde se destacam as principais medidas impostas nas condições de resgate. O outro resumo recupera a informação sobre os pedidos de resgate ao FMI em 1977 e 1983.

Neste dia 7 de abril o *Diário de Notícias* tem ainda duas páginas dedicadas à pressão exercida pela banca em relação à necessidade da ajuda externa e às questões derivadas das avaliações do rating. São páginas que seriam impensáveis num diário generalista se a crise não tivesse chegado, dado que são sobretudo duas páginas dedicadas a questões macroeconómicas. Constituem o pináculo da informação que jamais teria lugar num mundo pré-resgate, no sentido em que a linguagem utilizada foi o “economês”. Entendamos a palavra “economês” como referindo-se a uma nova linguagem, aquela que usa em excesso a terminologia e as expressões técnicas da Economia. O “economês” tornou-se comum na comunicação social a respeito da crise financeira e do pedido de resgate, como confirma a notícia “Economês domina discurso político e da comunicação social”, publicada no site da RTP em 22 de abril de 2012.

As páginas do *Diário de Notícias* que estávamos a citar estão dominadas por uma infografia com os ratings de várias entidades (Governo Português, Parpública, EDP, Portugal Telecom, BCP). Um dos textos de apoio dedica-se a explicações sobre os cortes da Moody's, outro sobre as agências de rating privadas americanas e ainda um sobre a taxa de juro sobre a dívida de Portugal. O texto principal fala sobre a forma como os banqueiros nacionais deixaram de dar crédito ao Estado. O título é “Semana de pressão dos banqueiros termina em Belém”. Refira-se que a Moody's Investors Service, conhecida como Moody's, é uma agência de classificação de risco de crédito, de origem americana. Trata-se de uma agência privada que tem sido alvo da crítica internacional, nomeadamente desde a polémica com o Lehman Brothers (que tinha excelentes ratings apenas semanas antes do colapso, em 2008). O mesmo aconteceu em relação à banca islandesa.

O *Público* foi o jornal que deu mais espaço à questão do resgate financeiro, embora, ao contrário do que aconteceu com os outros jornais, não tenha escolhido um protagonista. José Sócrates aparece destacado na segunda página do jornal, em foto a três colunas, mas o título da notícia parece isentá-lo do processo de culpabilização assumido pelos outros dois jornais: “Pressão da banca e das agências de rating levam Governo a pedir ajuda”. Na imagem escolhida e no título surge um José Sócrates impotente face a um desígnio maior que não controla, vergado à força dos elementos, como demonstra o parágrafo de abertura do texto: “A banca e o agravamento da pressão das agências de rating sobre Portugal foram os fatores que levaram o Primeiro-Ministro, José Sócrates, a decidir ontem avançar para um pedido de ajuda financeira à União Europeia – um gesto que sempre quis evitar”, como podemos ler no texto publicado no dia 7 de abril de 2011, na página 2, do jornal *Público*, assinado pelos jornalistas Bárbara Reis e Nuno Simas.

Nessas mesmas páginas o jornal avança ainda com reações de vários protagonistas ao longo do dia, em citação direta, como o próprio Primeiro-Ministro, José Sócrates, o líder da oposição, Pedro Passos Coelho e o Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Nas páginas de abertura do jornal, páginas 2 e 3, encontramos também um texto sobre os mecanismos de socorro da zona euro e o tempo que deverá demorar o processo de pedido de apoio até o dinheiro chegar.

O *Público* parece mais concentrado em destacar a inevitabilidade do pedido de resgate e as implicações macroeconómicas e geopolíticas que daí advêm, como mostram as outras

páginas que dedicou ao assunto. Nas páginas seguintes, 4 e 5, o jornal publica um texto sobre os bastidores do pedido de resgate e a forma como esteve a ser ponderado entre Lisboa e Bruxelas desde 24 de março e a reação de Pedro Passos Coelho a esse pedido de resgate.

Em relação às medidas de austeridade impostas como contrapartida do resgate financeiro, o *Público* optou por um exercício de “perguntas e respostas” na página 6, baseado no que aconteceu nos outros países resgatados. As páginas seguintes, 7 e 8, são também de “economês” puro, impensáveis noutro qualquer momento da nossa história coletiva, evocando os efeitos do pedido de resgate em relação à banca, evidenciando o papel da Moody’s e o leilão da dívida. Tudo informações que numa situação comum seriam apenas importantes para os jornais económicos.

É esta a grande alteração trazida com o retrato da crise: os jornais diários generalistas optam por explicar aos leitores de sempre (o português comum) coisas sobre agências de rating, leilões da dívida pública, solvência da banca, programas de austeridade e material que jamais teria cabimento num jornal destas características.

Nesse dia 7 de abril, o *Público* prosseguiu com a informação de carácter estritamente económico, com um artigo sobre a influência da agência de rating canadiana no acesso dos bancos ao BCE. Trata-se talvez do artigo de carácter mais económico de todos os textos publicados neste dia nos jornais em análise, destacando o papel da agência de notação financeira canadiana DBRS, como “única esperança de que o acesso dos bancos nacionais aos empréstimos do BCE não se torne mais dificultado”. O artigo, que ocupa as páginas 10 e 11, acompanha um outro de carácter contextualizador, que abre essas páginas, intitulado “A crise económica que levou Portugal a provar pela primeira vez a receita do FMI”, onde o jornalista João Ramos de Almeida recorda as circunstâncias que levaram Portugal aos acordos com o FMI em 1977 e 1983.

Ainda neste dia, este jornal apresentou várias informações relacionadas com o pedido de resgate, embora sobretudo ao nível do contexto, como é o caso da informação sobre os últimos diplomas analisados pela Assembleia da República, antes da queda do Governo, na página 12; a política monetária do BCE, nas páginas 22 e 23 ou a suspensão das portagens nas SCUT, na página 24.

Na comparação entre o tratamento dado pelos três diários, confinando-nos aqui ao dia 7 de abril, que como explicámos foi o dia em que os jornais publicaram o anúncio do pedido de resgate financeiro, podemos chegar a várias conclusões, muitas delas transponíveis para as visões que os jornais apresentaram ao longo de todo o mês de abril de 2011. Elenquemos as ideias mais relevantes do processo comparativo:

- 1- O pedido de resgate é o assunto do dia, embora o *Correio da Manhã* não abdique de publicar outras notícias habituais (a manchete ocupa apenas meia página);
- 2- É também o jornal que dá menor espaço ao assunto no seu interior;
- 3- O *Público* é o que faz o maior desvio entre o seu layout de primeira página habitual e aquilo que escolheu para este dia;
- 4- Os três jornais usam linguagem e temáticas que não são habituais, com um pendor de “economês”, embora o *Correio da Manhã* seja o que o faz menos;
- 5- O grande protagonista do dia é José Sócrates, culpabilizado sobretudo pelo *Correio da Manhã* e absolvido pelo *Público*, que relata o pedido de resgate como uma inevitabilidade;
- 6- O *Público* apresenta melhor o contexto, as implicações macroeconómicas e a geopolítica;
- 7- O *Correio da Manhã* é o que fala mais diretamente ao português comum, centrando o discurso nas medidas de austeridade e suas consequências;
- 8- O FMI parece merecer tréguas neste dia, mas como esta análise já demonstrou, nos restantes dias, volta a ser o centro de toda a informação;
- 9- O *Diário de Notícias* é o jornal mais preocupado com as questões da política interna e as consequências do pedido de resgate financeiro em termos políticos;
- 10- O *Correio da Manhã* faz de um fait-divers matéria de primeira página, a respeito do uso de teleponto por parte de José Sócrates.

3.4 Como o pedido de resgate criou uma nova linguagem

Os jornais escrevem-se, fundamentalmente, para os textos serem compreendidos de forma rápida e eficaz. (...) O objectivo do estilo jornalístico é captar o leitor, interessá-lo e mantê-lo interessado.

(Fontcuberta, 1999: 71-84)

Por mais brilhantes que sejam os textos ou mesmo por mais arroubos literários que possam ter, os textos jornalísticos, sejam ou não de media impressos, são feitos para serem lidos e compreendidos. Esse é o seu objetivo. Transmitir informação, passível de ser entendida pelo maior número possível de leitores. E o leitor não é, presumivelmente, um especialista, pelo menos os leitores dos jornais generalistas que compõem o nosso corpo de estudo.

O que significa que, qualquer que seja o jornal em análise e o seu estilo próprio, o maior desígnio será “satisfazer a exigência básica do jornalismo: ser compreensível pelo público a que se dirige” (Fontcuberta, 1999: 71). Este objetivo fundador traduz-se na escolha simplificada de palavras, no uso preferencial de frases curtas, com uma ideia por frase e boa pontuação, só para citar algumas das regras mais elementares da escrita jornalística.

E se é verdade que não podemos falar de um estilo jornalístico único, mesmo em termos de linguagem, poderemos encontrar características mais marcantes neste discurso, transversais a vários media. Há vários aspetos que podemos destacar. Um deles passa pelo uso de citações como um dos elementos construtores de texto. Ao atribuir a alguém uma determinada afirmação, o jornalista, e o meio para onde escreve o texto, salvaguardam-se, não assumindo como sua determinada declaração, mas atribuindo-a a outrem. É também do conhecimento geral que no discurso jornalístico não há culpados, só suspeitos. Até existir uma sentença ditada por um tribunal, os jornais devem assumir que todos são inocentes, como a Lei portuguesa propõe. Isso evita julgamentos em praça pública.

Há ainda outras marcas, a nível de discurso, que não só são distintivas, como ajudam a criar uma noção de pertença cultural, como nos recorda Ana Isabel Martins.

Entman (1993: 52-53), aponta como principal exemplo o recurso a palavras-chave, expressões idiomáticas, estereótipos, fontes de informação e símbolos culturais que mentalmente conotam e reforçam um conjunto de factos, e cuja descodificação depende, em larga medida, dos sistemas de crença, experiências e visões dos receptores. Por constituir (...) um conceito fortemente “identitário”, a Europa torna-se um terreno fértil para explorar a utilização destes códigos.

(Martins, 2010: 71)

O exemplo mais evidente neste caso será o próprio uso da palavra “Europa”, já não como referência a um continente, mas muitas vezes (a maior parte delas) como sinónimo da União Europeia. Esse uso é transversal nos media e o mesmo acontece com o uso do vocábulo “Bruxelas”, que mais do que a capital belga, simboliza também a União Europeia. Mas estes serão porventura exemplos simples, já enraizados nos hábitos de leitura e de linguagem dos cidadãos.

A crise veio acrescentar e alterar o discurso. Como facilmente se percebe a língua é um organismo vivo, as palavras não se dizem e não se escrevem de forma sempre igual ao longo dos tempos. E há sempre necessidade de criar novos símbolos linguísticos para novas realidades. Pensemos na palavra Internet, ou computador, que há poucas décadas não existiam e hoje fazem parte da nossa linguagem diária.

Também foi assim com a crise. Palavras que desconhecíamos irromperam pelas nossas vidas, primeiramente trazidas pelos media, a darem conta de uma nova realidade. “Austeridade”, “agências de rating” ou “empréstimo intercalar” passaram a ser permanentes nos jornais. De tal forma que o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra avançou com a criação de um dicionário da crise, para ajudar a entender as palavras associadas à crise e à austeridade. Ao todo são 222 entradas no referido dicionário, cada uma delas da responsabilidade de um investigador. “Austeridade”, “défice”, “recessão” e “troika” são algumas das referências, bem como “Agências de notação”, “reestruturação da dívida” ou “Fundo Monetário Internacional”.

As notícias vêm recheadas de palavras, conceitos, eventos, números, acrónimos que não são do conhecimento comum e que, noutra altura, seriam ignorados e tidos como falta de sensibilidade dos redatores ante leitores, ouvintes ou espectadores que têm mais que fazer do que estudar notícias ou perder tempo a decifrar comentadores. Agora, porém, é diferente, uma vez que o que se noticia hoje pode transformar-se amanhã em perda de salário ou de pensão, em aumento do preço dos medicamentos ou dos transportes, em ter de tirar o filho das actividades extraescolares ou de cortar na alimentação. As notícias são hoje a expressão da nossa impotência perante o futuro e, mesmo quando parecem tomar o nosso partido, suscitar a nossa revolta, apontar alternativas, fazem-no de uma maneira pouco convincente ou pouco clara.

(Santos, 2012: 13)

É esta certeza, aqui vincada por Boaventura Sousa Santos, de que as notícias do resgate financeiro são o prenúncio do nosso futuro coletivo que estará também na mudança operática ditada pelo novo discurso utilizado pelos media. As palavras definem a nova realidade e ganham dimensão muito para além da sintaxe. São apropriadas pelos media e,

consequentemente pelos cidadãos. Tendo em conta o período em análise fizemos um levantamento de quatro palavras-chave e da sua frequência nos títulos. As palavras escolhidas são representativas do momento vivido.

	Resgate/ Ajuda externa	Crise	Austeridade	FMI/ Troika
<i>Correio da Manhã</i>	7	4	0	35
<i>Diário de Notícias</i>	20	5	2	50
<i>Público</i>	36	3	2	32

Quadro V – As palavras-chave

Note-se a primazia da palavra “FMI” ou “troika” em todos os jornais, seguida pelo uso de “resgate” ou “ajuda financeira”; o *Público* optou por usar mais vezes o vocábulo “Troika”, embora tenha usado também o acrónimo “FMI”. Da leitura dos títulos, dos “leads” e também dos textos em análise, em todos os jornais, destacam-se mais palavras (a maioria das quais fará parte do referido dicionário coordenado por Boaventura Sousa Santos). Elegemos algumas, transversais a todos os jornais em análise, e representativas do discurso dos media: “agências de rating”, “banca”, “cortes”, “défice”, “desemprego”, “dívida”, “falências”, “IVA”, “juros”, “lixo”, “empréstimo”, “mercados”, “sacrifícios”, “salários”. Vocábulos que entraram de rompante no nosso quotidiano para não mais sair, alguns dos quais desconhecíamos o seu significado. Tome-se como exemplo as agências de rating ou de notação, referindo-se a um mecanismo dos mercados financeiros não faziam parte do conhecimento geral da população.

Surpreendente será talvez o pouco uso registado na palavra “crise”, como se nota no quadro apresentado na página anterior. Ou talvez não, se tivermos em conta que, com regularidade, durante este mês em destaque, todos os três títulos usaram a palavra “crise” para definir uma editoria/seção dos seus jornais. A crise, afinal, mereceu um destaque tão grande que foi elevada a categoria de editoria e não apenas uma palavra usada nos títulos.

O vocábulo, “crise”, merece destaque próprio no dicionário homónimo, *Dicionário das crises e das alternativas*, numa alocução de Mathias Thaler:

Por vezes, a palavra “crise” não é tanto usada para descrever uma situação difícil, e até perigosa, mas antes para agravar e até criar essa mesma situação. (...) os políticos (e poderes dominantes), procuraram produzir frequente e ativamente, um clima de crise (...) de forma a alterar o equilíbrio da balança constitucional de poderes a seu favor. (...) “Crise”, longe de ser neutro, é claramente um conceito concebido para o combate.

(Santos, 2012: 68-9)

Também em destaque em nome próprio encontramos a palavra “Troika”, como não poderia deixar de ser na mesma obra, nas páginas 208 e 209, numa visão assinada por José Manuel Pureza. Para o docente universitário e militante do Bloco de Esquerda, a “Troika” é um mecanismo de estabilização criado pela União Europeia para responder às “chamadas ‘crises de dívida soberana’”. E não só, como poderemos ver no seguinte excerto.

A troika é o rosto institucional desta abordagem da crise do euro (...) Do ponto de vista substantivo, a troika é o veículo da aplicação na Europa das receitas neoliberais ensaiadas anteriormente na América Latina e em África: privatizações de setores essenciais, corte abrupto da despesa social, flexibilização da legislação laboral e austeridade recessiva.

(idem: 208-9)

Eis como em pouco mais de uma frase o investigador elencou as principais medidas anunciadas de forma unilateral pela Troika. Essas certezas também terão sido determinantes para o posicionamento inédito dos jornais portugueses, quer no uso desta nova linguagem, quer na forma, já enunciada, de tomarem partido, contrariamente ao que é norma nos jornais nacionais.

3.5 A importância dos “opinion makers”

Age-se como se houvesse entre o Estado-nação e a Europa apenas uma mudança de escala (...) Sabemos, contudo, que é preciso tempo para passar do aparecimento de um espaço público à constituição de um espaço político e, depois, à construção de uma linguagem política comum. (...) Desejariamos que o espaço público e o espaço político já existissem, que a opinião pública estivesse constituída, que as opiniões fossem visíveis.

(Wolton, 1999: 368)

Ressalve-se o facto destas afirmações já terem mais de uma década e de, então para cá, muito ter mudado na União Europeia. Contudo, Wolton teceu considerações inequívocas e que mantêm a validade ainda hoje. A não existência de uma opinião pública europeia serve

também de indicador de como o projeto europeu está longe dos objetivos iniciais traçados pelos pais fundadores. É evidente que não existe espaço de opinião comum, o que se torna ainda mais notório depois do processo dos resgates financeiros, e das tomadas de posição de vários estados-membros a esse respeito. “Tal como a falsa unidade do comunismo não suprimiu as diferenças, também poderíamos reconhecer que o êxito da Europa tecnocrática não basta, de momento, para fundar a unidade da Europa política”, explica Wolton (1999: 369) a esse respeito, numa clarificação a que o tempo haveria de reforçar o significado.

Tal como Dominique Wolton, consideramos que faz sentido, de acordo com a nossa análise, assumir que não há uma opinião pública europeia, mormente pela incapacidade da UE se constituir em unicidade. Um exemplo dessa divisão é a forma, já relatada neste trabalho, como os países se manifestaram afastados no momento em que vários estados-membros pediram resgate financeiro. O mesmo estipula Fabrícia Pereira quando escreve que: “A inexistência de um espaço público europeu supranacional fará com que seja a esfera pública nacional, através dos media, a estimular o debate sobre os assuntos europeus”. A autora incluiu esta informação na sua dissertação de mestrado “A Europa nos media”, realizada no âmbito da formação académica de 2º ciclo que concluiu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, na Universidade Nova de Lisboa (setembro 2010: 2).

A autora, que na sua abordagem estabelece o percurso histórico da evolução do significado e do significante do espaço público, recorda Aristóteles, Arendt e, sobretudo, Habermas, como os principais criadores do conceito. De facto, devemos a Jürgen Habermas a noção de espaço público enquanto “lugar, acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular uma opinião pública” (Wolton, 1999: 412). Este vem a ser “um espaço simbólico onde se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais que constituem uma sociedade”. (*ibidem*).

Na perspetiva das Ciências da Comunicação é necessário recuarmos no tempo para situarmos algumas das mais importantes teorias da comunicação que evocam os efeitos provocados pelos meios de comunicação de massa. Na sequência da II Guerra Mundial, teorizou-se sobre esses efeitos e considerou-se que os media eram dependentes “das forças sociais que predominam num determinado período” (Lazarsfeld, 1940: 330), citado por Wolf (1987: 45).

Passou a considerar-se que, mais do que manipular as audiências, é possível, através dos media, influenciar as audiências, num processo em que “as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos” (Wolf, 1987: 45). A esse respeito cite-se o inevitável estudo, também publicado em livro, “The People’s choice. How the voter makes up his mind in a presidential campaign” (Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, 1944).

Data da mesma época, início da década de 40 do século XX, uma pesquisa realizada a respeito da forma como os eleitores escolhem os seus presidentes, levada a cabo nos EUA, que permitiu encontrar um elemento chave na comunicação de massas: o líder de opinião (opinion maker), que Lazarsfeld, Berelson e Gaudet definiram como alguém “muito envolvido e interessado no tema e dotado dos maiores conhecimentos sobre ele” (Wolf, 1987: 46).

Mais controversa será a posição defendida por Pierre Bourdieu, de acordo com a qual a “opinião pública não existe”. Esta comunicação foi feita em 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, em janeiro de 1973. Na sua comunicação Bourdieu defendeu esta teoria com base na instrumentalização política da suposta opinião pública. Nos anos 70 Luhmann defendeu a tematização da opinião pública. “Nesse sentido a opinião pública deve ser concebida como uma estrutura temática da comunicação pública, fundada no facto de que, perante o número ilimitado de temas que podem ser veiculados pela comunicação pública a atenção do público só se pode manifestar de forma limitada” (Saperas, 1993: 90). Os seus estudos dedicaram-se essencialmente ao sistema político.

Perante tantas e tão distintas teorias e posições, será possível, a respeito desta matéria, encontrar uma disposição definitiva? O grau de informação que possuímos, as alterações na forma como o cidadão está perante os media conduzem a mudanças face ao inicialmente disposto sobre os líderes de opinião, a opinião pública e o espaço público. O cidadão já não é um indivíduo desinformado, passível de ser manipulado (ou pelo menos tem meios à sua disposição para ser mais informado do que em qualquer outro momento da História). Além disso, tem acesso a uma multiplicidade de informação, pode procurar obtê-la de forma não tradicional (com recurso à Internet e também em especial às redes sociais), encontra com facilidade opiniões contraditórias, cabendo-lhe a si próprio, em última análise, o ónus da escolha da informação que lhe interessa.

Com o enorme conjunto de temas e meios de difusão ao nosso dispor, é relativamente fácil o cidadão escolher a informação, ou pelo menos os temas, a que quer estar exposto. O que torna ainda mais relevante a forma massiva como o resgate financeiro ao país se tornou omnipresente nos meios de comunicação social e demonstra de forma cabal o elevado grau de importância do acontecimento de abril de 2011, o pedido oficial do resgate financeiro.

Numa aceção académica à problemática dos opinion makers na imprensa portuguesa Isabel Ferin Cunha admite que “o exercício da Opinião na imprensa em Portugal (...) mantém resquícios da sua função de formação, ao mesmo tempo que almeja o estatuto de contrapoder e abre espaço aos produtores de discursos, considerados socialmente relevantes”. A investigadora e docente da Universidade de Coimbra publicou o artigo “Nós e os outros, nos artigos de opinião da imprensa portuguesa” (2003: 2). O artigo está disponível na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), em www.bocc.ubi.pt.

Impõe-se, perante este pressuposto, perceber, quem, em Portugal, consegue ocupar este espaço. Inevitavelmente somos levados a pensar em comentadores, muitos dos quais nos chegam através da televisão – como acontece com Camilo Lourenço, Nuno Rogeiro, Pacheco Pereira, Medina Carreira, Miguel Sousa Tavares, António Vitorino e outras figuras mais ou menos conhecidas, a quem o público reconhece a equidade intelectual para validar as suas opiniões, e que tem em Marcelo Rebelo de Sousa a sua estrela maior. Segundo dados da *TVI24*, Marcelo Rebelo de Sousa manteve a primeira posição entre os comentadores políticos de televisão e a sua rubrica de domingo à noite teve uma audiência média de 1 milhão e 576 mil espetadores (dados de 1 de fevereiro de 2015). O comentador deixou de o ser quando, no início de outubro, anunciou a sua candidatura à presidência da República para 2016, corrida eleitoral que venceu no dia 24 de janeiro de 2016.

Se sairmos do domínio televisivo, a realidade também aponta para um aumento de “opinion makers” face a outros momentos da nossa vida coletiva, como considera José Rebelo (2000: 25), eventualmente porque estes podem desempenhar várias tarefas através da sua presença nos media. No mundo onde as redações parecem viver em contínuo (a Internet funciona 24 horas por dia), a utilização de “opinion makers” pode responder a várias questões do ponto de vista do funcionamento das próprias empresas de comunicação social.

Entre as suas funções mais relevantes no que respeita a nossa análise, pensemos, por exemplo, na forma como a existência de “opinion makers” transmite uma imagem de pluralidade, embora possa ser ilusória. Ao mesmo tempo, transfere para outros a responsabilidade do que é escrito, e não para os jornalistas e consequentemente também não para a empresa que detém determinado media. Ao construir painéis de comentadores externos, um órgão de comunicação social vai fazê-lo segundo a representação que esse próprio órgão criou daquele que é o seu público (ou seja, escolhe comentadores a pensar no perfil pressuposto dos seus leitores). O público encontrará coincidência entre os painéis que lhe são proporcionados e a representação que tem dos seus órgãos de comunicação preferidos (*ibidem*).

Sendo uma categoria diferenciadora do material previamente analisado, o texto de opinião é representativo a vários níveis. Como referenciou Isabel Ferin Cunha, no artigo já citado “Nós e os outros nos artigos de opinião da imprensa portuguesa (2003: 5)”, os “opinion makers”, são “porta-vozes de opiniões publicamente expressas, representantes de grupos com opiniões sobre as questões públicas, indivíduos e cidadãos informados e formadores”, cuja legitimação, considera a mesma autora, lhes advém “do valor simbólico inerente ao seu produtor, da autoridade e predominância das fontes, do círculo de referência e/ou de pertença social a que se encontram vinculados”. Impossível de ignorar pela sua importância e pertinência, o texto de opinião surge como um aspeto algo subvalorizado em Portugal.

Ao traçarmos um perfil dos diferentes textos de opinião encontrados no percurso de investigação que realizámos impõe-se uma distinção fundamental: a divisão entre os editoriais e os artigos de opinião, sendo que os primeiros pretendem ser uma discussão e uma súmula da posição do jornal sobre a matéria em análise. Quanto aos artigos de opinião, eles vinculam apenas a pessoa que os assina, sendo que o modelo escolhido pelos jornais portugueses procura encontrar comentadores de várias orientações políticas, de forma a assegurar uma certa ideia de pluralidade.

No âmbito destes artigos, encontramos cronistas com periodicidade definida que, com regularidade escrevem em determinado órgão de comunicação social. No entanto surgem também “opinion makers” que apenas escrevem excecionalmente quando uma determinada matéria assim o exige. Essas situações podem acontecer quer seja a convite do jornal, quer

seja se eventualmente o jornal considerar vantajoso ou mesmo prestigiante ter um artigo de uma determinada personalidade. Há ainda casos em que os próprios jornalistas escrevem crónicas, diferenciando entre os artigos noticiosos de sua autoria, que têm carácter objetivo, e um artigo com toda a subjetividade de uma opinião.

Entre os comentadores habituais nos jornais há também os especialistas em determinadas matérias a quem podem ser pedidos artigos de carácter opinativo ou de análise sobre um tema em que sejam reconhecidamente entendidos, tratando-se, na maior parte dos casos, de académicos.

De molde a procedermos a uma recolha deste material que pudesse ter validade científica registámos informação sobre todos os artigos de opinião publicados a cada dia, artigos que versassem a questão do resgate financeiro e os assuntos daí decorrentes. De cada artigo assinalado, recolhemos informação sobre o autor do mesmo, as suas funções (quando atribuídas), o título do artigo, o título da rubrica quando se trate de um artigo periódico e a página onde foi publicado. Depois, para cada um destes artigos, definimos também palavras-chave que permitem identificar as ideias principais defendidas pelo seu autor. Fizémo-lo, na prossecução de que, da súmula das palavras-chave identificadas, resultaria um quadro expressivo sobre a importância do pedido de resgate financeiro e a forma como esse pedido dominou a esfera pública nos jornais portugueses.

Esta recolha relevou-se de extrema importância, pois permitiu sentir o pulsar da opinião exarada naqueles dias, num conjunto de textos absolutamente transversal sob todos os pontos de vista. Através das palavras-chave encontra-se um perfil do que a opinião pública destacou naquele momento da nossa vida coletiva. Todos os dias houve em cada um dos jornais múltiplos artigos de opinião publicados sobre esta temática.

Tornou-se imperioso encontrar uma fórmula de compromisso entre a importância da matéria para completar a nossa análise e a necessidade de a tornar utilizável no contexto do trabalho e de fácil leitura. Propomo-nos a apresentar uma breve descrição da forma como cada um dos três jornais tratou os seus textos de opinião. Em simultâneo, elaborámos um quadro, para cada um dos jornais, de forma a apresentar os seus principais cronistas e uma súmula das palavras-chave que permitem compreender os postulados dos seus escritos.

O *Correio da Manhã* opta por ter todos os dias a coluna “Dia a Dia”, assinada, que serve de editorial, normalmente na página 2. É escrita por diferentes pessoas, dentro da estrutura do jornal, onde se destacam Eduardo Dâmaso, diretor-adjunto, Manuel Catarino, sub-diretor ou mesmo João Vaz, redator principal. Nos 30 dias do mês, apenas em oito a coluna “Dia a Dia” não versou sobre o assunto do momento.

A principal exceção a esta regra ocorreu no dia 7 de abril, o dia que reportou o pedido de resgate, em que foi publicada uma nota editorial, não assinada, sobre o pedido de resgate: “Resgate para o país mudar de vida”, na página 5. A par da coluna “Dia a Dia”, que foi assinada por Armando Esteves Pereira, diretor-adjunto, com o texto “Adeus dinheiro barato” e que explica como o pedido de resgate financeiro altera o acesso ao dinheiro, para todos os setores da economia.

A coluna, que serve de bússola ao pensamento do jornal, dividiu-se na primeira semana do mês em explicações sobre o contexto global do país, extrapolando a informação dita mais factual presente nos textos de carácter informativo. Nota-se ainda um tom de crítica não apenas ao Governo em funções, mas também a todos os dos últimos 40 anos. Considerando o pedido de resgate como o somatório de muitos erros cometidos ao longo de décadas. São expostos negócios ruinosos do Estado, sendo condenados o Estado, os partidos políticos e o FMI, bem como aquilo que o jornal considera a “farsa” eleitoral em curso. O *Correio da Manhã*, num dos seus artigos que serve de editorial defende que as eleições em curso, as legislativas de 5 de junho de 2011, apresentam programas que são “farsas” pois o pedido de resgate financeiro condicionará qualquer novo Governo.

De notar ainda que vários jornalistas do *Correio da Manhã* têm colunas regulares ou escrevem com regularidade artigos de opinião. Além de alguns jornalistas terem mesmo colunas próprias, há casos em que essas colunas são publicadas na última página, uma das mais lidas e nobres do jornal, pois além da primeira página, a última e as primeiras (2 e 3) são páginas de referência em termos de leitura nos jornais, assim como as centrais e as páginas ímpares. Isso acontece com a coluna “Correio Directo”, que é publicada na última página do jornal, assinada de forma rotativa por vários profissionais do *Correio da Manhã*, casos dos diretores-adjuntos Armando Esteves Pereira e Eduardo Dâmaso, ou do sub-diretor Manuel Catarino. No caso dos textos de Armando Esteves Pereira, as suas palavras-chave são: endividamento, crise, BCE, inflação e banca.

Alternando com a coluna “Correio Directo” e também na última página, surgem duas outras rubricas habituais, a do jornalista António Ribeiro Ferreira, “Diário da Manhã” e a do jornalista e colunista do *Correio da Manhã*, João Pereira Coutinho, “A voz da razão”. No “Diário da Manhã”, na sùmula de vários textos, destacam-se as seguintes palavras-chave: austeridade, desacerto, mentirosos, FMI, custos incalculáveis. Quanto a João Pereira Coutinho, prefere centrar-se nas consequências do resgate para o país, como podemos antever pelas suas palavras-chave: centralismo europeu, Troika, sofrer como cães, país falido e soberania.

Tudo isto sem prejuízo de terem existido outros artigos esporádicos que foram publicados durante este mês, e onde se destaca o tema principal em discussão. No quadro seguinte encontramos uma compilação dos principais “cronistas” do *Correio da Manhã* e as palavras-chave encontradas para cada um deles, através da leitura dos seus textos. O quadro conjuga vários textos de cada autor. Pegue-se no exemplo de António Nogueira Leite, que escreve às sextas-feiras. As suas palavras-chave foram definidas com base nos textos que escreveu em todas as sextas-feiras do mês, neste caso nos dias 1, 8, 15, 22 e 29 de abril. O mesmo exercício foi repetido para os outros “cronistas”.

Dia	Cronista	Funções	Rubrica	Palavras-chave
6^{af}	António Nogueira Leite Constança Cunha e Sá João Miguel Tavares	Economista Jornalista Cronista	Economia livre Causas e consequências O cronista indelicado	Sócrates, credores, vergonha Salvação nacional, impostos, PEC Bancarrota, FMI, mediocridade
Sáb	Joana Amaral Dias José Eduardo Moniz Medeiros Ferreira	Prof. univer. Cronista Prof. univer.	Pensar Alto Avaliação Contínua O cabo submarino	Cavaco, eleições, Passos Défice, resgate, dignidade Rating, banca, FMI
Dom	Francisco Moita Flores Magalhães e Silva	Prof. univer. Advogado	Impressão Digital O avesso e o direito	Crise, PEC, desgoverno FMI, BCE, empréstimo intercalar
2^{af}	Luís Marques Mendes	ex-líder do PSD	Sem Rodeios	Governo, legitimidade, megacomício
3^{af}	Ângelo Correia	Gestor	Notas do fim da tarde	Sócrates, castigo, Portugal
4^{af}	Eduardo Cabrita	Deputado PS	Brisa dos Dias	Rating, sede de poder, Portugal
5^{af}	Paula Teixeira da Cruz Bagão Félix Rui Rangel	Advogada Economista Juiz desemb.	Da vida Real Ângulo Raso Estado das Coisas	Desemprego, poder, clientela Resgate, inevitável, crédito Vícios, interesse nacional, voto

Quadro VI – Palavras-chave dos cronistas do *Correio da Manhã*

Como já foi referido no âmbito desta análise, a tendência entre os media portugueses será a de manterem “cronistas” de vários quadrantes políticos, numa tentativa de demonstrar pluralidade. No entanto, note-se a predominância de pessoas ligadas a um determinado partido político. Porquanto exista uma certa pluralidade, há um deputado do PS, uma dirigente do BE e um ex-ministro do CDS, a verdade é que uma boa parte dos cronistas está ligada ao PSD: Marques Mendes, Moita Flores, Paula Teixeira da Cruz e Ângelo Correia. A estes partidários junta-se João Miguel Tavares, reconhecido como um opositor do então Primeiro-Ministro. O jornalista foi processado por José Sócrates em 2009, devido a um artigo publicado no *Diário de Notícias* intitulado “José Sócrates, o cristo da política portuguesa”.

Sabemos que os jornais se assumem, geralmente, como contrapoder. É essa a nossa tradição mediática, o que explicará que se dê voz ao partido da oposição, que em abril de 2011, era o PSD. Apesar disso, há uma predominância de vozes do PSD que nos levarão pelo menos a questionar se, de facto, o *Correio da Manhã* poderá ter um alinhamento editorial feito à direita.

A leitura do *Diário de Notícias* permite verificar que a disciplina de periodicidade dos cronistas não é tão espartana como no *Correio da Manhã*. Vários cronistas, como José Adelino Maltez ou Viriato Soromenho Marques escrevem em dias alternados, sem periodicidade bem definida. À semelhança do *Correio da Manhã* há a registar um número significativo de jornalistas com a dupla função de escrever para a informação e de fazer artigos enquanto analistas/cronistas, havendo ainda lugar para convidados regulares de outros media no seio do Grupo Empresarial a que pertence o *Diário de Notícias*. Veja-se o exemplo de Teresa Dias Mendes, jornalista da *TSF* e com várias crónicas escritas para o *Diário de Notícias* no período em análise.

Um dos cronistas mais regulares e com maior importância que encontramos no *Diário de Notícias* é Ferreira Fernandes, jornalista. Com uma crónica diária na última página, intitulada “Um ponto é tudo”, foram apenas 11 dias dos 30 que compõem o mês de abril em que a crónica de Ferreira Fernandes não incidiu sobre o resgate financeiro e a crise.

Com uma carreira de destaque na imprensa portuguesa, o jornalista já desempenhou vários cargos de redator e diretor em diferentes órgãos de comunicação social nacionais. Nesta

análise, Ferreira Fernandes tem múltiplas palavras-chave que podemos selecionar das crónicas que publicou no *Diário de Notícias* em abril de 2011. Escolhemos as seguintes: semi-governo, Portugal, Cavaco, FMI, Sócrates, eleições, pão e circo, ratings, falência, reestruturar. Apesar da reconhecida pertinência da sua opinião e da forma desassombrada como escreve,

Ferreira Fernandes não é isento de críticas e amiudamente são-lhe feitos reparos sobre uma suposta proximidade ao Partido Socialista. A principal dessas críticas terá passado por uma troca de acusações, através de artigos de opinião, com João Miguel Tavares, precisamente a respeito da prisão de Sócrates.

Para além de Ferreira Fernandes, com a sua crónica diária, outra das cronistas do *Diário de Notícias* que merece a nossa especial atenção é a jornalista Fernanda Cância. Numa crónica regular, embora sem título próprio, a jornalista também escreveu vários artigos durante o mês de abril de 2011, abordando a temática do momento em muitos dos seus textos. No entanto, a jornalista, que terá sido namorada do então Primeiro-Ministro, nunca terá assumido essa relação nem realizado qualquer declaração de interesse a esse respeito. Data de abril de 2009 a queixa apresentada por Fernanda Cância à Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas e ao Conselho Deontológico do Sindicato por ter sido identificada em títulos de imprensa como “namorada do Primeiro-Ministro”. À época foi considerado que tinha razão, mas também que, sendo verdade, deveria ter feito uma declaração de interesses a dar conta desses fatos.

Há outros jornalistas que opinam com regularidade no *Diário de Notícias*, entre os quais destacamos André Macedo, António Perez Metelo e João Marcelino. No caso destes últimos, pela cadência com que participaram, embora sem periodicidade definida, foi produtora incluí-los no quadro dos “opinion makers”. O jornal mantém ainda duas colunas “O convidado” e “Semana por”, que servem para publicar cronistas ocasionais.

Quanto aos editoriais, eles existem esporadicamente, nunca são assinados e ao longo do mês usaram palavras-chave como, hecatombe, troika, rating e medidas orçamentais. Veja-se a tabela que resume os principais “opinion makers” ao serviço do *Diário de Notícias*.

Dia	Cronista	Funções	Rubrica	Palavras-chave
6^{af}	António Perez Metelo António Vitorino Fernanda Cândia	Redator Pr. Jurista Jornalista	Menos é mais Opinião Opinião	Fome, desemprego, FMI Rating, mercados, viragem Ajuda, culpados, debates
Sáb	João Marcelino	Jornalista	Canal Livre	Cavaco, desconfiança, Europa
Dom	Alberto Gonçalves José Adelino Maltez* Pedro Marques Lopes	Sociólogo Prof. univ. Gestor	Dias Contados Opinião Opinião	Contas, idiotia, Sócrates Ultimatum, FMI, Sócrates Contas, bancarrota, FMI
2^{af}	Sem cronista residente			
3^{af}	Mário Soares Pedro Tadeu	ND Jornalista	O tempo e a memória Opinião	Crise, vítima, mercados Juros imorais, FMI, falência
4^{af}	Baptista-Bastos Carlos Abreu Amorim Vasco Graça Moura	Escritor Prof.univ. Escritor	Opinião Opinião Opinião	Mentem, coroação, Sócrates Sondagens, PS, domesticado Eleições, servil, Merkel
5^{af}	Manuel Maria Carrilho Viriato Soromenho Marques*	ND Jornalista	Opinião Opinião	Curto prazo, partidos, garrote Crise, reprimenda, sacrifícios

Quadro VII – Palavras-chave dos cronistas do *Diário de Notícias*

* Escreve em diferentes dias da semana

À semelhança dos dados que recolhemos no *Correio da Manhã*, também o *Diário de Notícias* tem um lote de colaboradores onde se destacam os jornalistas e com representantes da esquerda e da direita, embora a esquerda termine no PS, sem prejuízo de Alberto Gonçalves e Viriato Soromenho Marques serem vistos como representantes duma esquerda mais radical. Aparentemente, parece haver uma imagem de pluralidade, mas será que ela existe mesmo?

Com António Vitorino, Manuel Maria Carrilho e Mário Soares assumidamente do PS, e as ligações de Fernanda Cândia e de Ferreira Fernandes também a esse partido, a predominância do espectro político parece clara, no que diz respeito aos comentadores do *Diário de Notícias*. Tenhamos em conta ainda Baptista Bastos, que a tradição situa também à esquerda mas que é um dos mais duros críticos de Sócrates e do resgate financeiro. Fora do espectro político da direita encontramos ainda José Adelino Maltez, que pertence assumidamente à Maçonaria. A direita estava representada pelo escritor Vasco Graça Moura, militante do PSD e falecido em abril de 2014, que preferiu posicionar o discurso

nas eleições vindouras. Pedro Marques Lopes referenciado como “simpatizante” do PSD, põe a tónica nas questões internacionais.

Quanto aos editoriais do jornal não parecem procurar culpados, ou soluções, mas a imagem forte é de hecatombe, uma palavra que seguramente dispensa comentários.

A mesma linha de análise aplicada ao jornal *Público* impõe a criação de uma categoria à parte para falar de MEC, o acrónimo de Miguel Esteves Cardoso, o comentador por excelência. Para toda uma geração de portugueses, talvez mesmo duas, MEC foi o grande cronista, o jornalista que, apesar de conservador, era bastante rebelde e contribuiu para o desempoeiramento do pensamento português nos anos 80 e 90. MEC foi o epítomo da crónica, um enorme pensador, elevando a assuntos de máxima importância algumas banalidades, escrevendo com inteligência, humor e admirável capacidade crítica sobre os portugueses e a portugalidade. São de sua autoria três livros que reúnem crónicas que marcaram definitivamente o país pensante: *A causa das coisas* (1986), *Os meus problemas* (1988), *As minhas aventuras na República Portuguesa* (1990).

Depois de alguns anos afastado das lides mediáticas voltou, mantendo uma crónica diária no *Público* desde 2009. Dedicado a uma vida mais bucólica e doméstica, o autor está hoje longe do estilo truculento que conquistou um séquito de seguidores no passado. O que explica que tenha abordado a questão do resgate financeiro de forma algo superficial. Ainda assim, Miguel Esteves Cardoso escreveu várias vezes sobre o assunto, com destaque para um especial de duas páginas, publicado em 8 de abril, intitulado: “Vamos ser pobres outra vez. É quase um alívio”, nas páginas 4 e 5 do suplemento P2. As palavras-chave que se destacam no artigo são bem ilustrativas da destreza mental e do sentido de humor que MEC não consegue abandonar nos seus escritos: desgraça consecutiva, portugueses, pensamentos pós-apocalípticos, maremoto de pobreza, tralha, ficar mais leves.

Talvez o mais mítico dos “opinion makers” seja MEC, mas não esqueçamos Vasco Pulido Valente, o homem que parece odiar toda a gente e ser odiado por todos. O cronista é *habitué* da última página do *Público*, espaço que partilha de forma alternada com o jurista Pedro Lomba, autor da coluna “Assuntos Temporários” e com Rui Tavares, autor da coluna “Consoante muda” e eurodeputado pelo BE. Ressalve-se que se trata de uma alternância acéfala, pois não é possível estabelecer a rotatividade periódica entre os três

autores que partilham a última página do jornal. Quanto aos autores, acrescente-se que Pedro Lomba, que à época assinava, desde 2009, a coluna “Assuntos temporários”, foi entretanto secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, no Governo liderado por Pedro Passos Coelho (XIX Governo Constitucional). Já Rui Tavares, eleito como independente pelas listas do BE ao Parlamento Europeu, em 2009, abandonou a delegação do Bloco em 2011, em litígio com Francisco Louçã. Em 2014 foi um dos fundadores do Livre, partido político que se assume socialista e democrático.

Neste triunvirato de “opinadores”, nos escritos de Vasco Pulido Valente podemos encontrar as seguintes palavras-chave: salvação nacional, aumento do IVA, Bruxelas, patriotismo, reeleitos, culpados. Quanto a Pedro Lomba, destacamos as seguintes: cidadãos, desconfiados, Governo, austeridade, folclore, eleições, soberania. Rui Tavares postulou estas palavras-chave: Merkel, falhanço, derrota, país, dinheiro, não eleitos.

Entre os cronistas regulares do *Público*, importa destacar ainda Teresa de Sousa, jornalista que vive em Bruxelas, já mencionada nesta análise precisamente pelas suas crónicas sobre a Europa, e que neste período foram particularmente profícuas. Os seus artigos foram publicados em múltiplos dias do mês de abril, sob a égide da coluna “Sem fronteiras”. Da súmula dos seus escritos podemos extrair as seguintes palavras-chave: crise, FMI, eleições, negociações, euro, default, sobrevivência, guerra, Europa, mercados.

Na comparação entre os três periódicos o *Público* é o menos cumpridor no que toca à periodicidade dos “opinion makers”. Há quem escreva duas ou mais vezes seguidas e depois não o faça, há quem escreva numa terça-feira e depois noutro dia da semana. Será também, entre os três jornais em análise, aquele que solicita mais artigos de opinião “isolados”, escolhendo, para assinar esses artigos, figuras tão ilustres e mediáticas como José Ramos Horta, Miguel Cadilhe ou Torres Couto.

Da análise do espectro político dos comentadores residentes e das escolhas pontuais, podemos inferir que talvez o *Público* seja o jornal, entre os que compõem o nosso objeto de estudo, que melhor consegue a pluralidade propalada, não obstante possamos encontrar mais cronistas que, não tendo um partido político assumido, estejam eventualmente mais próximos do centro-direita.

Uma última nota de referência é o facto do ex-diretor do jornal, José Manuel Fernandes, manter uma coluna regular de análise, apesar de ter deixado o cargo em 2009. O jornalista foi um dos fundadores do *Público*, desempenhou vários cargos até chegar a diretor, em 1998. Deixou essas funções em 2009, mas manteve, até janeiro de 2014, a sua coluna de opinião, “Extremo Ocidental”. É um dos fundadores do jornal online “Observador”, onde é “publisher”, segundo a sua própria designação. Das suas palavras-chave damos conta no seguinte.

Dia	Cronista	Funções	Rubrica	Palavras-chave
6^{af}	António Vilarigues	Esp.Sist.Inform.	Opinião	PEC, instabilidade, clientela
	Eduardo Cintra Torres	Sem Funções	Olho Vivo	Sócrates, apoteose, debates
	Luís Campos e Cunha	Prof. Univers.	Opinião	Crise, indecisos, país vergado
	José Manuel Fernandes	Jornalista	Extremo Ocidental	Austeridade, juro, querido líder
Sáb	Jorge Almeida Fernandes	Sem Funções	Ponto de Vista	Lição, destinos, credibilidade
	José Pacheco Pereira	Deputado PSD	Opinião	Fome, clientelas, subserviência
	José Ribeiro e Castro	Deputado CDS	Opinião	Patriotismo, consenso, ciclo PS
	São José Almeida	Jornalista	Opinião	Neoliberal, dramatização, FMI
Dom	Daniel Sampaio	Psiquiatra	Porque sim	Sonho, desânimo, democracia
2^{af}	João Carlos Espada	Dir. Instituto Estudos Políticos	Cartas de Varsóvia	Democracias, paraíso, liberdade
3^{af}	José Vítor Malheiros	Sem Funções	Opinião	Resistir, PS, seita
	Vital Moreira	Eurodeput. PS	Opinião	Evasão, PSD, direita radical
4^{af}	Santana Castilho	Prof. Univers.	Opinião	Mistificação, maestro, clientelas
5^{af}	Helena Matos	Ensaísta	Opinião	Conspiração, dias do fim, troika

Quadro VIII – Palavras-chave dos cronistas do *Público*

Quanto ao posicionamento editorial do jornal, tal como no *Diário de Notícias*, também os editoriais do *Público* são anónimos e sem uma periodicidade definida, acontecendo de acordo com a agenda imposta pelos acontecimentos. E, no mês de abril de 2011, “o” acontecimento foi o pedido de resgate financeiro, fazendo com que muitos dos editoriais se referissem a essa circunstância. Entre as palavras-chave que melhor ilustram a forma como

os editoriais viram o pedido de resgate, aqui fica a nossa seleção: branqueamento, Eurostat, credibilidade, lixo, displicência, Cavaco, bancarrota, Governo, propaganda.

Entre os comentadores regulares do jornal contam-se, como em todos os media analisados, vários jornalistas. Além de Teresa de Sousa, incontornável pelas suas funções na Europa, também São José de Almeida surge como uma figura omnipresente nas análises de abril de 2011. No quadro seguinte optámos por considerá-la como uma cronista que escreve ao sábado, pois foi o dia que mais vezes incluiu a sua coluna de opinião. De seguida, elencamos as principais figuras da opinião do *Público* que versaram sobre a crise e o resgate financeiro, fazendo-as acompanhar das palavras-chave que dominaram os seus respetivos discursos.

Numa comparação global, percebe-se quem são as pessoas que habitualmente têm honras de escrever para os media. E, de forma transversal a todos os jornais encontramos pessoas ligadas aos partidos políticos, alguns em funções, outros que tiveram posições relevantes no passado. Encontramos também aqueles que, embora sem funções político-partidárias de relevância, estão ligados ao poder e aos partidos. Do ponto de vista profissional falamos, sobretudo, de juristas, sociólogos, professores universitários e jornalistas, como máximos representantes da elite pensante. Sem prejuízo de que existam representantes de outras categorias profissionais.

De notar também que um comentador de prestígio estende essa característica ao órgão de comunicação onde partilha as suas opiniões. Caso de um ex-Presidente da República, por exemplo, cuja função, como mais alto representante do Estado é um atestado de importância e credibilidade, que se estende ao que escreve.

Mas o contrário também é verdade. Os media permitem que o comentador se exponha e ganhe notoriedade que poderia não ter anteriormente. Entre políticos veja-se, por exemplo, o caso de Paula Teixeira da Cruz, que foi ministra da Justiça ou o de Pedro Lomba, secretário de Estado, ambos entre junho de 2011 e outubro deste ano, e que eventualmente viram as suas personas públicas ganhar relevância também graças à exposição mediática.

Ao traçarmos o perfil ideológico dos “opinion makers” é possível encontrar uma correlação e transpor esse perfil para a matriz dos próprios jornais. O que levanta algumas questões, como postula, por exemplo, Estrela Serrano. Doutorada em Sociologia da

Comunicação, da Cultura e da Educação pelo ISCTE, Estrela Serrano está ligada à criação e docência de vários cursos no âmbito da comunicação e entre vários cargos foi assessora de comunicação social de Mário Soares durante as suas presidências da República. É membro do conselho regulador da ERC – Entidade Reguladora para a comunicação Social e mantém o blog “Vai e vem”, em conjunto com Azeredo Lopes. Num artigo de março de 2011, intitulado “Em Portugal não há jornais de esquerda?”, a blogger e investigadora cita um texto de Nobre Correia publicado no *Diário de Notícias* que considerava que Portugal seria “praticamente o único país europeu a não dispor de jornais de esquerda”.

Para explicar a inexistência de imprensa escrita assumidamente de esquerda em Portugal, Estrela Serrano avalia que é difícil traçar o perfil ideológico dos media portugueses e que se confunde “o posicionamento editorial com rigor na informação”. Esta especialista lembra que “O editorial é o lugar por excelência onde a ‘voz’ do jornal se enuncia, prática que em Portugal é seguida apenas por alguns jornais”. “Actualmente, quer os editoriais sejam ou não assinados os jornais portugueses não assumem claramente opções ideológicas à esquerda ou à direita”. E foi exatamente isto que encontrámos na nossa análise.

Ainda no mesmo artigo, Estrela Serrano admite que a consulta aos colunistas e ao seu alinhamento ideológico pode dar pistas para perceber o alinhamento de um jornal, tal como corroborámos na nossa pesquisa. Mas, e tal como verificámos, alerta a investigadora, “também por aí não se chega muito longe porque a tendência dos diretores é convidarem membros dos partidos políticos (...) e intelectuais, alguns dos quais embora sendo membros de partidos assumem posições críticas face aos mesmos”. E foi isso que também encontrámos na presente investigação, pese embora fosse visível uma certa postura à esquerda e à direita, conforme já relatado.

Podemos, no entanto, fazer uma distinção entre aquilo que é a postura dos “opinion makers” e do seu valor enquanto tal, para aquilo que é a “voz do povo”. Não falamos de eleições, mas de sondagens (limitadas, como são todas, pelas características técnicas), mas ainda assim dignas de atenção. E o mais interessante dos instrumentos para fazer essa avaliação será o POP – Portal de Opinião Pública, nascido no âmbito da Fundação Francisco Manuel dos Santos e que permite compilar e comparar dados estatísticos de

opinião pública, em Portugal e em vários outros países europeus, nos últimos 20 anos (até setembro de 2013).

Numa consulta simples ao Portal de Opinião Pública podemos perceber que, em 2010, apenas 42% dos portugueses considerava que pertencer à UE era uma coisa boa, contra os 60% de euroentusiastas de 1986 e os 83% registados no início dos anos 90. Se a questão incidir sobre os benefícios que o país pode ter na Europa sem fronteiras, metade dos portugueses considera que é benéfico para Portugal (dados de 2011), quando no início dos anos 90 esses benefícios eram evidentes para mais de 90% dos portugueses.

A esse respeito Pedro Magalhães, em texto publicado no e-book do POP, “20 anos de Opinião Pública em Portugal e na Europa” (2013), relembra que “Em países como Portugal, Itália ou Grécia, os índices de confiança na Comissão Europeia ou no Parlamento Europeu eram dos mais altos da Europa e permaneceram relativamente estáveis até 2008/2009. Desde então, contudo, ocorreu um acentuado declínio”. É esse declínio, de que temos dado conta, que exala dos jornais, com acentuado fulgor no período que inclui o resgate financeiro.

3.6 As consequências do resgate: o mês de maio visto pelos jornais

A recusa de Pedro Passos Coelho em aprovar o PEC IV, em março de 2011, precipitou como foi referido anteriormente o pedido de demissão de José Sócrates. Uma demissão que podemos ver como uma manobra política, tendo em conta que o Primeiro-Ministro demissionário se recandidatou ao cargo logo de seguida, não se coibindo, como já dissemos nesta dissertação, de se afirmar em condições de ganhar com maioria.

Entre a sua demissão (a 23 de março) e as eleições (marcadas para 5 de junho), o governo demissionário liderado por José Sócrates, ainda se viu na contingência de fazer um pedido de resgate financeiro externo (feito no dia 6 de abril). Como ficou demonstrado anteriormente (no ponto 3.1 desta dissertação), o iminente pedido de resgate financeiro e a crise política aberta em março, quando o líder da oposição garantiu que não aprovaria o PEC IV (a 12 de março) foram os assuntos dominantes nos jornais durante os meses de março e abril de 2011.

A partir do pedido oficial de resgate, no entanto, as medidas que a Troika iria aplicar, o modelo do resgate e as consequências económicas, financeiras e políticas desse pedido passaram a compor uma parte substantiva das matérias noticiosas, mesmo nos jornais generalistas, como é o caso daqueles que constituem o nosso objeto de estudo. O mês de maio foi também palco da campanha eleitoral em curso, com a particularidade de serem eleições antecipadas.

O dia que melhor ilustra a questão eleitoral é, certamente, o dia 21 de maio, em que os jornais retratam o último frente-a-frente entre os candidatos dos principais partidos antes das eleições. Na prática o último debate entre os líderes dos dois maiores partidos nacionais ocorreu na noite do dia 20, na RTP. Uma vez mais, aquilo que os jornais, nas suas versões impressas, puderam noticiar teve lugar no dia seguinte. A primazia informativa, já o dissemos, está na rapidez das redes sociais, nos sites, nas televisões e na rádio.

Como seria de esperar o debate teve honras de primeira página nos jornais que compõem o nosso objeto de análise. Para sermos mais exatos, o assunto ocupou metade da primeira página quer do *Público*, quer do *Diário de Notícias*, sendo um pouco mais reduzido no *Correio da Manhã*. Apesar do espaço ocupado ser quase equivalente entre os dois primeiros, a verdade é que a disposição do layout do *Público* (e o tamanho da imagem, que ocupa as cinco colunas a toda a largura da página) transmitem uma imagem de domínio. Ninguém tem dúvidas que aquele é o assunto mais importante do dia para o jornal.

A forma como cada um destes jornais nos mostra este mesmo acontecimento permite-nos estabelecer alguns pontos que os distinguem. O *Público* faz uma dupla manchete com duas informações. Por um lado, escuda-se nas sondagens e titula: “PSD e PS muito próximos mas descem nas intenções de voto sem conseguirem esclarecer o eleitorado”. Em simultâneo, o jornal tem um outro título de manchete, onde escreve “Frente-a-frente entre Sócrates e Passos dominado por troca de culpas na crise política e financeira”.

Na visão que apresenta aos seus leitores, o *Público* atribui enorme relevo às sondagens, destacando a proximidade dos dois maiores partidos nas intenções de voto do eleitorado. A sondagem citada pelo *Público* atribuiu a vitória ao PSD, com 35,7% dos votos, seguido do

PS, com 34,1%, sendo que a ficha técnica estava assinada pelo próprio jornal, em conjunto com a TVI e a Intercampus.

Também o *Correio da Manhã* coloca as sondagens na primeira página, mas este assunto não é a manchete do dia 21 de maio. Cumprindo o seu pendor sensacionalista, o jornal optou por fazer manchete com a história de uma jovem que morreu numa queda fatal num quartel, no Dia da Defesa Nacional. Acontecimento que, acrescente-se, não consta das primeiras páginas de nenhum dos outros jornais, embora seja notícia no seu interior. Quanto a sondagens, neste dia, o *Diário de Notícias* não publicou dados de qualquer sondagem. A título de referência comparativa refira-se que na sondagem publicada pelo *Correio da Manhã* a vitória continuava a ser atribuída ao PSD, com 31,1% dos votos, seguido do PS, com 29,5%, numa sondagem assinada pelo *Correio da Manhã* e pela Aximage.

Na análise do debate propriamente dita, podemos encontrar uma postura pró-Passos Coelho, de forma evidente no *Correio da Manhã*. Como temos verificado no decurso desta análise, este jornal é o que de forma mais inequívoca se assume contra o Primeiro-Ministro demissionário. Não surpreende o destaque da primeira página: “Passos confronta Sócrates com resultados do Governo”. No interior, o periódico noticiava: “O debate de ontem à noite entre José Sócrates e Pedro Passos Coelho acabou por ser um confronto sobre os temas que deveriam ser discutidos. O primeiro queria discutir o programa do PSD mas Passos Coelho insistiu em recordar os resultados dos últimos seis anos de governo que, como disse, quase conduziram o país ‘à bancarrota’ ”.

As diferenças são notórias em relação ao *Público*, em que se manifesta uma tentativa de equilibrar a formulação, atribuindo o mesmo valor intrínseco a cada interveniente, como se pode ler na página 4: “Líder socialista fez um duro ataque às propostas laranja. Coelho responsabilizou PS pelo estado de ‘quase bancarrota’ num debate tenso.”

Quanto ao *Diário de Notícias*, o ligeiro pendor à esquerda que o jornal por vezes mostra ficou muito esbatido na leitura apresentada pelos jornalistas David Dinis e João Pedro Henriques, que consideram que “o líder do PSD começou à defesa mas acabou ao ataque”.

No texto principal, publicado na página 2, os supracitados jornalistas resumem: “José Sócrates igual a si próprio; Passos Coelho superando todas as expectativas (que eram

baixas) (...). No último dos frente-a-frente, ontem, na RTP, o Estado social e a responsabilidade pela crise económica dominaram o essencial da conversa entre os líderes do PS e do PSD”.

Curiosamente, cada jornal apresentou um vencedor diferente para o derradeiro debate televisivo. Para o *Diário de Notícias* o debate foi “equilibrado”, mas serviu para “dar ânimo” a Passos Coelho, que o ganhou. O *Público* admite que o líder do PSD conseguiu contrapor os argumentos de Sócrates, mas garante que foi o Primeiro-Ministro demissionário quem saiu vencedor. Para o *Correio da Manhã*, a vitória é clara e pertenceu a Passos Coelho.

Mas nem só o dia 21 de maio é exemplificativo dos aspetos mais importantes que servem de indicador de referência noticiosa para o mês de maio de 2011. Globalmente podemos confirmar que as notícias relacionadas com o pedido de resgate financeiro são as mais relevantes nos três periódicos em análise, em consonância com o momento em causa. E, naturalmente, as notícias que derivam desta, como as que se referem às medidas que serão adotadas como consequência do pedido de resgate, o momento eleitoral em curso ou os protestos que tiveram lugar naqueles meses.

Exemplo disso são os dois primeiros dias do mês. Recorde-se que o dia 1 de maio é o dia do Trabalhador, um dia em que tradicionalmente há contestações e manifestações a respeito das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, com a mobilização das centrais sindicais. Com a crise económica, os níveis de desemprego e a degradação das condições sociais, a contestação subiu de tom. Em maio, a taxa de desemprego rondava os 12,4% (de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística) e os protestos, que já tinham tido o seu epítome a 12 de março, voltaram a tomar conta das ruas, conforme referem todos os jornais. Por um lado, no dia 1, a antecipar os protestos, por outro, no dia seguinte, a relatar o descontentamento sentido nas ruas.

Tudo isto com a particularidade de, face ao anúncio do pedido de resgate financeiro, o 1º de maio ter maior importância no ano de 2011. No *Público*, esse primeiro dia do mês de maio resgata informação sobre as anteriores vindas do FMI (em 1977 e 1983). E é sob essa luz que o jornal antecipa a contestação esperada nas ruas a respeito do 1º de maio. Quanto ao que aconteceu nas ruas nesses anos, apesar de serem épocas em que as manifestações do

1º de Maio mobilizavam mais gente e eram tradicionalmente mais combativas do que são hoje, a verdade é que a presença do FMI no país não marcou especialmente aquelas concentrações. É certo que, tanto em 1977 como em 1983, o FMI só chegou no segundo semestre mas, como recorda a reportagem do *Público*, “a vinda do FMI em 1977 ‘não teve grande impacto mediático’ ”.

A mesma ideia foi transmitida pelo *Diário de Notícias*, no texto publicado a 1 de maio (página 7), intitulado “Discursos dos anos 70 e 80 sem FMI”, que recorda a ausência de referências ao FMI aquando dos anteriores pedidos de resgate.

O *Correio da Manhã*, no entanto, tem uma abordagem completamente diferente, pois não só ignora esses aspetos destacados pelos outros jornais, como no dia 1 não faz referências de vulto à celebração do Dia do Trabalhador. Ao invés disso, torna-se imperativo que assinalemos uma idiosincrasia da cobertura noticiosa do *Correio da Manhã*. No Dia do Trabalhador, na sua editoria de política, na página 30, o destaque volta a ser dado ao candidato do PSD. O título escolhido é um sinal inequívoco do apoio do jornal ao partido da oposição, numa citação direta de Pedro Passos Coelho: “Não é preciso cortar salários”. No texto podemos ainda ler a garantia dada pelo candidato do PSD “Não será necessário cortar mais salários nem despedir gente para poder cumprir um programa de saneamento financeiro”. Uma nota especialmente relevante quando a prática se veio a revelar contrária a esta proposta. Note-se ainda que, num país com desemprego crescente, a garantia de que não haverá despedimentos é um sinal messiânico. No texto “Retrato da função pública: quem são, quantos são e já saíram”, publicado no site da *TVI24*, podemos perceber que nos primeiros dois anos de Governo de Passos Coelho (até 14 de abril de 2013) a função pública foi reduzida em mais de 31 000 pessoas.

Além desta forma de apoio pouco discreta ao líder da oposição, o *Correio da Manhã*, ainda no dia 1 de maio, publica informação em duas páginas (6 e 7), com uma crítica ao executivo demissionário: “Governo em campanha faz dois mil km por dia”.

De forma semelhante também o *Público* de dia 1, faz eco das promessas eleitorais de Passos Coelho, numa manchete inequívoca: “Passos promete não cortar salários, nem despedir na função pública”. No interior do jornal o líder do PSD surge citado com garantias de futuro, se viesse a ser Governo.

É o *Diário de Notícias* que volta a dar um pendor mais político às declarações de Passos Coelho, ao escolher para o título do texto da página 10 a citação “Quem quiser mais batota em Portugal vote Sócrates”.

Do ponto de vista conceptual, estes títulos concorrem para o princípio já exposto nesta dissertação de que os jornais são muitas vezes contrapoder, justificando-se um certo apoio intrínseco ao líder da oposição. A forma veemente como esse apoio surge, a escolha de ângulos noticiosos que favorecem Passos Coelho em aspetos importantes, como o emprego e a credibilidade política e a pouca disponibilidade para dar voz ao partido ainda no poder são sinais particulares deste momento da história. E permitem-nos fazer uma leitura disruptora face ao poder então instituído e face às medidas draconianas que estavam anunciadas para o país. Os jornais, que nos trazem a visão do mundo, também são o espelho da sociedade, como nos mostram os académicos e estudiosos destas matérias (como se refere no capítulo I). Estes jornais, em maio de 2011, são por isso, um espelho do descontentamento generalizado na sociedade portuguesa.

A 5 de maio, depois de quase um mês de especulação mediática em que os jornais foram traçando o futuro do país sobretudo inspirados pelas medidas de austeridade criadas para a Grécia e para a Irlanda, surge finalmente o acordo com a Troika, com a definição das condições impostas pelo pedido de resgate financeiro ao país. Formalmente, o Memorando de Entendimento sobre Condicionalidades de Política Económica da Comissão Europeia (MoU), que ficou conhecido como Memorando da Troika, foi assinado no dia 3 de maio. Os principais partidos manifestaram a sua concordância nos dias 3 e 4 de maio, através de cartas de compromisso com o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, enviadas à Comissão Europeia, ao BCE e ao FMI. No entanto, a 17 de maio terá sido apresentada uma segunda versão, a final, conforme relata o site da revista *Visão*, na notícia “Acordo assinado com a Troika afinal é diferente”, publicada a 27 de maio de 2011.

No dia 4, no entanto, os jornais que constituem o objeto da nossa análise antecipavam, uma vez mais, as medidas a anunciar. A forma como o fizeram não difere da matriz de cada periódico. O *Correio da Manhã* volta a optar pelo ponto de vista do português comum, de classe média, que é o seu público. A manchete do dia 4 comunica diretamente com o povo: “Acordo corta pensão a 210 mil pessoas”. No interior do jornal, nas páginas 4 e 5, é a “troika” que surge como principal responsável pelos cortes anunciados. No dia seguinte,

nova manchete com o mesmo assunto e de novo a abordagem que pretende responder às interrogações do cidadão comum. Sob o título “Famílias pagam choque de 3 mil milhões”, o *Correio da Manhã* acrescenta quatro destaques: “Troika exige subida de impostos e corte nas prestações sociais”; “Acaba a isenção do IMI e proprietários vão pagar mais pelas casas”; “IVA aumenta na conta da luz e do gás” e “Despedimentos facilitados e saúde mais cara para Função Pública”. Destaques que escarpelizam a delicada situação do país, na perspetiva dos portugueses e que apontam como principal culpada das medidas de austeridade a “troika”. Estes assuntos são desenvolvidos no interior do jornal (páginas 4 a 7).

O *Diário de Notícias* nestes dois dias de maio também apostou em manchetes sobre o tema-chave, e optou por fazer várias chamadas ou destaques de primeira página e relegou as imagens para segundo plano em ambos os dias. No dia 4, a manchete foi de pendor económico: “Um euro para os bancos por cada sete emprestados”. Abaixo desse título surgem cinco assuntos, destacados: o montante que será destinado à banca, o prazo dado pela Troika para o país cumprir a austeridade, os cortes em salários e pensões, as reformas laborais e o aumento de impostos e os juros que serão pagos por via do pedido de resgate financeiro.

O *Diário de Notícias* escolheu dar a informação de forma séria e não sensacionalista (um pouco por oposição ao que aconteceu com o *Correio da Manhã*) e aposta em destacar as principais medidas que o novo acordo irá trazer ao país. Embora evoque também assuntos que interessam ao cidadão comum, este diário transmite a informação atribuindo mais valor aos aspetos da economia do país. No dia seguinte, 5 de maio, a primeira página do *Diário de Notícias* volta a ser bastante informativa. Sob o título “Subsídios de desemprego vão sofrer cortes até 60%”, o jornal escolhe ainda as “13 áreas em que a ‘Troika’ vai mexer” e partilha uma frase sobre cada uma delas. Cada medida é depois analisada em detalhe no interior do jornal, entre as páginas 2 e 9.

O jornal *Público* foi aquele que apostou numa manchete mais chamativa e igualmente informativa, sobretudo no dia 5 de maio. Sob uma imagem toda a negro, a manchete tem apenas uma frase, em letras brancas e garrafais: “Como será Portugal depois da troika”. Depois, a vermelho e branco, o jornal define seis áreas-chave que sofrerão com o programa de austeridade, como é o caso da saúde, da educação ou da banca. No interior, entre as

páginas 2 e 14, o jornal explica as medidas anunciadas e antecipa algumas questões económicas e políticas, como a questão do aumento de impostos ou a fusão de municípios. No dia anterior o jornal tinha afluído também estas matérias, embora dispondo de menos informação. A manchete tinha o seguinte título: “Troika impede futuro Governo de atrasar reformas e privatizações”. Nas páginas internas o *Público* começa por descrever as atitudes do ainda Primeiro-Ministro face à assinatura do Memorando da Troika, “Para ‘tranquilizar os portugueses’, José Sócrates desmentiu ‘notícias especulativas’. Este é um ‘bom acordo’ que não mexe no 13.º mês, no 14.º mês, nem dos trabalhadores nem de pensionistas, não prevê reduções nos salários nem despedimentos da função pública nem haverá cortes no salário mínimo. O valor da ajuda só foi divulgado depois da comunicação pela TV: serão 78 mil milhões de euros”. A formulação do jornal foi informativa e sóbria, como é seu apanágio.

A análise aos principais pontos noticiosos do mês de maio de 2011 não ficaria completa sem referirmos também a informação que os jornais publicaram sobre os juros que o pedido de resgate financeiro representa. No dia 11 de maio, a manchete do *Correio da Manhã* foi a seguinte: “UE lucra mil milhões com Portugal”. Na editoria de Economia, o jornal explica quanto vai custar o pedido de resgate financeiro em juros. Os países da Zona Euro cobram juros de 5,5 a 6% sobre os 52 mil milhões de euros do empréstimo, o que dará a Bruxelas 1,3 mil milhões de euros anuais de lucro. O FMI, que seria responsável por emprestar 26 mil milhões de euros, cobrará juros entre 3,25 e 4,25 %.

Esta notícia também foi alvo do interesse do *Diário de Notícias*, que destacou a taxa de juro cobrada pela UE. Além de ser uma informação colocada na primeira página, o texto nas páginas interiores apresenta as contas totais, como se pode ver no excerto: “Factura total, incluindo o empréstimo do FMI, deve custar 25,6 milhões de euros”.

Já o *Público*, que utilizou esta informação para fazer manchete foi, uma vez mais, o jornal que apostou na leitura internacional. Na sua manchete de dia 11 de maio, escolheu explicar a taxa de juros mais elevada que anunciava para Portugal, com o seguinte título: “Subida da Euribor penalizou taxa de juro que Portugal vai pagar à União Europeia”. Na notícia a este respeito o jornal explica como será calculada a taxa de juro a pagar pelo dinheiro emprestado pela UE.

Este exemplo, que foi visto de forma muito distinta em cada um dos jornais em estudo, ilustra na perfeição a importância que as questões económicas conseguiram alcançar em diários generalistas e demonstra ainda que, mesmo entre os jornais “broadsheet” existe um fosso cada vez maior entre Portugal e a União Europeia.

Na comparação global, o mês de maio será paradigmático de como os jornais portugueses assumiram uma cisão nunca antes vista em relação à Europa. Como já demonstrámos nos pontos anteriores, pela análise feita ao mês de abril de 2011, deixa de haver dúvidas de que a “Troika” e em consonância a União Europeia são entidades externas, cujas iniciativas se opõem ao país. Ou seja, os jornais assumem uma cisão, passando a nossa relação com a Europa a ser vista como “eles contra nós”.

E há mais dicotomias nesta análise. De um modo geral os jornais alinharam pelo líder da oposição, mostrando-o em vantagem direta face ao ex-primeiro ministro. Algo que corresponde ao perfil da imprensa lusa, como também já pudemos explicar. No caso do *Correio da Manhã* esse endosso foi ainda mais evidente, sendo possível verificar que Passos Coelho representou a crítica que o próprio jornal foi fazendo ao Primeiro-Ministro demissionário. A imagem que o jornal foi construindo dele ao longo da crise foi sempre positiva e de combate face ao poder instalado. Em rota de colisão com esta figura, a construção feita pelo *Correio da Manhã* a respeito de José Sócrates foi de diabolização da sua figura, como também já vimos anteriormente.

Uma nota final para reforçar que o pedido de resgate financeiro e os assuntos que dele derivam foram abordados todos os dias, a maior parte dos quais com honras de primeira página. O que demonstra de forma definitiva a importância desta matéria para o país e retrata distintivamente a entrada das matérias de economia nos jornais generalistas.

Reflexões e considerações finais

No rescaldo da pesquisa e das múltiplas leituras feitas no âmbito desta investigação, fica o sentimento de que este é um trabalho inacabado. Inacabado, como sentirão todos os investigadores das Ciências Sociais, pois é sempre possível encontrar mais bibliografia que permitirá continuar a desenvolver o trabalho em direções inovadoras. Mas não só. A questão de se tratar de um momento temporal relativamente recente faz com que não existam ainda muitas leituras sobre este período e sobre a forma como os media o trabalharam.

Acresce a certeza, por ventura explanada neste texto, que estamos num ponto de viragem na construção do projeto europeu. Um aspeto condicionado pela maior crise política, social e económica que se abateu sobre a Europa (e também sobre o resto do mundo) nas últimas décadas. Essas circunstâncias vieram alterar o conteúdo e a forma do discurso dos media que são, em simultâneo, espelhos e construtores da realidade. De acordo com a brochura *A Europa e a Crise Financeira Mundial*, editada pela Fundação Robert Schuman em abril de 2011, esta é a “maior crise financeira mundial em 80 anos”.

Se elencarmos as nossas descobertas é possível encontrar dissecadas as várias questões que estão em discussão, aquelas que reportam à construção da Europa e, obviamente, matéria sobre os media e o seu poder enquanto veículo de informação.

A nossa interrogação inicial surgiu num contexto socioeconomico determinante da nossa vida coletiva e permitiu-nos, pela sua especificidade, delimitar o nosso objeto de estudo, tal como ditam as regras de investigação, tornando-a exequível e produtiva. Entendemos, no entanto, que este trabalho deve ser visto à luz de uma investigação exploratória, trilhando pistas de possíveis futuras investigações. Podemos perceber o potencial de continuar esta investigação e deixamos algumas linhas de pensamento que merecem reflexão, lembrando uma das investigações que está em curso e que já foi referida nesta dissertação (página 14): o projeto The Euro Crisis, Media Coverage, and Perceptions of Europe within the EU. Como possíveis linhas condutoras de novas investigações referimos a hipótese de comparar seis meses de publicações ou a hipótese de, no mesmo período, o mês de abril, acrescentar a análise comparativa de dois períodos homólogos, anterior e posterior, por

exemplo, com os anos de 2010 e 2012. A temática europeia parece-nos óbvio, está longe de se encontrar esgotada, como recorda Ana Isabel Martins.

O estudo dos enquadramentos das notícias, quer direccionado para acontecimentos ou problemáticas específicas, quer para perspectivas comparadas (...) no que se refere a tópicos europeus, está longe de constituir um campo de investigação largamente explorado.

(Martins, 2010: 70)

Apesar disso, é evidente que esta temática ganhou dimensão com o advento da crise. Uma das consequências dos pedidos de resgate financeiro protagonizados por vários países europeus será a proliferação de livros sobre a Europa, o futuro da União Europeia, o fim do liberalismo, o fim do euro, a nossa possível saída do euro, a austeridade e, claro, a questão grega. Todos esses livros, ou quase, têm como base a situação económica e eventualmente política, mas sem análise das notícias, sem efetuarem uma investigação sobre a forma como os media têm mostrado e desenhado a realidade.

Na persecução daquilo que possam ser linhas futuras de investigação, importa elencar ainda a possibilidade de estabelecer comparação – neste período de tempo ou noutro que se defina, com jornais estrangeiros, sendo eventualmente interessante escolher diários de vários países da União Europeia, tarefa que ficará facilitada aquando da publicação do já referido estudo *The Euro Crisis, Media Coverage, and Perceptions of Europe within the EU*.

Num momento de mutações sociais e económicas, sabemos que não é só a União Europeia que está a mudar. O próprio paradigma da comunicação social também está em evolução. O aparecimento dos media online, a quebra nas vendas de jornais e nas vendas de publicidade são conhecidos, e condicionam o exercício do jornalismo. Há menos espaço físico para a publicação de informação e há menos tempo para dedicar à informação de investigação e tratamento noticioso, em que todos os acontecimentos são imediatistas. Regista-se também uma diminuição do número de jornalistas nas redações. Objetivamente estas circunstâncias condicionam o exercício do jornalismo e a qualidade da informação e a forma como fazemos uma análise dos media deverá ter em conta estes pressupostos.

Até ser feito o pedido de resgate financeiro (ou até o período que o antecedeu imediatamente) foi notório o desinteresse pela forma como as instituições europeias funcionam. Algo que abordámos na introdução e que fica demonstrado pela baixa

participação eleitoral nas eleições europeias. Portugal também não é conhecido pela participação dos seus cidadãos na “coisa pública”. Mas a austeridade e o pedido de resgate financeiro mudaram, definitivamente, o cenário das notícias em Portugal. O resgate financeiro trouxe, de forma inequívoca, a Europa para o centro da informação. E fê-lo através dos jornais generalistas, transformando-os não raras vezes, em repositórios de informação de carácter económico e economicista como até então nunca tinha sido visto.

Ao trazer para as primeiras páginas dos jornais o resgate financeiro e a questão europeia, abriu-se uma caixa de Pandora. Atrevemo-nos a dizer que o cidadão comum, que perdeu dinheiro e direitos com a crise financeira, ganhou consciência e interesse. Aprendeu a linguagem da crise e das instituições, sabe hoje, como nunca pensou saber, o que é o FMI, o que são agências de rating e como se materializa a austeridade. E, talvez, como há muito tempo não acontecia em Portugal (quicá desde os tempos do PREC), o cidadão saiu à rua, na defesa dos seus direitos.

Encontramos, assim duas novidades absolutas para os media generalistas nacionais: uma nova linguagem e uma nova temática. No entanto, será o eurodistanciamento, nunca antes visto, uma das principais marcas da forma como a crise foi contada pelos jornais. Tradicionalmente apologistas da União Europeia, os jornais portugueses fizeram eco do sentir da população (e talvez o tenham também mimetizado e ajudado a formular) e, pela primeira vez, a Europa surgiu com uma imagem negativa. O euroentusiasmo que pautou o discurso dos jornais desde a adesão de Portugal à CEE foi substituído por um conjunto de dúvidas e críticas, face às medidas impostas pelas condições do resgate financeiro e à austeridade anunciada. A respeito do “euroentusiasmo” Ana Horta lembrou que, “Entre 1985 e 2004, a imprensa conceptualizou a Europa de forma tendencialmente positiva”, como descreveu no artigo “A imprensa portuguesa e a memória social da Europa” na revista *Media & Jornalismo*, número 14, de 2009: 67-82. Supomos que referiu 2004 como o término da sua análise, para a tese que apresentou em 2005.

Nunca, como até então (abril de 2011), se verificou uma outra característica que encontrámos nesta investigação: o assumir de posições inequívocas por parte dos jornais. Os media portugueses, que habitualmente pugnam por uma objetividade que os impele a não tomar partido, assumem uma postura de “nós [portugueses] contra eles” que é inédita e dificilmente será repetida. Uma novidade trazida pela crise e que está documentada, por

exemplo, no estudo *Crisis Discourses in Europe*, onde se lê que “The European Union is regularly represented, in the narrative/s of the crisis, as a foreign ‘other’, linked to, if not directly blamed for, suffering – of the home nation”. Uma novidade na representação que os media fazem da União Europeia e que será transversal a vários países. Este estudo *Crisis Discourses in Europe*, da autoria de Tamsin Murray-Leach, foi publicado em junho de 2014 e tem chancela da The London School of Economics and Political Science.

Na sistematização das mais importantes conclusões sobre o disposto pelos jornais, percebemos que o pedido de resgate é o assunto do mês, sendo o grande protagonista José Sócrates. Culpabilizado, sobretudo, pelo *Correio da Manhã*, é interessante ver como, numa primeira fase o ex-Primeiro-Ministro parece sair intacto na forma como os outros dois jornais o apresentam. E é absolutamente extraordinário que durante esse período José Sócrates tenha sido retratado pela imprensa como se fosse duas pessoas distintas. De um lado, a sua persona política governativa. Do outro, nesta dicotomia pouco habitual, a mesma pessoa mas num registo diferente, no desempenho do seu papel como líder do PS e futuro candidato ao cargo do qual se demitiu.

Do ponto de vista do conteúdo, o *Público* é o jornal que mais se dispõe a retratar o contexto, as implicações macroeconómicas e a geopolítica, enquanto o *Correio da Manhã* é o que fala mais diretamente ao português comum, centrando o discurso nas medidas propostas pelo FMI e nas suas consequências. O *Diário de Notícias* é o jornal mais preocupado com as questões da política interna e as consequências do pedido de resgate financeiro em termos políticos.

Face à dimensão política, económica e social, o pedido de resgate financeiro, e por inerência a “crise”, foi o tema que dominou a atualidade informativa em abril de 2011 e também nos meses imediatamente consecutivos (março e maio). Essa certeza fica bem patente quando analisamos o número de manchetes e destaques de primeira página que os três jornais que observámos dedicaram ao tema. O mesmo é válido para o número de páginas e de notícias publicadas, que se torna ainda mais expressivo graças à quantidade de editoriais e artigos de opinião que também versaram sobre o tema.

O pedido de resgate financeiro, a crise e a austeridade que se lhe seguiu passaram a ser os temas dominantes, o que implicou também que, em termos de imagem, os jornais fizessem

duas grandes alterações. O seu layout que, várias vezes foi modificado, para dar lugar a novas formas de comunicar informação sobre o pedido de resgate, como vimos com o uso abundante de infografias ou o domínio de imagens que anteriormente não teriam sido usadas (lembramos por exemplo as fotos dos protestos nas ruas ou as fotos das filas dos centros de emprego). E, ainda do ponto de vista da imagem, a existência de novos protagonistas na vida pública, nomeadamente os representantes da Troika em Portugal, Jürgen Kröger, Poul Thomsen e Rasmus Ruffer, o líder do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, o diretor do FMI, Dominique Strauss-Kahn e a Chanceler alemã, Angela Merkel.

Também procurámos demonstrar a forma como a temática resultante do pedido de resgate financeiro veio alterar o processo de “newsmaking” e influenciá-lo, transformando as notícias sobre a crise num “valor-notícia” impossível de ignorar.

Nas nossas reflexões, destaca-se também o facto de, mercê da existência dos novos media e da Internet, os “tempos” noticiosos estarem alterados. O exemplo mais cabal é o próprio pedido de resgate financeiro, anunciado nos canais de televisão no dia 6 de abril e reportado nos jornais impressos no dia 7, depois de muito ter sido escrutinado nas televisões e na Internet.

Por último, relembremos que, se existissem dúvidas sobre a capacidade do jornalismo influenciar a construção da realidade, basta destacar um dos momentos-chave do pedido de resgate financeiro, que abordámos nesta dissertação e demonstra a influência de uma entrevista, no caso ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, no desenrolar do processo. Em entrevista recente à *TVI*, o ex-governante recordou que a sua preocupação era a de convencer o Primeiro-Ministro de que Portugal necessitava mesmo de uma intervenção externa: “Tornei muito claro ao Primeiro-Ministro que tínhamos de o fazer [pedido de resgate] e que esse pedido era algo que me parecia «fatal como o destino»”. Esta entrevista pode ser consultada no site da *TVI24*, com data de 6 de abril de 2015, sob o título “Teixeira dos Santos: resgate era «fatal como destino»”. No dia 6 de abril de 2011 Teixeira dos Santos revelou, em entrevista ao *Jornal de Negócios*, que Portugal precisaria de um resgate financeiro e nessa noite chegou o anúncio oficial do Primeiro-Ministro.

Em termos da geopolítica internacional, a austeridade teve também o condão de pôr a própria União Europeia a discutir o seu futuro. Uma das primeiras traves mestras a ser posta em causa foi precisamente o espaço Schengen. Sendo uma das vitórias do modelo europeu, pôr em causa a livre circulação poderá abalar a existência da União Europeia, tal como a conhecemos. No entanto, foi exatamente isso que fizeram Nicolas Sarkozy e Silvio Berlusconi, promovendo uma discussão que propunha medidas restritivas a esse grande desígnio europeu.

No rescaldo da crise, ou pelo menos, no rescaldo “desta” crise, Jean-Claude Juncker fez o impensável. O ex-presidente do Eurogrupo, atual presidente da Comissão Europeia afirmou publicamente que “A Troika ‘pecou contra a dignidade’ dos portugueses”. As declarações de Juncker foram reproduzidas em inúmeros media, sendo atribuídas na nossa consulta à *Agência Lusa* de 18 de fevereiro de 2015, numa notícia que reproduziu as palavras do presidente da Comissão Europeia à *Agência Efe*. Declarações absolutamente surpreendentes, face àquela que foi a sua postura no processo de resgate financeiro. “Pecámos contra a dignidade dos cidadãos na Grécia, Portugal e muitas vezes na Irlanda também”, disse, perante o Comité Económico e Social. E insistiu na ideia de que “falta à 'troika' legitimidade democrática”.

Um volte-face por parte de um dos mais aguerridos defensores da austeridade e que levanta questões de legitimidade política ainda não respondidas. Questões que deixam em aberto hipóteses de novas investigações no campo das Ciências Sociais. Afinal, qual é o limite das políticas europeias? De que forma seremos moldados no futuro por este momento da nossa história coletiva? A resposta, ou o princípio de uma potencial resposta, poderá estar na premonição de José Tavares no seu artigo “A invenção da Europa”, artigo publicado na Revista XXI, número 1, do ano de 2012. “Só partilhando impostos, partilhando a guerra e a paz, partilhando o voto, se constrói o sentimento de partilha dos povos. Só por esse caminho a Europa será um dia um Estado-nação de novo tipo”.

A criação do espaço Schengen aportou mudanças ao nível real, com a livre circulação, e ao nível simbólico, que rivalizam com os grandes momentos históricos. Sentir que se pode estudar, trabalhar ou viver numa enorme extensão de território é uma dádiva geracional sem precedentes na nossa história. À abolição de fronteiras geográficas não poderá ficar alheia a abolição de fronteiras mentais, influenciando de forma direta as novas gerações.

No entanto, o futuro da Europa (e da União Europeia) parece incerto como nunca esteve antes, numa escalada de dúvida que se acentuou nos últimos anos, mesmo em período posterior ao da nossa análise.

As eleições legislativas gregas, que decorreram em 25 de janeiro de 2015, levaram ao poder o partido de esquerda Syriza. Algo inesperado para a coligação da esquerda radical liderada por Alex Tsipras, numa proposta governativa que propunha o fim da austeridade como a principal proposta política. A crise grega e a nova atitude do governo de Atenas servem para aumentar as dúvidas, que são ampliadas pelo eurocepticismo britânico e pela atitude sobranceira de Berlim. São incontáveis os sinais que dão conta que o projeto europeu vacila. Dia 9 de maio, dia da Europa, a efeméride passou em branco nos três jornais portugueses que constituem esta análise. Em vez disso, deram conta da vitória de David Cameron nas eleições inglesas e lembraram que uma das suas promessas eleitorais passa por referendar a saída dos britânicos da União Europeia. A temática europeia promete não deixar os jornais nos tempos mais próximos.

Fontes

Edições dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Público* de 1 de março a 31 de maio de 2011.

Bibliografia

ABREU, Alexandfre et al (2013). *Que fazer com este Euro?* Lisboa: Edições 70.

AGOSTINHO, Henrique (2007). *Vende-se Portugal*. Lisboa: Edições Sílabo.

ALESINA, Alberto e GIAVAZZI, Francesco (2007). *O futuro da Europa: reforma ou declínio*. Lisboa: Edições 70.

ALEXANDRE, Fernando et al (2014). *A economia portuguesa na União Europeia: 1986-2010*. Coimbra: Actual Editora.

ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de (2005). *Portugal e a Europa – Ideias, Factos e Desafios*. Lisboa: Edições Sílabo.

AMARAL, Luciano (2010). *Economia portuguesa, as últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

AMARAL, João Ferreira (2013). *Porque devemos sair do euro*. Lisboa: Lua de Papel.

AMARAL, João Ferreira (2014). *Em defesa da independência nacional*. Lisboa: Lua de Papel.

ARAÚJO, António (Ed.) (2014). *Portugal Europeu. E Agora?* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BARBOSA, Paulo (2010). *A parceria Euro-Mediterrânica – A Europa, o Mediterrâneo e Mundo*. Tese de mestrado. Universidade de Coimbra.

BARRETO, António (2013). Prefácio. MATEUS, Augusto (Coord.) *25 anos de Portugal Europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- BASTOS, Hélder (2011). *Origens e evolução do Ciberjornalismo em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- BENTO, Vitor (2013). *Euro forte, euro fraco*. Lisboa: Bnomics.
- BLYTH, Mark (2013). *Austeridade – A história de uma ideia perigosa*. Lisboa: Quetzal Editores.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1999). *Os desafios dos novos media*. Lisboa: Editorial Notícias.
- CARDOSO, Gustavo (2006). *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (2008). *Metodologia da investigação – Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARRERA, Filipe (2012). *Comunicar 2.0 – A arte de bem comunicar no século XXI*. Lisboa: Edições Sílabo.
- COHN-BENDIT, Daniel VERHOFSTADT, Guy (2013). *Pela Europa – Manifesto por uma revolução pós-nacional na Europa*. Oeiras: Editorial Presença.
- COLOMBO, Furio (1998). *Conhecer o jornalismo hoje – como se faz informação*. Lisboa: Editorial Presença.
- COMISSÃO EUROPEIA (2010). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia em linguagem simplificada*. Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- COMMISSION EUROPÉENNE (2002). *Gouvernance Européenne*. Luxembourg: Office des publications officielles des communautés européennes.
- CORREIA, Fernando (1997). *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CORREIA, Fernando (2000). *Jornalismo e sociedade*. Lisboa: Editorial Avante.
- COSTA, Leonor Freire et al (2011). *História económica de Portugal – 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- COSTA, Jorge et al (2010). *Os donos de Portugal – cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- COUTINHO, Clara Pereira (2011). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- DINIS, David e COELHO, Hugo Filipe (2012). *Resgatados – os bastidores da ajuda financeira a Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- ESTANQUE, Elísio (2012). *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FAUSTINO, Paulo (2006). *O alargamento da União Europeia e os Media*. Lisboa: Media XXI/Formalpress.
- FERNANDES, José Manuel (2011). *Liberdade e Informação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FERNANDES, Tiago (2014). *A sociedade civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FERREIRA, Eduardo Paz (2014). *Da Europa de Schuman à não Europa de Merkel*. Lisboa: Quetzal Editores.
- FERREIRA, Joel Hasse (2012). *União Europeia – Hoje e o futuro*. Lisboa: Edições Sílabo.
- FINURAS, Paulo (2014). *Em quem confiamos? – valores culturais e (des)confiança nas instituições*. Lisboa: Edições Sílabo.
- FONTAINE, Pascal (1995). *A União Europeia*. Lisboa: Referência/Editorial Estampa.
- Fontcuberta, Mar de (1999). *A notícia – pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- GOULÃO, José (2010). *Pagadores de crises*. Porto: Sextante Editora.
- HORTA, Ana Maria (2005). *Imprensa e memória social da Europa*. Tese de doutoramento. Instituto de Ciências de Trabalho e da Empresa (Lisboa).

- JEANNÉNEY, Jean-Noël (1996). *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar.
- KANTNER, Cathleen (2006). *What is a european identity?*. Working paper. European University Institute.
- KALFF, Donald (2005). *L'entreprise européenne: La fin du modèle américain*. Paris (França): Editeur Vuibert.
- KEVIN, Deirdre (2003). *Europe in the media*. Oxford (Reino Unido): Routledge.
- KRISHNAMURTI, Jiddu (2009). *Vivre dans une monde en crise*. Brest (França): Librairies Dialogues.
- LAQUEUR, Walter (2012). *After the fall – The end of european dream*. Nova Iorque (EUA): Thomas Dunne Books.
- LAMPREIA, J. Martins e GUÉGUEN, Daniel (2008). *O Lóbi na União Europeia*. Lisboa: Texto Editores.
- LEGRAIN, Philippe (2014). *Primavera europeia*. Lisboa: Relógio d'Água.
- LEITE, Ventura (2012). *Solução para a crise – nacional e europeia*. Lisboa: Esfera do Caos.
- LOBO, Marina Costa (coord.) (2013). *Portugal e a Europa: novas cidadanias*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- LÓPEZ, Virginia (2013). *Impunidade – Os escândalos que abalaram 40 anos de democracia em Portugal*. Lisboa: Esfera dos livros.
- LOUÇÃ, Francisco e MORTÁGUA, Mariana (2012). *A Dívidadura – Portugal na crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- LOUREIRO, João (2008). *Política Orçamental na área do Euro*. Porto: Grupo Editorial Vida Económica.
- LOURENÇO, Camilo (2014). *Irresponsáveis*. Lisboa: Edições Matéria Prima.

MAGALHÃES, Gabriel (2014). *Como sobreviver a Portugal continuando a ser português*. Lisboa: Planeta.

MAGALHÃES, Pedro (2011). *Sondagens, eleições e Opinião Pública*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MATEUS, Augusto (coord.) (2013). *25 anos de Portugal Europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

MATIAS, Joana (2009). *Identidade cultural europeia – Idealismo, projecto ou realidade*. Tese de mestrado. Universidade de Coimbra.

MARQUES, Alfredo (2006). *Economia da União Europeia*. Coimbra: Edições Almedina.

MARTINS, Ana Isabel (2010). *A Europa e os Media – Os referendos à Constituição Europeia na Imprensa de Referência*. Lisboa: Livros Horizonte.

MENDES, José Manuel (2004). Media, públicos e cidadania. *Revista crítica de Ciências Sociais*, número 70. Coimbra: Colégio de S. Jerónimo (Universidade de Coimbra), 147-158.

MENON, Anand (2008). *Europe: the state of the Union*. London. Grove atlantic.

MESQUITA, Mário (1997). *O jornalismo em análise – a coluna do provedor dos leitores*. Coimbra: Livraria Minerva Editora.

MESQUITA, Mário (2013). *O estranho dever do cepticismo*. Lisboa: Edições Tinta da China.

MONIZ, Miguel Botelho et al (2014). *O economista insurgente – 101 perguntas incómodas sobre Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.

MOTA, Júlio, ANTUNES, Margarida e LOPES, Luís (2009). *A crise da economia global – alguns elementos de análise*. Lisboa: Editora Gatafunho.

MOURA, Vasco Graça (2013). *A identidade cultural europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

NEVES, João César das (2009). *Balada da crise que passa*. Lisboa: Editorial Verbo.

- NEVES, João César das (2014). *Portugal esse desconhecido*. Amadora: Edições Dom Quixote.
- PEREIRA, José Pacheco (2013). *As armas de papel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Paulo Trigo (2012). *Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- PIKETTY, Thomas (2014). *A economia das desigualdades*. Coimbra: Actual Editora.
- PINTO, José Filipe (2013). *Os políticos e a crise – de Salazar a Passos Coelho*. Coimbra: Edições Almedina.
- PRESSEUROP (2010). *ABC, a guide to tomorrow's Europe*. France: Presseurop.
- QUALMAN, Erik (2010). *Socialnomics – como os media sociais estão a transformar o modo como vivemos e como fazemos negócios*. Barcarena: Editorial Presença.
- REBELO, Glória (2011). *Conjunturas & Tendências – Uma visão sobre Portugal, a Europa e o Mundo*. Lisboa: Edições Sílabo.
- REBELO, José (2000). *O discurso do jornal – o como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias.
- REKALDE, Angel e PEREIRA, Rui (2003). *O novo jornalismo fardado – El País e o nacionalismo basco*. Porto: Campo das Letras.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento (2009). *Portugal o pioneiro da globalização – A herança das descobertas*. Famalicão: Centro Atlantico.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento (2012). *Como o capital financeiro conquistou o mundo*. Famalicão: Centro Atlantico.
- ROSA, Maria João Valente e CHITAS, Paulo (2013). *Portugal e a Europa: os números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ROSA, Norberto (2014). *Vamos conseguir pagar a nossa dívida pública?* Lisboa: Bnomics.

- SAPERAS, Enric (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: Edições Asa.
- SANTOS, Boaventura Sousa (coord..) (2012). *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Edições Almedina.
- SANTOS, João de Almeida (2012). *Media e poder – O poder mediático e a erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Editora Nova Vega.
- SANTOS, Loureiro dos [general] (2009). *As guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- SANTOS, Rogério (1997). *A negociação entre jornalistas e fonte*. Coimbra: Livraria Minerva Editora.
- SILVA, Ana Margarida (2000). *A União Europeia: cidadania e imigração*. Tese de mestrado. Universidade de Coimbra.
- SILVA, Filipe Carreira (2013). *O futuro do Estado Social*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SILVA, José Maria Rodrigues da (2010). *A crise financeira e económica e as outras – o 1º ministro José Sócrates e as crises*. Lisboa: Âncora Editora.
- SÍTIMA, Luís e FERREIRA, Maria Miguel (2010). *Na agenda dos líderes*. São Pedro do Estoril: Prime Books.
- SMITH, David (2009). *China, Índia e a Nova Ordem Mundial*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- SORIA, Carlos (1990). *Prensa, Paz, Violencia Y Terrorismo: La crisis de credibilidad de los informadores*. Pamplona, Espanha: Ediciones Universidad de Navarra.
- SOROS, George (2014). *A tragédia da União Europeia – desintegração ou renascimento?* Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOUSA, Jorge Pedro (2000). *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva.

- SOUSA, Teresa de (2014). *Europa – Trágica e magnífica*. Lisboa: Público, Comunicação Social.
- TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário (2003). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TRAQUINA, Nelson (org.) (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, Gabinete de Edições.
- TREMONTI, Giulio (2008). *O medo e a esperança – Europa: a crise global e as medidas necessárias para a ultrapassar*. Barcarena: Editorial Presença.
- TRIGA, Vassiliki (2007). *Europe beyond Brussels: an analysis of everyday discourses in the EU Agencies*. Tese de doutoramento. European University Institute.
- UCHA, Isabel e SANDE, Paulo de Almeida (1999). *Como viver com o Euro*. S. João do Estoril: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- VAZ-PINTO, Raquel (2014). *Os portugueses e o mundo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- VIEIRA, Joaquim (2011). *Só um milagre nos salva – a verdade sobre a crise portuguesa e a sua solução*. Carnaxide: Editora Objectiva.
- WOLF, Mauro (1994). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- WOLTON, Dominique (1999). *Pensar a Comunicação*. Oeiras: Difel.
- ZIZEK, Slavoj (2015). *O que quer a Europa*. Lisboa: Relógio D’Água.

Referências da Internet

- CANAVILHAS, João (2006). *Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada*.
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>.
Acedido a 27.10.2014.
- CARDOSO, Gustavo et al (2010). Tendências e perspectivas – os “novos” jornais.
http://www.obercom.pt/client/?newsId=428&fileName=estudo_tendencias_novosJornais.pdf.
Acedido a 09.09.2014
- SERRANO, Estela (2011). *Em Portugal não há jornais de esquerda?*
<https://vaievem.wordpress.com/2011/03/28/em-portugal-nao-ha-jornais-de-esquerda/>
Acedido a 23.09.2014.
- VAN der HAAK, Bregtje, PARKS, Michael e CASTELLS, Manuel (2012) *The Future of Journalism: Networked Journalism*.
<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1750/832>
Acedido a 15.09.2014

Anexos

ANEXO I
Cronologia do resgate

Cronologia do resgate

Agência Lusa, a 06.04.2011 (conteúdo editado)

09 Mar - O Presidente da República, Cavaco Silva, toma posse para um segundo mandato e afirma que “há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos”.

11 Mar - Governo apresenta um novo pacote de medidas de austeridade para este ano, 2012 e 2013, entre as quais congelamentos e cortes nas pensões e a revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, em sede de IRS e IRC e afirma que o PSD é “imprescindível” para a concretização das novas medidas do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

12 Mar - O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, anuncia que as novas medidas não contarão com o voto dos sociais-democratas.

14 Mar - O Primeiro-Ministro anuncia que o Governo apresentará uma resolução sobre o PEC, advertindo que a oposição é “livre” para provocar uma crise política. Sócrates diz também que está disponível para negociar as novas medidas.

15 Mar - José Sócrates adverte que se o Parlamento aprovar uma moção contra as novas medidas de austeridade, isso significa a abertura de uma crise política com consequências “terríveis” para Portugal. Anuncia também que se recandidatará ao cargo caso haja eleições antecipadas.

16 Mar - Teixeira dos Santos diz que a inviabilização das medidas de austeridade anunciadas é “empurrar o país para a ajuda externa”.

19 Mar - O Primeiro-Ministro revela que não está disponível para governar com a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) e reafirma que Portugal não precisa de ajuda externa.

20 Mar - PSD reitera que votará contra o novo PEC “em quaisquer circunstâncias”.

21 Mar - O ministro dos Assuntos Parlamentares afirma que “não pode ser afastado” o cenário da demissão do Governo na sequência de um chumbo do PEC IV na Assembleia da República.

23 Mar - O Parlamento aprova cinco resoluções de rejeição do PEC incluídas em projetos do PSD, CDS-PP, PCP, BE e Verdes.

23 Mar - A Presidência da República anuncia que o Primeiro-Ministro apresentou o pedido de demissão ao Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

23 Mar - Numa comunicação ao país, José Sócrates afirma que a crise política só pode ser resolvida pela decisão soberana dos portugueses e lamenta que tenha sido “o único” a apelar ao sentido de responsabilidade para que se evitasse uma crise.

24 Mar - O presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, considera “apropriado” um resgate a Portugal no valor de 75 mil milhões de euros.

24 Mar - O ministro da Presidência afirma que, apesar da crise política, o Governo continua a considerar evitável o recurso de Portugal à ajuda externa.

25 Mar - O Primeiro-Ministro assegura em Bruxelas que Portugal não precisa de ajuda externa para financiar a dívida pública.

27 Mar - Sócrates acusa o PSD de já se ter rendido ao FMI e de pretender de forma “disfarçada” impor a sua agenda “liberal” através da intervenção daquela instituição.

31 Mar - O Presidente da República anuncia a marcação de eleições legislativas antecipadas para 5 de Junho, depois de ouvir o Conselho de Estado.

31 Mar - O ministro da Presidência afirma que um eventual pedido de ajuda externa por parte do Estado envolveria uma negociação de condições, que ultrapassaria as competências de um Governo de gestão. O PSD contesta a ideia de que o Governo não tem condições de pedir ajuda financeira externa.

04 Abr - José Sócrates lamenta ter sido “o único dirigente político” a alertar para as consequências do chumbo do PEC e afirma que fará “tudo” para evitar um pedido de ajuda externa. Por outro lado, nega que tenha sido discutido na reunião do Conselho de Estado o recurso a um empréstimo intercalar, sendo desmentido por Bagão Félix.

05 Abr - O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, reitera que a União Europeia está pronta para responder a um eventual pedido de ajuda de Portugal, mas disse desconhecer a possibilidade de uma “ajuda intercalar”.

06 Abr - O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) considera “urgente” que Portugal peça ajuda externa financeira à Europa, já que os bancos nacionais não têm mais dinheiro para emprestar.

06 Abr - A agência de notação financeira Fitch baixa o ‘rating’ das obrigações hipotecárias de seis bancos portugueses, na sequência do corte da notação de Portugal em três níveis, estando a um nível de ser considerado ‘lixo’ (‘junk’).

06 Abr - José Sócrates anuncia que endereçou à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira.

ANEXO II

As capas dos jornais do dia 7 de abril de 2011

EUCLIDES DAMASO
Magistrado denuncia impunidade insuportável
PÁG. 29

QUINTA-FEIRA 07/04/2011 € 0.90 (CIVA)

CORREIO da Manhã

www.cmjornal.pt

Director: Octávio Ribeiro | Dir. Adj.: Armando Esteves Pereira e Eduardo Dâmaso | Subdir.: Manuel Catarino

CENSURA
ERC persegue Correio da Manhã
■ Processo a notícia do CM
PÁG. 44

SÓCRATES FORÇADO A PEDIR AJUDA



■ **Pressão dos bancos e fracasso de emissão de dívida** levam Governo a recorrer a Bruxelas

■ **Intervenção externa** provoca aumento de sacrifícios das famílias e quebra dos rendimentos

PÁGS. 4 A 7

Bronca às 20h00
TELEVISÕES MOSTRAM PRIMEIRO-MINISTRO A TESTAR TELEPONTO
Só falou ao País 40 minutos depois



“Hã, ó Luís, vê lá na... como é que fico a olhar prós...”
“Assim fica melhor ou fica melhor assim?”

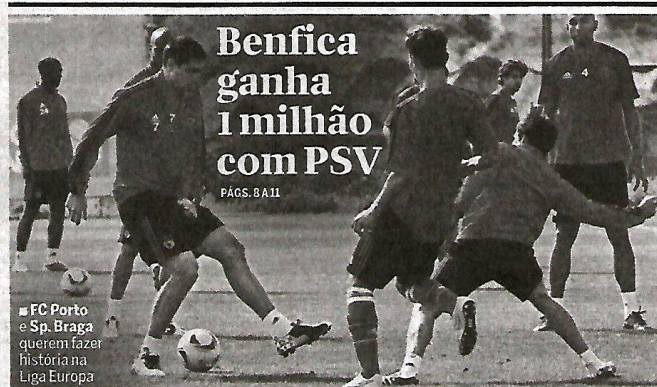


Mourinho deixa Real se Ronaldo sair



■ **Berlusconi** quer levar CR7 para Milão PÁG. 36

Sporting luta pelo título em 2011/12
PÁG. 37



Benfica ganha 1 milhão com PSV
PÁGS. 8 A 11

■ **FC Porto e Sp. Braga** querem fazer história na Liga Europa

Naufração no cabo Espichel mata pescador

■ **Fernando Oliveira** (à direita) não foi a tempo de salvar o tio, João (foto peq.)



Professor agredido regressa às aulas PÁG. 19

Amanhã DVD
‘RONIN’ ACCÃO E SUSPENSE COM ROBERT DE NIRO
1,99 € + jornal PÁG. 32

Psoríase . Vitiligo
TÊM CURA
“Centro de Cura”
Corpo Limpo
Rua Vieira Portuense
n.º 12, 1.º Oto, Belem, Lisboa
21 363 09 25
96 101 30 78
www.centrodecura.pt
www.curamos-psorase.com

POLÍTICA
Gama diz adeus ao Parlamento
PÁG. 28

ALCOITÃO
Intoxicados em fuga de óleo
PÁG. 12

Vidas
Vanessa goza férias românticas em Cuba

■ **Na companhia** do namorado, Rui Porto Nunes

■ **Coloca aparelho** nos dentes para melhorar sorriso

PÁGS. 45 A 49



RENATO
Pena mínima de 15 anos
PÁG. 16

EX-BANCÁRIO
Pensão de morto volta para banco
PÁG. 22

raspadinha
Está sempre a dar

DOA PASCOA
Ganhate até €50.000

► Ninguém pode salvar ninguém. Temos de nos salvar a nós próprios Herman Melville (1819-1891) ◀

Diário de Notícias

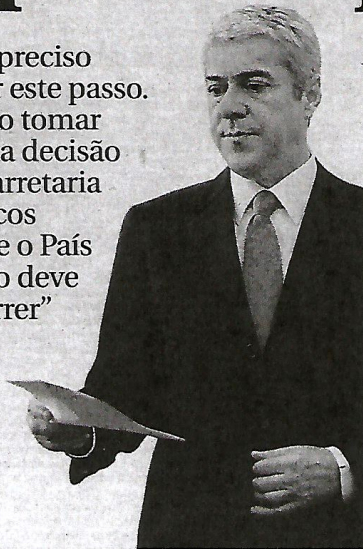
www.dn.pt

QUINTA-FEIRA, 7 de Abril de 2011, Ano 147.º, N.º 51 862, 1,10€

Director: JOÃO MARCELINO Directora Adjunta: ELOÍSA MARTINS Subdirectores: LEONÍDIO PAULO FERREIRA, NUNO SARATTA E PEDRO TADEU

Sócrates pede a ajuda que sempre recusou

“É preciso dar este passo. Não tomar essa decisão acarretaria riscos que o País não deve correr”



O último desmentido.

O dia começou com o Governo a negar o 'Financial Times' de que já negociava com a UE

A preparação.

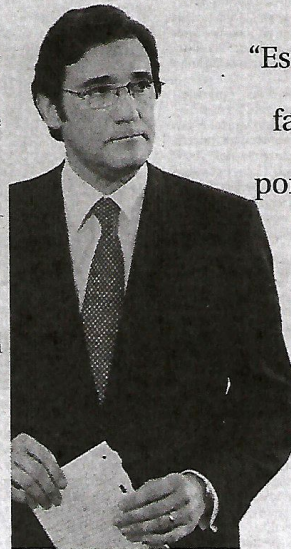
Ao início da tarde, Jorge Lacão admitia na Assembleia o pedido de apoio externo

A confirmação.

Ao fim da tarde, Teixeira dos Santos revelava a um jornal que Portugal ia recorrer ao resgate

O anúncio formal.

Duas horas depois, o primeiro-ministro falou ao País. O líder do PSD reagiu a seguir



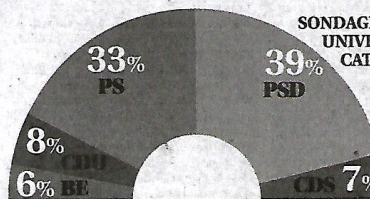
“Este pedido de ajuda faz-se para que os portugueses vivam com menos angústia”

RESGATE

Governo negociará pedido de entre 70 e 90 mil milhões

MEDIDAS

Salário mínimo vai sofrer corte ou estagnar até 2014



SONDAGEM UNIVERSIDADE CATÓLICA/DN

PSD à frente mas longe da maioria absoluta



4,75% TANB.

Mínimo: €50.000. Exclusivo para novos recursos. Depósito a prazo a 1 ano.

Penalização de juros em caso de mobilização antecipada. Oferta válida até 30/04/2011. Os depósitos beneficiam da garantia de reembolso do FGD até €100.000 por depositante.



Banco Finantia

www.finantia.com • 707 78 80 80

Qui 7 Abr Edição Lisboa

Quinta-feira, 7 de Abril de 2011, Ano XXII, nº 7670, 1€

Directora: Bárbara Reis

Directores adjuntos: Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Gaspar

Directora executiva Online: Simone Duarte Directora de Arte: Sónia Matos

www.publico.pt

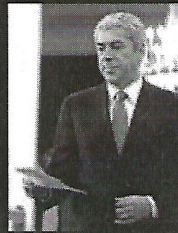
Hoje Fugas começa online.

<http://fugas.publico.pt>



Público

● Sócrates disse que o pedido de ajuda visa evitar riscos que o país “não deve correr”



● Passos afirmou que após as eleições negociará quadro de ajuda “mais completo”

Ajuda

Pressão da banca decisiva para o pedido do Governo

Cavaco será o mediador entre o executivo e o PSD

Os sacrifícios que vão ser pedidos aos portugueses

Págs. 2 a 12 e Editorial

União Europeia

Portugueses são dos que pagam mais pelos remédios

● A factura que os portugueses pagam pelos medicamentos é das mais elevadas na UE - só ficam atrás de dinamarqueses e finlandeses e ligeiramente à frente dos suecos. → Portugal, 14

Lampedusa

Naufrágio causa a morte de 200 refugiados

● Um barco que transportava 300 pessoas naufragou a 70km da costa de Lampedusa e terá provocado cerca de 200 mortos. → Ana Cristina Pereira, Lampedusa, Mundo 20

Museu Thyssen Há uma guerra de sexos em Madrid P2



Previstas para 15 Abril

Governo trava novas portagens nas Scut

● A cobrança de portagens em quatro auto-estradas ainda sem custos para o utilizador, prevista para o próximo dia 15, já não vai avançar, anunciou ontem o Governo. → Economia, 24

PUBLICIDADE



ACOREANA
SEGUROS
GRUPO BANIF

PaperGift

30€

www.papergift.fil.pt

07/10 ABRIL 2011

Feira Internacional de Lisboa

Artes Brinquedos Edição Escolar Escritório Festas Gift Papelaria Publicidade

ARTSHOW

ADP

FIL

GO

GO

GO

GO

ANEXO III

**O interior dos jornais do dia 7 de abril de 2011
(páginas mais relevantes)**

(07.04.2011)

4 ■ QUINTA-FEIRA
7 ABRIL 2011

ACTUALIDADE I

CRISE
ECONÓMICA

DÍVIDA ■ PEDIDO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA ENVIADO À COMISSÃO EUROPEIA

Sócrates obrigado

■ Primeiro-ministro fala em “ameaça real” ao financiamento da República, ao sistema bancário e

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Portugal foi ontem obrigado a pedir ajuda à Comissão Europeia, sob pena de o País ficar sem dinheiro para financiar a economia. José Sócrates assumiu formalmente o pedido de “assistência financeira” ao final do dia, invocando uma “ameaça real” sobre a República e sobre os bancos nacionais, depois de Teixeira dos Santos ter reconhecido, a meio da tarde essa necessidade.

O resgate a Portugal surge 24 horas depois de o presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo (BES), Ricardo Salgado, ter dito que seria “um erro grave” se o pedido de ajuda externo não fosse “realizado já”.

Trata-se do culminar de uma semana dramática que começou com a reunião, na segunda-feira, dos principais banqueiros no Banco de Portugal, de onde saiu a decisão de não dar mais crédito ao Estado nem adquirir mais dívida pública. Depois sucederam-se os cortes no rating. Quer da dívida soberana, quer dos principais bancos e empresas públicas.

Depois de meses a dizer que Portugal não precisava de ajuda (ontem mesmo o gabinete do primeiro-mi-

nistro negava conversações com Bruxelas, desmentindo uma notícia do ‘Financial Times’), Sócrates admitiu que o nível das taxas de juro a que o Estado se estava a financiar era insustentável. O leilão de Bilhetes do Tesouro realizado ontem, levou os juros a seis meses a atingir os 5,11% e a 12 meses a alcançar os 5,9%. “Depois de todos os contactos que fiz, estou convencido de que as condições de financiamento iriam agravar-se” e que o País “corria riscos”, acrescentou Sócrates.

Face a este cenário o primeiro-ministro disse estarmos perante “uma ameaça real ao financiamento da República, do sistema bancário e da economia”.

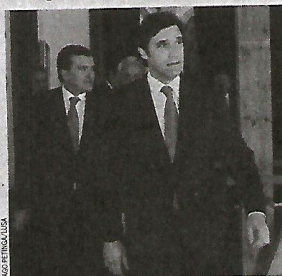
José Sócrates recordou que a rejeição do PEC 4 (onde se incluíam o congelamento de salários, reformas e um agravamento fiscal para os pensionistas) “agravou de forma dramática a situação financeira do País”. O primeiro-ministro deu conhecimento do pedido de ajuda ao Presidente da República para que este “fizesse as diligências que achar necessárias junto dos partidos”. Bruxelas disse “ter preparados todos os mecanismos para ajudar Portugal”. Segundo fontes contactadas pelo CM a ajuda poderia ultrapassar os 80 mil milhões de euros. ■

Cavaco informado para negociar com partidos políticos

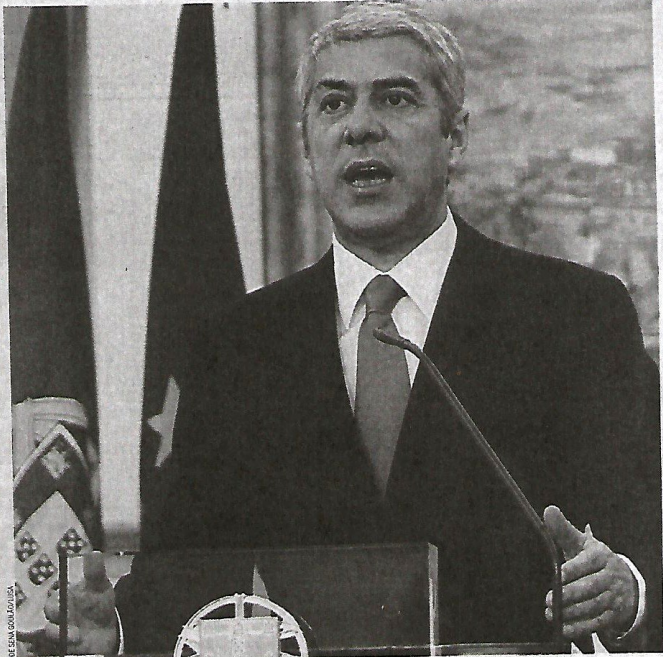
Passos Coelho apoia pedido de ajuda do Governo

Pedro Passos Coelho reagiu ontem de imediato à declaração do primeiro-ministro e revelou que soube do pedido de ajuda à Comissão Europeia pela comunicação social. Mas o líder do PSD já garantiu ao Presidente da República que apoia a iniciativa do Governo, bem como as medidas que forem necessárias tomar para garantir uma ajuda financeira no curto prazo.

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que a hora não é para discutir culpas ou responsabilizações e garantiu que um Governo liderado pelo PSD terá de negociar uma ajuda externa de médio e longo prazo. ■ A.R.F.



Pedro Passos Coelho afirmou que este pedido de ajuda não deve ser encarado pelos portugueses como um fim da linha ou desespero, mas sim o início de um caminho que possa, a médio prazo, resolver os problemas financeiros do País.



“PS, PSD e CDS degradam País”

O líder da bancada parlamentar do PCP, Bernardino Soares, acusou ontem PS, PSD e CDS-PP “de estarem a degradar o País ano após ano” e lamentou que José Sócrates não tenha explicado aos portugueses “que medidas aceitou como contrapartida” a este pedido de ajuda. ■



Louçã defende medidas de rigor

Francisco Louçã, líder do Bloco de Esquerda, criticou ontem o Governo por ter permitido que o País chegasse a um ponto em que tenha de recorrer à ajuda externa. Louçã frisou que são necessárias “medidas mais profundas e rigorosas” para recuperar da crise. ■

Francisco Louçã criticou o Governo por ter permitido de pedir ajuda externa

(07.04.2011)

Campos e Cunha
Economista

“Era muito claro, nos últimos meses, que era inevitável uma ajuda externa [financeira]”



João Duque
Economista

“Agora temos pouca margem para negociar. E aceitar o que tem a dizer: mais um corte no salário”



Jorge Lacão
Governante

“O Governo agirá patrioticamente como sempre em defesa do interesse nacional”



Carlos César
Líder do PS-Açores

“Se o Governo entendeu que, face às circunstâncias, é necessária a ajuda externa, fez muito bem”



a pedir ajuda

à economia nacional

O QUE HOJE É VERDADE.

“Não admito recorrer ao FMI.
03/11/2010

“Entre vir ou não vir o FMI, há um país que perderia prestígio.
08/03/2011

“Eu não estou disponível, da minha parte, para governar com o FMI.
19/03/2011

“Portugal não precisa de ajuda externa e não vai pedi-la. As perguntas sobre o financiamento de Portugal são ofensivas.
25/03/2011

“Entre nós e o FMI, há dez milhões de portugueses. Ajuda externa é um último recurso.
04/04/2011

“O governo decidiu dirigir à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira.
06/04/2011

“Informei desta decisão o sr. Presidente da República a quem solicitei que realizasse as diligências que entendesse necessárias.
06/04/2011
José Sócrates

No mesmo dia em que negou a existência de negociações para pedir ajuda externa financeira, o primeiro-ministro, José Sócrates, confirmou ontem o pedido horas antes da Assembleia da República terminar os seus trabalhos, antes da sua dissolução. A partir de hoje funcionará a comissão Permanente do Parlamento. A próxima reunião é no dia 20 de Abril, às 15h00



“Fico melhor assim?”

■ Falsa partida. José Sócrates foi apanhado pela RTP e a TVI a preparar a comunicação ao País. Pouco depois das 20h00, transmitiram em directo algumas trocas de palavras entre o primeiro-ministro e os assessores, acreditando que se iria iniciar a declaração, que só teve lugar cerca de 40 minutos depois. O sinal para as televisões era disponibilizado pelo canal público.

1 Com Júlio de Sousa na régie, José Carlos Castro anunciava na TVI dois minutos depois do início do “Jornal Nacional”: “Vamos em directo para S. Bento, vai falar o primeiro-ministro, José Sócrates.” Ouviu-se então Sócrates, provavelmente para o assessor de imprensa, Luís Bernardo: “Há, ó Luís, vê lá na... como é que fico a olhar

prós.” Referia-se aos telefontes.

2 A emissão em directo prosseguia na TVI. Sócrates, de gravata azul, mas ainda sem casaco, acrescentava: “Assim fica melhor ou fica melhor assim?” Não se ouviu a resposta. Os responsáveis das televisões acreditaram que o primeiro-ministro estava pronto para fazer a comunicação.

3 Já no telejornal da RTP, o pivô Carlos Daniel passava a emissão para S. Bento. Sócrates treinava-se: “Fico melhor a olhar para aí?”

4 No canal público, um assessor pergunta ao primeiro-ministro sobre os telefontes, se prefere um ou dois. Responde Sócrates: “Pá, pode só ser um também.” Na TVI, José Carlos Castro garantia que “não foi de propósito”. ■PPM.

Durão Barroso promete rapidez

● Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, garantiu ontem que o pedido de activação dos mecanismos de auxílio financeiro será tratado “da forma mais expedita possível, de acordo com as regras pertinentes”.

Numa nota distribuída em Bruxelas, o antigo primeiro-ministro português reiterou “a sua confiança na capacidade de Portugal superar as dificuldades actuais”.

O presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, remeteu uma reacção para sexta-feira. ■



Durão Barroso garantiu que o pedido será tratado com rapidez

NOTA EDITORIAL

Resgate para o País mudar de vida

A s peripécias da comunicação de Sócrates ao País são uma metáfora deste lamentável processo que acabou com o resgate externo. O primeiro-ministro anunciou demasiado tarde uma medida que deveria ter sido tomada, sem dramas, há várias semanas.

Portugal já pagou com muitos milhões de euros em juros e em mánotá da República, dos bancos e das grandes empresas, esse atraso. A realidade impôs-se à teimosia do primeiro-ministro, que tinha feito da resistência à intervenção externa o seu mote favorito no debate político.

O primeiro governante a atirar a toalha ao chão foi o ministro das Finanças, que em declaração escrita ao “Negócios” reconhecia – após o fracasso de uma emissão de dívida pública de que se pagaram juros pornográficos e sem interesse para os investidores externos – que o pedido de ajuda era inevitável. O desinteresse dos investidores institucionais seguiu-se ao grito de alerta dos maiores banqueiros nacionais, sem dinheiro e com a torneira do crédito do BCE ameaçada por causa da degradação do “rating”. As declarações de Santos Ferreira de Ricardo Espírito Santo Salgado, o maior banqueiro nacional, aceleraram um processo que Sócrates queria adiar para 5 de Junho.

As declarações públicas dos maiores banqueiros aceleraram um processo que Sócrates queria adiar para 5 de Junho

Depois do descrédito externo a que Portugal chegou, o resgate é um mal menor. Não é um processo indolor. Vai custar muitos sacrifícios. Infelizmente, Portugal já é um cliente habitual de operações de salvamento externo. É a terceira desde 1977, mas esta será a mais difícil que as anteriores porque o País perdeu o poder sobre a sua política monetária e cambial.

Como escudo, a primeira medida seria a desvalorização da moeda, que é uma forma indirecta de cortar rendimento às famílias mas que tornava a economia mais competitiva, porque baixava o preço das exportações e tornava mais caras as importações. Como compensarmos o euro, as medidas substitutas vão ser mais difíceis, mas nos temedios estarão os habituais cortes no rendimento e o aumento de impostos. A vantagem da intervenção é que os parceiros europeus, com a assistência do FMI, vão vigiar as medidas necessárias. Portugal tem mesmo de mudar de vida, com contas verdadeiras, sem truques, com um Estado mais bem gerido e uma economia que tenha por motor o sector produtivo.

(07.04.2011)

CRISE ECONÓMICA

João Salgueiro
Ex-presidente da APB

“A ajuda devia ter sido pedida há dois ou três meses, quando tínhamos condições para negociar”

Paulo Azevedo
Presidente Grupo Sane

“Não devemos dramatizar [pedido de ajuda externa]. Se a ajuda for ajuda, é sempre bem-vinda”

Duarte Pacheco
Deputado do PSD

“Ficou à vista de todos a situação caótica a que os senhores [PS] conduziram Portugal”

RESGATE ■ O QUE MUDA NA VIDA DOS PORTUGUESES



Corte nos salários e mais impostos

■ Economista explica que o pedido de ajuda, que deve culminar com a entrada do FMI em Portugal, obrigará a mais “sacrifícios”

● PEDRO H. GONÇALVES

Vai ser muito duro.” É deste modo que João Cantiga Esteves, professor de Finanças do ISEG, avalia o pedido de ajuda externa, que obrigará de forma austera a colocar as contas públicas em ordem e ainda a assegurar o financiamento do País.

A entrada do Fundo Monetário Internacional (FMI), que é entendido como a etapa final do pedido de ajuda à Comissão Europeia ontem feito por José Sócrates e pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, obrigará “todos os portugueses a sacrifícios”, explica o economista. “Vamos ter de cortar em todas as frentes”, incluindo “alocura” das parcerias público-privadas, investimentos públicos avultados, como o TGV ou novo aeroporto, e na Fun-

ção Pública. “Devia ficar para o fim, mas também vamos ter de fazer cortes quer nos salários na Administração Pública quer nas prestações sociais”. O aumento de impostos também é dado como certo, tendo como exemplo o que aconteceu na Grécia e na Irlanda, onde o FMI entrou. Nesses dois países foram ainda eliminados os subsídios de férias e Natal e reduzido o salário mínimo.

Para o especialista, “não há dinheiro, e o que vier é para emergências”, salientando que “a terapia vai obrigar a mudanças” e que é expectável “um aumento do desemprego”. Já o cenário de austeridade que será exigido para receber ajuda externa “vai demorar uns bons anos, mais do que uma legislatura de quatro anos”, em que “cortar, cortar, cortar vai ser a palavra de ordem. Não há volta a dar.” ■

“Austeridade vai demorar uns bons anos”

Cantiga Esteves

SAIBA MAIS

DOIS EMPRÉSTIMOS
Portugal negociou dois empréstimos com o FMI, em 1978 e 1983, ambos com Mário Soares como primeiro-ministro.

30%
foi inflação provocada pela intervenção FMI em 1983, além da subida de impostos, queda nas despesas públicas, desemprego, salários em atraso e descida do consumo privado.

CONSELHO NÃO OUVIDO
Em Junho de 2010, a economista Teresa Ter-Minassian, líder da intervenção de 83, disse ao *Journal de Negócios*: “É melhor não esperar pelo último minuto: aí o país terá um ajustamento muito duro e difícil.”

CP e RTP estão no nível lixo

● A agência de notação financeira Moody's cortou ontem o rating da RTP e da CP para o nível considerado lixo. O corte reflecte a decisão tomada em relação à notação da República Portuguesa. Além da RTP e da CP, também a Refer e a Parapública viram as suas classificações serem classificadas para o nível de lixo, significando que o investimento nestas empresas é de alto risco. ■



Para a Moody's, o investimento na RTP e na CP é de alto risco

1) AS FRASES

“Com taxas de juro que se aproximem dos 7% entramos num terreno onde essa alternativa [FMI] começa a colocar-se.”

09/10/2010
Ao *“Expresso”*, o ministro das Finanças fixou uma taxa de juro para a intervenção do FMI

“Não há nestas medidas qualquer imposição [do FMI] ou condicionalismo externo. Temos de fazer bem o trabalho de casa.”

15/12/2010
Teixeira dos Santos negou influência do FMI nas 50 medidas aprovadas pelo Executivo

“Portugal está em condições de ir ao mercado, tem procura. Perante isto, não há necessidade de ajuda externa.”

12/01/2011
O ministro elogiou “o sucesso” a emissão de dívida pública no início deste ano

“Um pedido de ajuda obriga a compromissos. (...) Este Governo não tem legitimidade para pedir ajuda [financeira] externa.”

31/03/2011
Teixeira dos Santos disse em entrevista à TVI que o Executivo não podia pedir apoio

“O País foi irresponsavelmente empurrado para uma situação muito difícil. Entendo que é necessário recorrer [ao apoio externo].”

06/04/2011
O ministro das Finanças admitiu, por fim, a necessidade de pedir ajuda à UE e ao FMI

(07.04.2011)

6

ACTUAL

Quinta-feira, 7 de Abril de 2011. Diário de Notícias

Crise política e financeira

Portugueses culpam socialistas pelo pedido de ajuda externa

Sondagem. Metade dos portugueses aceita a intervenção imediata da UE e FMI. Grande parte, porém, diz que a maior fatia da culpa pela situação actual é do PS. São 43%. O PSD só é responsável por 15%

DAVID DINIS e PAULA SÁ

O pedido de ajuda imediato ao FMI e União Europeia deixa os portugueses partidos ao meio, mas não a atribuição de culpas: esta é mesmo, na maioria, concedida a José Sócrates, líder dos socialistas e do Governo.

Os inquiridos do barómetro da Universidade Católica para DN, JN, RTP e Antena 1 dividiram-se sobre se Portugal deveria, neste momento, pedir intervenção externa: 39% acreditam que é "a melhor solução", 39% que "é melhor não pedir intervenção do fundo". A decisão de ontem do Governo, assim, agrada a metade do eleitorado — tendo este sido consultado pela Católica apenas três dias antes dessa decisão e antes também de a banca ter vindo a público defender a urgência de uma intervenção externa.

Mais decidido é o resultado do inquérito acerca de quem é o responsável pelo dito pedido de ajuda: 43% dizem que é o PS (quatro pontos mais do que os que, como José Sócrates até ontem, recusavam pedir já esse apoio). Muito abaixo, o PSD é o maior responsável para 15% dos inquiridos e o Presidente da República para 9% — tantos como os que culpam "os portugueses em geral". Há ainda quem diga que a responsabilidade maior é da "crise internacional" (7%) e dos "parceiros internacionais" como a Alemanha e França (4%), do CDS (2%), da CDU (0,4%) ou do Bloco de Esquerda (0,2%). Por fim, 9% culpam outras entidades.

Optimismo a prazo

Já sobre os efeitos dessa intervenção na vida dos portugueses, os dados indicam algum pessimismo a curto prazo, mas dizem que os portugueses esperam bons efeitos de uma intervenção externa a médio e longo prazo. Quando se pergunta sobre o efeito daqui a um ano, a maioria das respostas (46%) admite que será "pior" e 6% "muito pior". Mas há 31% a admitir que a vida dos portugueses esteja na mesma (ou seja, que a austeridade não será muito maior do que a

já existente) e 14% melhor.

O que é notório é que o optimismo sobre no que respeita aos efeitos de médio prazo. Quando questionados sobre se a vida dos portugueses melhorará, com a intervenção UE/FMI, daqui a cinco anos, 44% dizem acreditar que a situação ficará melhor que hoje, 2% muito melhor, 24% na mesma e apenas 19% pior. Contas feitas, os optimistas já são, nesse prazo, bastante mais do que os pessimistas.

Daqui a dez anos, em consequência, anota-se mais optimismo ainda: 8% dos inquiridos dizem

crer numa vida muito melhor, 46% melhor, 21% na mesma, reduzindo-se a apenas 12% os que acreditam que a vida piorará.

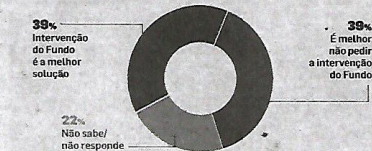
Dito isto, há muitos que, ao longo do questionário, optaram por não responder às perguntas do centro de estudos da Católica, desde logo à pergunta sobre se o pedido devia ser feito já ou não, 22%.

Outros 20% decidiram, também, não atribuir responsabilidades a ninguém em particular pelo pedido de intervenção ao Fundo Europeu de Estabilidade e Fundo Monetário Internacional.

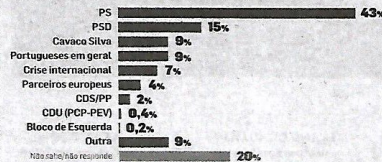
Portugueses esperam viver melhor a médio e longo prazo

Pedido de intervenção do FMI

Tem sido referida por muitas pessoas a possibilidade de Portugal pedir a intervenção do FMI ou do Fundo Europeu de Estabilidade. Que solução pensa que será melhor para o País neste momento?



Se Portugal recorrer ao FMI ou ao Fundo Europeu de Estabilidade, a quem devem ser atribuídas maiores responsabilidades?



Imagine que Portugal pede a intervenção do Fundo agora. Como estará a vida dos portugueses daqui a...?

	1 ano	5 anos	10 anos
Muito melhor	0,3%	2%	8%
Melhor	14%	44%	46%
Na mesma	31%	24%	21%
Pior	46%	19%	12%
Muito pior	6%	8%	5%
Não sabe/não	2%	5%	7%

P&R

> Vem aí o FMI?

A ajuda a conceder a Portugal, que deverá ser semelhante à da Grécia e da Irlanda, tem uma participação do Fundo Monetário Internacional, embora diferente da que teve em 1977 e 1983. Então houve programas acordados só entre Portugal e FMI, para que o País obtivesse dessa instituição um financiamento para resolver a sua situação. Portugal só entraria na CEE a 1 de Janeiro de 1986.

> Que tipo de participação terá então agora o FMI?

A ajuda a que Portugal vai recorrer chama-se Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEF), um veículo de direito privado constituído em Maio de 2010, a seguir à crise grega, com sede no Luxemburgo e com prazo de validade até 2013. É dotado de 750 mil milhões de euros, 440 mil milhões dos quais vêm dos países do Euro, consoante a sua participação no Banco Central Europeu, 60 mil milhões da Comissão e 250 mil milhões das linhas de crédito do FMI. A participação do FMI nesta ajuda resume-se, assim, a 25%.

> Quando surgiu o FMI?

É uma organização intergovernamental criada no contexto da II Guerra Mundial, para assegurar a estabilidade do sistema financeiro mundial. Tem sede em Washington e integra 187 Estados. Portugal é membro desde 29 de Março de 1961.

> Quem é o rosto do FMI?

Dominique Strauss-Khan é o director-geral do FMI. Político socialista francês, é pressentido como candidato às próximas presidenciais de França, em 2012.

> Qual poderá então ser o valor da ajuda de Portugal, a ser concedida através desse FEF?

Jean-Claude Juncker, presidente do Eurogrupo, já falou em 75 mil milhões. Portugal é 75 mil milhões é o valor do pacote negociado pela Grécia, 85 mil milhões é o quanto foi acordado pela Irlanda.

> Porque é a ajuda importante?

Quando um país já não consegue suportar as taxas de juro que lhe são cobradas para conseguir dinheiro lá fora, este fundo permite aceder a taxas mais baixas. Em troca, os países têm de se comprometer com fortes planos de austeridade.

> Quando estará disponível?

O presidente da Comissão, Durão Barroso, garantiu que será o mais rápido possível. PATRÍCIA VIEGAS

Intenção de votos nas legislativas

ESTIMATIVA DE RESULTADOS ELEITORAIS



Ficha técnica

Esta sondagem foi realizada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP) para a Antena 1, a RTP, o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias nos dias 7 e 8 deste mês. O universo alvo é composto pelas pessoas com 18 ou mais anos, residentes eleitoralmente e residentes em Portugal Continental. Foram seleccionadas aleatoriamente dezasseis freguesias do País, tendo em conta a distribuição da população reconhecida eleitoralmente por região (NUT II) e por freguesias com mais e menos de 3000 reconhecidos. A selecção aleatória das freguesias foi sistematicamente repetida até os resultados eleitorais das eleições legislativas de 2009 e presidenciais de 2011 nesse conjunto de freguesias, ponderando o número de inquiridos a realizar em cada uma, estivessem a menos de 1% dos resultados nacionais dos cinco maiores partidos ou candidatos. Os domicílios em cada freguesia foram seleccionados por caminho aleatório e foi inquirido em cada domicílio o mais recente anfitrião residente reconhecido eleitoralmente na freguesia. Foram obtidos 1288 inquiridos válidos, sendo que 38,5% dos inquiridos eram do sexo feminino, 35% da região norte, 22% do centro, 30% de Lisboa e Vale do Tejo, 5% do Alentejo e 7% do Algarve. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição da população com 18 ou mais anos residentes no Continente por sexo, escalão etário, grau de instrução, na base de dados do INE, e por região e habitat na base dos dados do recenseamento eleitoral. A taxa de resposta foi de 51,7%. A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória de 1288 inquiridos é de 2,7%, com um nível de confiança de 95%.

(07.04.2011)

Quinta-feira, 7 de Abril de 2011. Diário de Notícias

ACTUAL

7



Antes do pedido: PS subia e PSD precisava do CDS

LEGISLATIVAS Barómetro mostra que, sozinho, o PSD fica longe da maioria absoluta. E o PS, a seis pontos, ganha terreno apesar da crise

O trabalho de campo foi feito antes do pedido de ajuda, mas depois do chumbo do PEC e do discurso de Cavaco aceitando a demissão de Sócrates. Aí, já em plena turbulência financeira, o barómetro da Universidade Católica para o DN, JN e Antena 1 deixava o PSD a longa distância da maioria absoluta. O partido de Passos Coelho só chegava aos 39% nas intenções de voto. E mesmo coligado com o CDS, que obtinha 7%, os dois partidos só ficavam no limiar dessa possibilidade. E o PS subia aos 33%.

Os ingredientes políticos pré-pressão da banca, que foram a última gota de água para o pedido de ajuda externa, pareciam dar um novo fôlego ao PS.

Nesta sondagem, feita entre 2 e 3 deste mês, os socialistas obtêm um resultado que representa uma subida de sete pontos percentuais relativamente ao último barómetro de Outubro e o estreita a distância entre o partido de José Sócrates e o de Pedro Passos Coelho. Os portugueses inquiridos, dois dias antes da entrevista do primei-

ro-ministro à RTP, repartem ainda os seus votos pelos partidos mais à esquerda. A CDU mantém-se nos 8%, tal como acontecia no último barómetro da Católica, e o Bloco de Esquerda nos 6%.

No caso do BE, o Centro de Sondagens da Universidade assinala uma queda de seis pontos percentuais nas intenções de voto comparativamente a Outubro.

O que indicia uma deslocação de votos desta força política para o Partido Socialista. Denota ainda que o eleitorado não viu com bom grado a moção de censura apresentada pelo partido liderado por Francisco Louçã contra o Executivo, em Março, e que foi chumbada no Parlamento. Isto depois de ter sido anunciada um mês antes da sua discussão em S. Bento. Moção que foi considerada pelos partidos à direita, que acabaram por se abster na votação no Parlamento, como um mero instrumento de estratégia do Bloco para se antecipar ao PCP na guerra política ao Governo.

Mas voltando ao barómetro da Católica, subsistem ainda 1% de inquiridos que mostram vontade de depositar o seu voto noutras forças políticas e 6% que dizem ir votar em branco ou anulando o boletim.

No que toca à intenção directa de voto, os indecisos chegam aos 32%, a que se soma 9% de inquiridos que se recusaram a responder e 5% que disseram votar branco ou nulo.

Sem a distribuição de intenções de voto (que foi calculada a partir da percentagem de intenções directas de voto de cada partido em relação ao total de votos válidos e redistribuindo indecisos com base numa segunda pergunta sobre intenções de voto), 16% dos inquiridos apontaram o PSD como o partido escolhido nas legislativas antecipadas de 5 de Junho, 13% o PS, 3% a CDU, 3% o CDS e os mesmos 3% o BE, com 1% a dizer que votará "noutros" partidos.

Metade dos inquiridos (50%), num universo de 1288, dizem claramente que vão votar, 22% que o tencionam fazer, 13% estão ainda na dúvida e 15% não tencionam deslocar-se às urnas. A Católica lembra que com a aproximação das eleições, diminui a percentagem de pessoas que não tencionam votar. D.D. e P.S.

CRONOLOGIA

9 DE MARÇO

• **O Presidente** da República toma posse para um segundo mandato e afirma que "há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos".

11 DE MARÇO

• **O Governo** apresenta um novo pacote de medidas de austeridade para este ano, 2012 e 2013, o PEC IV. Entre as medidas estão congelamentos e cortes nas pensões e a revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, em sede de IRS e IRC.

12 DE MARÇO

• **O presidente** do PSD, Pedro Passos Coelho, anuncia que as novas medidas do PEC IV não contrariam com o seu voto.

14 DE MARÇO

• **O primeiro-ministro** anuncia que o Governo apresentará uma resolução sobre o PEC, advertindo que a oposição é "livre" para provocar uma crise política. Sócrates diz também que está disponível para negociar as novas medidas.

16 DE MARÇO

• **O ministro das Finanças**, Teixeira dos Santos, diz que a inviabilização das medidas de austeridade anunciadas é "empurrar o País para a ajuda externa".

23 DE MARÇO

• **O Parlamento** aprova cinco resoluções de rejeição do PEC IV do PSD, CDS, PCP, BE e Os Verdes. Cavaco Silva anuncia que José Sócrates pediu a demissão.

25 DE MARÇO

• **José Sócrates** assegura em Bruxelas que Portugal não precisa de ajuda externa.

31 DE MARÇO

• **Cavaco Silva** marca eleições legislativas antecipadas para 5 de Junho, depois de ouvir o Conselho de Estado.

4 DE ABRIL

• **O primeiro-ministro** afirma que fará "tudo" para evitar um pedido de ajuda externa.

5 DE ABRIL

• **A agência** de notação financeira Moody's, a exemplo das congéneres, baixa de novo a classificação do crédito da República.

6 DE ABRIL

• **O presidente** da Associação Portuguesa de Bancos (APB) considera "urgente" que Portugal peça ajuda externa financeira à Europa, já que os bancos nacionais não têm mais dinheiro para emprestar.

(07.04.2011)

2 • Público • Quinta-feira 7 Abril 2011

Destaque

Crise Primeiro-ministro não deu indicações sobre o tipo de ajuda

Pressão da banca e das agências de *rating* levam Governo a pedir ajuda

Depois de meses a dizer que Portugal não precisava de ajuda financeira, José Sócrates concluiu ontem que havia uma "ameaça real" ao financiamento do Estado

Bárbara Reis e Nuno Simas

● A banca e o agravamento da pressão das agências de *rating* sobre Portugal foram os fatores que levaram o primeiro-ministro, José Sócrates, a decidir ontem avançar para um pedido de ajuda financeira à União Europeia — um gesto que sempre quis evitar.

O anúncio que Sócrates fez ontem à noite ao país abre um novo ciclo no qual o Presidente da República desempenhará um papel de mediador entre o Governo e o principal partido da oposição, o PSD, e no qual as negociações com Bruxelas decorrerão num quadro totalmente novo à escala da União Europeia.

O primeiro-ministro teve nos últimos dias várias conversas privadas com banqueiros. A "aflição da banca" foi a gota de água que fez Sócrates decidir, ontem, avançar para um pedido de ajuda externa (ver pág. 4).

Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, confirmou logo a seguir às declarações de Sócrates que a Comissão recebeu o pedido. "O Presidente garantiu que o pedido será tratado da forma mais expedita possível, de acordo com as regras pertinentes" e "reitera a sua confiança na capacidade de Portugal superar as dificuldades actuais, com a solidariedade dos seus parceiros", disse a Comissão em comunicado.

Ontem, o primeiro-ministro não deu qualquer indicação sobre a modalidade de ajuda que defende ou quais os prazos da sua concretização — ou seja, como é que a ajuda se encaixa na situação política de Portugal. O valor estimado pela Comissão para uma ajuda a Portugal no âmbito do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEER) é de 75 mil milhões de euros, mas hoje poderá ser mais elevado. Pedro Passos Coelho, que falou pouco depois do primeiro-ministro, deixou no ar uma pista ao referir que é "indispensável" que o actual executivo de gestão "possa negociar um quadro mínimo de ajuda".

Fontes que acompanham as negociações, sublinham que, sem se saber o que vai ser pedido, é impossível prever as exigências que a União Europeia fará, mas é absolutamente consensual que Portugal não receberá um único euro sem um compromisso que garanta um programa de consolidação orçamental e reformas estruturais que o governo de Ber-

lim e o BCE considerem suficientes.

Vários países europeus, mas em particular o Reino Unido, deixaram claro nos últimos dias que não aceitarão novamente a solução encontrada em Maio para a Grécia, ou seja, o uso do artigo 122 do Tratado de Lisboa, que prevê ajuda a Estados-membros em caso de "calamidade ou ocorrências excepcionais que não possa controlar". Um alto funcionário do governo resume assim o espírito que domina em Bruxelas: "122 à la grega não passará".

Certo também é que o tempo urge. "Se se verificar um alívio nos mercados, será de dias, não mais. Teremos, talvez, duas semanas de alguma calma para negociar com Bruxelas", disse uma fonte diplomática.

A crise política portuguesa, caso único na negociação de uma ajuda europeia, torna mais difícil a aplicação das regras do FEER.

"Bruxelas terá de negociar com três negociadores e não apenas um", diz outra fonte governamental: o go-



verno, o Presidente e os partidos da oposição que possam vir a ganhar as eleições. Mas agora, segundo São Bento, deve ser o Presidente a tomar a iniciativa.

Cavaco Silva entrou, pois, directamente no dossier da ajuda externa e está a ser o mediador entre o Governo e o PSD.

No seu anúncio de ontem Sócrates delegou no Presidente alguns poderes. "Informei desta decisão o senhor Presidente da República a quem solicitei que realizasse as diligências que entendesse necessárias junto dos restantes partidos políticos", afirmou o primeiro-ministro, na televisão, à hora dos telejornais. "Este é o momento para todos assumirmos as nossas responsabilidades", avisou.

Logo depois, também em directo para as televisões, Passos anunciou o seu apoio ao pedido, apesar de o considerar "tardio". O PÚBLICO sabe que o Presidente e o Governo foram informados "formalmente" pelo PSD há uma semana sobre a disposição de apoiar um pedido de ajuda, antes

de Passos o ter dito publicamente.

Numa altura em que as relações entre o PSD e o Governo estão extremadas, Cavaco passa a ter um papel preponderante. Na véspera do pedido de ajuda, Cavaco e Sócrates anteciparam a audiência semanal em Belém na qual, segundo fontes do PÚBLICO, a questão do empréstimo terá sido analisada. Tanto a Presidência como o gabinete de Sócrates nada dizem sobre o assunto.

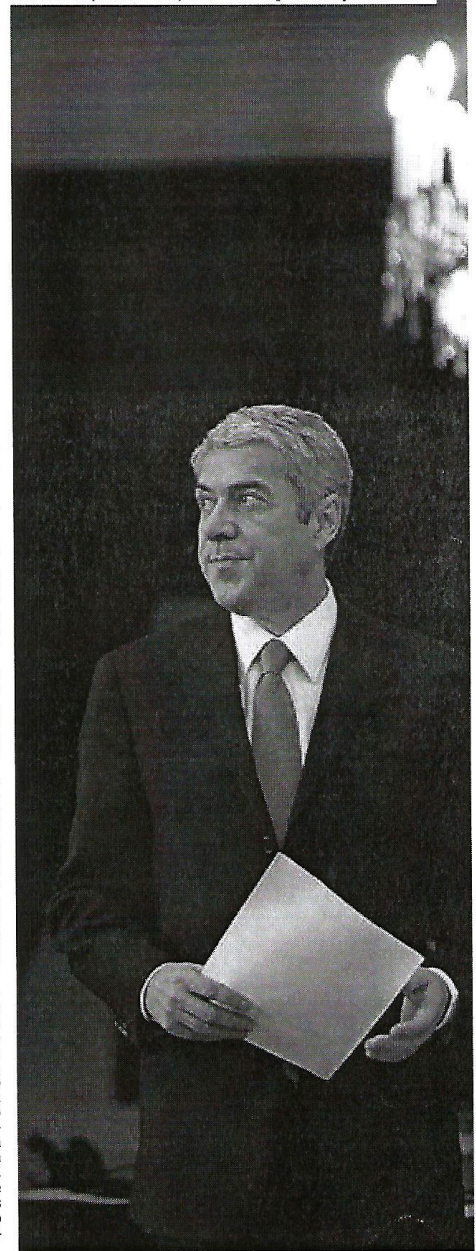
A verdade é que, desde a véspera, havia brechas na estratégia do Governo. Francisco Assis, líder parlamentar, foi o primeiro e ontem Jorge Lacão, ministro dos Assuntos Parlamentares, abriu o jogo. "Se tiver de agir, em matéria de financiamento externo, o Governo, que tanto tem procurado poupar o país, agirá patrioticamente, como sempre, em defesa do interesse nacional", disse num debate no Parlamento.

Pouco depois, surgiram as declarações ao Jornal de Negócios do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, a admitir a necessidade do recurso à ajuda europeia. A seguir, tudo se precipitou e Sócrates fez o anúncio em São Bento.

A crise política diminuiu "a capacidade do Governo de responder às dificuldades". "Não tomar essa decisão acarretaria riscos que o país não deve correr", disse Sócrates. A dificuldade de Portugal em aceder "em condições de normalidade" ao financiamento dos mercados de crédito internacionais desde o clímax do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC IV) tornou-se "uma ameaça real" ao financiamento do Estado, do sistema bancário e da economia nacional, admitiu.

"Tentei tudo", disse o primeiro-ministro, lembrando que sempre encarou o pedido à UE "como uma solução de último recurso". Logo depois, Passos garantiu o apoio do PSD. Mas não só. "O PSD tudo fará para, não apenas apoiar no plano externo este pedido, mas também facilitar a negociação que necessariamente o Governo deve conduzir". E defendeu que o importante agora não é a "discussão da responsabilização e da culpa", mas "tranquilizar Portugal". Disponível para apoiar o "quadro de ajuda mínimo", os sociais-democratas consideram, porém, que só o Governo saído das eleições de 5 de Junho poderá negociar o quadro completo.

José Sócrates, ontem à noite, ao comunicar o pedido de ajuda externa



(07.04.2011)

Público • Quinta-feira 7 Abril 2011 • 3



Ao longo do dia

Francisco Assis
Líder parlamentar do PS

"Uma situação de emergência exigirá soluções de emergência. A situação é de emergência sob vários pontos de vista, porque o quadro político é aquele em que vivemos, com um governo de gestão, não podemos ignorar essa situação a dois meses da realização de eleições."

Jorge Lacão
Ministro dos Assuntos Parlamentares

"Se tiver de agir, em matéria de financiamento externo, o Governo, que tanto tem procurado poupar o país, agirá patrioticamente, como sempre, em defesa do interesse nacional."

Teixeira dos Santos
Ministro das Finanças

"Perante esta difícil situação, que podia ter sido evitada, entendo que é necessário recorrer aos mecanismos de financiamento disponíveis no quadro europeu em termos adequados à actual situação política."

José Sócrates
Primeiro-ministro

"Em consciência, julgo que chegámos ao momento em que não tomar esta decisão acarretaria riscos que o país não deve correr."

"Quero garantir a todos que me empenharei, com toda a minha determinação, para que a negociação deste pedido de ajuda tenha os menores custos possíveis para Portugal e para os portugueses. Este é um tempo de exigência e de responsabilidade."

Pedro Passos Coelho
Presidente do PSD

"Até que possa ser eleito em Portugal um governo com força e com credibilidade suficiente para negociar um quadro de ajuda mais completo de médio e longo prazo, é indispensável que o Governo em funções possa negociar um quadro mínimo de ajuda que não deixará de contar com o apoio do PSD."

Mecanismos de socorro da zona euro

Pedido de ajuda tornou-se inevitável depois do fracasso de soluções alternativas

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

● O pedido de ajuda de Portugal aos mecanismos de socorro da zona euro tornou-se ontem inevitável, depois de todas as outras possibilidades exploradas nos últimos dias em Lisboa se terem revelado impossíveis de concretizar.

Teixeira dos Santos preparava-se, aliás, para enfrentar um pedido de explicações "musculado" dos seus pares durante a reunião informal dos ministros das Finanças da zona euro que decorre amanhã em Budapeste. Vários países começaram nos últimos dias a dar sinais de nervosismo e mesmo irritação face à degradação constante da situação portuguesa no plano político e sobretudo financeiro. Os membros do euro preparavam-se assim para exigir de Teixeira dos Santos uma explicação detalhada sobre as intenções do Governo para as próximas semanas e, sobretudo, "saber como é que Portugal conta assegurar o seu financiamento até junho" e a formação de um novo governo, avisara um diplomata europeu, garantindo que "a resposta das autoridades portuguesas será passada a um pente muito fino".

A formalização do pedido de ajuda permitirá agora à zona euro, pelo contrário, dar início aos procedimentos para a activação da Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF), em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (ver texto nestas páginas).

A reviravolta do Governo resultou em grande parte da constatação de que não conseguiria, como chegou a esperar, contornar até às eleições



Durão Barroso em Bruxelas

um pedido formal de ajuda através da obtenção de um "empréstimo intercalar" sem condições associadas para cobrir as necessidades de financiamento mais imediatas. A ideia era ganhar tempo até à formação de um novo governo que ficaria encarregue de negociar o programa de ajustamento que acompanha obrigatoriamente a activação da assistência europeia.

"Intercalar" posto de parte

Um dos cenários estudados em Lisboa teve a ver com a possibilidade de concessão de créditos bilaterais por parte de um ou mais parceiros europeus. Antes do anúncio do ministro das Finanças de que Portugal iria mesmo pedir ajuda, no entanto, já era claro que esta possibilidade não tinha pernas para andar. Uma solução desse tipo "seria surpreendente, quando a zona euro dispõe de mecanismos expressamente criados" para ajudar os países em dificuldades e "seria um sinal muito mau para a coesão comunitária", afirmou outro diplomata.

A Espanha, considerada um dos poucos países que poderia ter alguma margem financeira e política para socorrer Portugal, tinha logo de manhã afastado essa possibilidade. "Temos um instrumento de ajuda financeira para o conjunto dos países da zona euro [e], a haver algum pedido, teria de ser feito nesse âmbito", esclareceu Elena Salgado, ministra espanhola das Finanças.

A Alemanha assumira pouco antes a mesma posição. "Não serve de nada perguntar que soluções alternativas existem, porque concebemos o FEEF precisamente para este tipo de casos", afirmou um porta-voz do Ministério das Finanças.

As posições dos dois países constituíam, por outro lado, mais uma confirmação do que a Comissão Europeia já vinha dizendo desde o princípio da semana aos primeiros sinais de que o Governo procurava obter um "empréstimo intercalar" da zona euro para cobrir o curto prazo. Bruxelas garantiu desde logo que empréstimos intercalares ou empréstimos sem contrapartidas são cenários que não existem à luz das regras europeias.

Outra possibilidade estudada em Lisboa prendeu-se com um eventual recurso de Portugal aos créditos de curto prazo do FMI, que podem ser concedidos em condições excepcionais sem a obrigação de programas de ajustamento. Em Bruxelas, porém, os conhecedores das regras do FMI garantiam que Portugal nunca poderia ser elegível para estas facilidades. Ontem, ao princípio da tarde, já era claro que não restava a Portugal outra alternativa senão seguir o caminho normal e pedir a activação dos mecanismos de assistência europeus.

Processo discutido amanhã em Budapeste

Apoio demorará três semanas a um mês

● Com a formalização do pedido de ajuda de Portugal, os ministros das Finanças da zona euro poderão começar já amanhã, durante uma reunião informal em Budapeste, a dar os primeiros passos para a activar os procedimentos adequados. Em termos formais, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) terão de avaliar se o pedido se enquadra nas regras europeias. Terão de demonstrar que a ajuda europeia constitui a última instância, e que, se não for concedida, a estabilidade do euro ficará em risco.

A partir daí, uma missão conjunta entre a Comissão, BCE e FMI - baptizada "troika" - terá de se deslocar a Lisboa para negociar os termos do programa de ajustamento que acompanha obrigatoriamente a activação

da ajuda europeia. Até há poucas semanas, o último Programa de Estabilidade do Governo (PEC IV), que foi negociado com a Comissão e o BCE, era encarado como o programa de ajustamento, com boas probabilidades de dispensar condições adicionais. Com a deterioração da situação portuguesa desde então, não está excluído que o programa tenha de ser endurecido.

Se tudo correr bem, a "troika" concluirá o seu trabalho ao fim de uma semana com a elaboração de um "memorando de entendimento" com o



Uma missão conjunta entre a Comissão, BCE e FMI - baptizada "troika" - terá de se deslocar a Lisboa para negociar

Governo, que terá de ser aprovado pela Assembleia da República. Depois, caberá aos ministros das Finanças da zona euro aprovar por unanimidade o pacote de ajuda, fixar o montante - entre 60 e 80 mil milhões de euros é a ordem de grandeza citada - e as taxas de juro a que os empréstimos serão concedidos a Portugal. Depois desta decisão, serão necessários entre dez e 15 dias para a concretização das primeiras transferências.

No caso da Grécia (que beneficia de um tipo de ajuda específico que inspirou os mecanismos europeus), o pedido de ajuda foi feito a 23 de Abril do ano passado, o memorando de entendimento foi assinado a 3 de Maio, o Parlamento votou a 6 e os líderes europeus aprovaram o pacote a 7 de Maio. A ajuda começou a chegar cerca de dez dias depois. I.A.C.

ANEXO IV
Codificação

CODIFICAÇÃO

A) Categorias Gerais de Identificação

JORNAL

1. Correio da Manhã

2. Diário de Notícias

3. Público

DATA

____ / ____ / ____

VALORIZAÇÃO

1ªPágina

1. Manchete

2. Submanchete

3. Chamada

4. Destaque

5. Apenas interior

POSIÇÃO RELATIVA

1. Metade superior

2. Metade inferior

3. Lateral esquerda

4. Lateral direita

COR

1. Preto

2. Vermelho

3. Branco

4. Outra

IMAGEM

1. Tem foto

2. Não tem foto

3. Tem infografia

INTERIOR

Nº de páginas

COR

1. Preto

2. Vermelho

3. Branco

4. Outra

IMAGEM

1. Tem foto

2. Não tem foto

3. Tem infografia

B) Categorias Temáticas

PROTAGONISTA

1. Político nacional 2. Político internacional 3. Executor internacional 4. Outros

GÉNERO JORNALÍSTICO

1. Notícia 2. Entrevista 3. Reportagem

CATEGORIZAÇÃO DE TÍTULO

1. Expressivo 2. Apelativo 3. Temático 4. Informativo

TIPO DE ENQUADRAMENTO

1. Medidas 2. Contexto 3. Questão pol.
nacional 4. Contas do Estado 5. Os outros